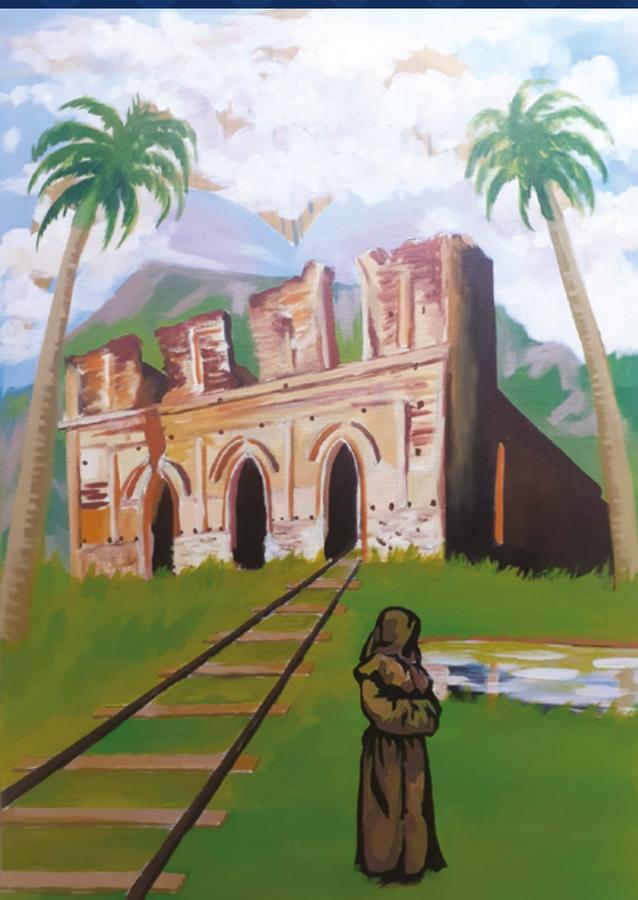


VOLUME | 2

Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoínas-Bahia

ELISANGELA ALVES ALMEIDA



Sobre o golpe civil-militar e a ditadura que o seguiu já dispomos de considerável produção bibliográfica, tanto resultado de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação seguindo o rigor teórico-epistemológico próprios dos ritos da academia, quanto de memórias as mais diversificadas numa disputa de narrativas sobre os referidos acontecimentos. O livro de Elisangela Alves Almeida, *Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas-Bahia*, merece destaque pelo refinamento da pesquisadora rigorosa e atenta aos sutis detalhes das fontes. O destaque também se revela na maneira como a autora estabelece diálogos com a produção vigente sobre a temática costurando um texto bem escrito e prazeroso de ser lido, apesar do período narrado ter sido profundamente marcado pela violência e repressão. Elisangela produziu uma obra de referência para compreendermos aspectos específicos dessa experiência na Bahia. A discussão dos dois eventos que a autora se debruça, a Marcha da Família com Deus pela Democracia e a visita do Marechal Castelo Branco à cidade de Alagoinhas, ajuda-nos a compreender as ações de legitimação e consenso que articulavam o golpe e a ditadura no período estudado.

Prof. Dr.ª Mariléia Oliveira Santos

Professora titular do curso de licenciatura em História
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

**Comemorações e adesões
ao golpe civil-militar de 1964
em Alagoinhas-Bahia**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Prefeitura de Alagoins

Este livro é uma publicação mediante convênio entre a Prefeitura de Alagoins/Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo/Edufba/Fapex.

ELISANGELA ALVES ALMEIDA

Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas-Bahia

NEM “VULTOS” NEM “FEITOS”

UM CONSTRUTO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
ATRAVÉS DE DIVERSAS TRAJETÓRIAS

VOLUME | 2

José Jorge Andrade Damasceno
Coordenador da Coleção

Salvador
EDUFBA
2023

2023, Elisangela Alves Almeida.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Cristovão Mascarenhas
COORDENAÇÃO GRÁFICA Edson Nascimento Sales
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO Gabriela Nascimento
CAPA E PROJETO GRÁFICO Gabriela Nascimento
REVISÃO Equipe Edufba
NORMALIZAÇÃO Sandra Batista
FOTOGRAFIA DE CAPA Ed Carlos Alves de Santana

Sistema Universitário de Bibliotecas - UFBA

A447 Almeida, Elisangela Alves.
Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em
Alagoínhas-Bahia / Elisangela Alves Almeida. – Salvador : EDUFBA, 2023.
209 p. (Coleção Nem “Vultos”, Nem “Feitos” ; v. 2).

ISBN: 978-65-5630-553-0

1. Brasil - História - Golpe civil-militar, 1964. 2. Alagoínhas (BA).
3. Brasil - História - 1964-1969. 4. Direitos e lutas sociais. I. Título. II. Série.

CDU: 321.64(81)

Elaborada por Jamilli Quaresma CRB-5: BA-001608/O

Editora filiada à:



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, *Campus de Ondina*
Salvador - Bahia • CEP: 40170-115 • Tel.: +55 (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

*Dedico este livro aos meus pais Maria Diva Almeida e
Almiro José Rabelo.*

Agradecimentos

Especialmente, aos meus pais Maria Diva Almeida e Almiro Rabelo por todo amor e carinho.

Grandiosamente a Arivaldo Oliveira pelo apoio incondicional durante o processo de elaboração dessa obra.

Ao Prof. José Jorge Andrade Damasceno pela atenção e pelo apoio essencial, para a publicação deste livro, juntamente com Marcos Fiegenbaum, pelo apoio a mim concedido, em relação aos ajustes finais desta obra.

Agradeço a todos e todas que participaram desse processo, iniciado no mestrado, envolvendo professores, banca examinadora, colegas, amigas, servidores e em especial ao Prof. Raimundo Nonato Pereira Moreira, orientador da dissertação, sem os quais eu não concretizaria a publicação deste livro.

Historiador

Veio para ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaças, as ilusões jamais
confirmadas
nem desfeitas.

Veio para contar
O que não faz jus a ser glorificado
E se deposita, grânulo,
No poço vazio da memória.
É importuno,
Sabe-se importuno e insiste,
Rancoroso, fiel.

(Carlos Drummond de Andrade, "A paixão medida")

Sumário

Prefácio ... 13

Apresentação ... 15

Introdução ... 19

Capítulo 1 - **O cenário** ... 37

O cenário e alguns aspectos históricos ... 38

O cenário e a redemocratização (1945) ... 43

O cenário em “tempos quase modernos” ... 49

O cenário e o crime da Câmara ... 57

Alagoinhas-BA: das eleições de 1958 às vésperas do golpe ... 67

Capítulo 2 - **Década de 1960: efervescência nacional** ... 73

Contexto local e nacional no limiar de 1960 ... 73

As eleições de 1960 ... 76

A crise de 1961 ... 81

As eleições de 1962 ... 85

O golpe ... 96

Repressão e adesão ao golpe em Alagoinhas ... 104

Capítulo 3 - **Da marcha da família (1964) à visita de Castelo Branco (1965)** ... 111

As organizações anticomunistas rumo ao golpe e às suas repercussões ... 112

As organizações femininas de direita ... 117

Breve panorama das lutas pelos direitos das mulheres que eclodiram em Alagoinhas no século XX ... 123

Mulheres da marcha em Alagoinhas ...	135
A marcha de Salvador à Alagoinhas ...	147
Marcha da Família: silêncio e esquecimento ...	166
A visita de Castelo Branco (1965) e o “grito de Alagoinhas” ...	176
Considerações finais ...	187
Referências ...	193

Prefácio

O campo dos estudos históricos acerca do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura que se prolongou até 1985 recebeu uma nova contribuição, com o lançamento da obra que a leitora ou o leitor tem em mãos. Resultando de uma investigação original *Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas-Bahia*, de autoria de Elisângela Alves Almeida, expressa alguns dos melhores resultados da interiorização dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em História no estado da Bahia. Na condição de observador participante, testemunhei o interesse da então discente pelo tema, objeto das suas inquietações teóricas, desde os primeiros passos no curso de graduação em História do *campus* II da UNEB. Na sequência, sob os auspícios do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), a autora redimensionou o escopo e o alcance da pesquisa, defendida sob a forma de uma dissertação, em 2021. Portanto, o livro ora apresentado materializa o empenho, a persistência e a dedicação de uma competente pesquisadora.

Elisângela revisitou a história política e as lutas sociais que ocorreram no município de Alagoinhas, ao longo dos anos intensos de 1964 e 1965. Para tanto, a autora recompôs o cenário do golpe de 1964 e das adesões e comemorações que se seguiram em uma comuna localizada no Brasil profundo, tematizando elementos históricos que julgou significativos para a compreensão dos leitores acerca do processo investigado. Ademais, trouxe à baila a efervescência política e social brasileira dos primeiros anos da década de 1960, tomando como indício as disputas pelo poder nas instâncias nacional, estadual e municipal. No que considero o ponto alto da obra, a historiadora narrou e problematizou dois eventos fundamentais, relacionados às celebrações e às adesões ao golpe de 1964: a Marcha da Família, com Deus, pela Democracia (realizada em 1º de maio do mesmo ano) e a visita do presidente Castelo Branco à cidade de Alagoinhas (em 23 de novembro de 1965). Nas frestas do texto,

evidenciam-se as primeiras tensões entre os discursos que celebravam a Democracia e o caráter autoritário do projeto político e de organização da sociedade dos novos donos do poder.

No que concerne às diversas fontes mobilizadas pela autora no curso da pesquisa, gostaria de sublinhar as entrevistas realizadas com protagonistas ou testemunhas da marcha ou da visita presidencial. A partir do suporte metodológico da História Oral, emergem as vozes das mulheres de Alagoínhas que organizaram, participaram ou se opuseram às celebrações de 1964 e 1965. Em seus testemunhos, entrecruzam-se história, memória e historiografia, mas também rememoração, esquecimento e silêncio.

Finalizando, destaco aportes emprestados pela obra para refletir acerca de duas questões candentes da contemporaneidade. A primeira diz respeito ao direito de todos os seres humanos à História, exemplificado através de uma pesquisa que comprovou ser pertinente, relevante e viável investigar o golpe de 1964 e a construção da ditadura brasileira para além da zona de conforto acadêmica, que privilegiou os estudos acerca do tema nos grandes centros urbanos e nos espaços hegemônicos de exercício do poder político. A segunda ponderação diz respeito às complexas relações que vinculam a democracia e a ditadura na história republicana brasileira. A propósito, uma série de fatos ocorridos nos últimos anos e a recentíssima tentativa de golpe de Estado, em 8 de janeiro do ano em curso, atestaram a necessidade premente de revisão da tese que advogou a “consolidação da democracia brasileira” nas décadas seguintes à promulgação do texto constitucional de 1988. A esse respeito, é impossível ler as páginas nas quais Elisangela narrou as celebrações do golpe de 1964, em Alagoínhas, sem estabelecer relações significativas com a história imediata do Brasil. Afinal, ao tempo em que milhares de homens e mulheres marchavam, comemorando a pretensa vitória da democracia, sinais inquietantes de um projeto autoritário de poder despontavam no horizonte sombrio.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira

Professor pleno de História Contemporânea
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Apresentação

Ainda grassava a pandemia da covid-19, mortal para muitos terráqueos e ameaçadora para outros tantos, mundo a fora, quando a professora Iraci Gama Santa Luzia, então vice-prefeita e secretária de Cultura Esporte e Lazer (Secel), reúne um grupo de pessoas interessadas e/ou envolvidas em alguma medida na tarefa de estudar e/ou pesquisar a cidade de Alagoinhas, sobretudo, no que tange à sua história e à sua memória, no sentido de produzir um trabalho que pudesse refletir aquelas inquietações, com o fito de os reunir em uma obra, que, segundo ela, seria organizada por um dos participantes do grupo por ela criado.

Era setembro de 2020, quando a professora Iraci apresentou aquela proposta aos seus convidados, reunidos em torno de si no chamado “espaço colaborar”, na sede daquela secretaria, instalada no prédio da biblioteca municipal Maria Feijó, onde funcionara até o início dos anos 1990, a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas. Ali, a professora apresentou, em linhas gerais, qual seria a tarefa do grupo, traçando as principais diretrizes daquilo que idealizara, que consistia na “produção de uma obra que” contasse “a história de Alagoinhas, a bem conhecida FFPAs, com o fito de a tornar acessível a diversos grupos sociais: estudantes, professores, pesquisadores e que pudesse ser tornada pública em formato de livros, cartilhas, quadrinhos e quaisquer outros suportes que permitissem a difusão do conhecimento histórico da cidade para um número maior de pessoas, em diversas faixas de idade e/ou formação escolar.

Ainda conforme a professora, sua proposta era a publicação de uma obra organizada em formato de coletânea de textos. Este autor – apontando a existência de trabalhos de pesquisa já concluídos, levados à cabo por professores/pesquisadores formados pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *campus* II, Alagoinhas e principalmente tendo a História

desta cidade como objeto de suas reflexões – sugeriu a ampliação para uma coleção, contemplando um maior número de aspectos abordados, propondo que os aludidos trabalhos fossem publicados juntamente com a “coletânea”, acrescidos de duas obras autorais inéditas, sem caráter acadêmico. A ampliação do escopo inicialmente proposto foi do agrado da professora e dos demais participantes do grupo, ficando então acordado que se faria as tratativas necessárias para a viabilização do arrojado projeto.

Assim, naquela mesma reunião de finais de setembro de 2020, este autor foi convocado a assumir a tarefa de organizar e coordenar a coleção de obras autorais e coletivas que tem por objetivo precípua focalizar “a História e a Cultura de Alagoinhas”, com o fito de tornar conhecido de estudantes, professores e demais interessados, os elementos constitutivos desta que é a cidade onde vive-se o “mourejar” de cada um dos seus habitantes, sobretudo, a partir do seu processo de elevação à condição de Freguesia (1816) passando pelas demais etapas do seu desenvolvimento urbano e socioeconômico, até os tempos hodiernos.

Para tanto, está em vias de publicação pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), a coleção composta de sete volumes, com um título que servirá para abrigar esses volumes, “Nem ‘vultos’ nem ‘feitos’: um construto de Histórias e Memórias, através de diversas trajetórias”, sob o qual estarão inseridas as partes, permitindo o bom entendimento do todo. Portanto, alguns professores e pesquisadores, com diversos perfis acadêmicos, foram convidados para construir junto com este coordenador, os volumes e os textos que formarão o arrojado proposto. Desse modo, os sete volumes que constituem a obra estão dispostos da seguinte forma:

Volume 1: *Alagoinhas entre Histórias e Memórias: aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma cidade em constante movimento* (em elaboração). Trata-se de uma coletânea organizada por José Jorge Andrade Damasceno, a quem caberá a tarefa de escrever um dos capítulos e o texto introdutório – tanto da coleção como um todo, quanto do volume em apreço. Os autores convidados para compô-la foram os seguintes: as professoras Maria José Oliveira Santos, Keite Maria Santos do Nascimento Lima, Jocelia Novaes Gonçalves, Marilécia Oliveira Santos – em coau-

toria com o professor Thiago Machado Lima –, Marleide Lima de Brito Souza, Geiza Brunelle Almeida Santos, Tatiane Figueiredo Araújo; os professores Raimundo Nonato Pereira Moreira, Wagner Souza Pimentel; e o pesquisador extra-acadêmico Antônio Carlos Freitas Dórea.

Os volumes 2, 3, 4 e 5, são frutos de pesquisas acadêmicas, realizadas no âmbito das Universidades Públicas, e, apresentados e avaliados na forma de dissertações de mestrado, a saber:

Volume 2: *Comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas-Bahia*, cuja autora é a professora Elisângela Alves Almeida;

Volume 3: *Os comunistas e a formação da esquerda Em Alagoinhas nos primeiros anos do terceiro quartel do século XX*, de autoria do professor Ede Ricardo de Assis Soares;

Volume 4: *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)*, que tem como autora a professora Keite Maria do Nascimento Lima;

Volume 5: *Comunidades quilombolas: o reconhecimento e a autoidentificação frente ao processo de globalização e a massificação cultural*. Esse quinto volume foi pensado para atender à exigência do Conselho de Cultura e, ao mesmo tempo, conseguiu-se encontrar um trabalho que, além de atender àquela exigência, se pudesse prestar uma homenagem póstuma ao pesquisador Gilvan Barbosa da Silva, mestre em Crítica Cultural pela Uneb, *campus* II, Alagoinhas, reconhecendo o seu trabalho de pesquisa dedicado ao tema do “negro”, da “negritude”, envolvendo a comunidade do Catuzinho. Aliás, saliente-se de passagem, que o referido pesquisador foi uma das mais de seiscentas mil vítimas ceifadas pela covid-19 no Brasil, desde 2020. Assim, acredita-se contemplar o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Cultura e, reconhecer o trabalho de longos anos de Gilvan Barbosa da Silva, que contribui satisfatoriamente com o propósito desta coleção, que pretende abordar as muitas “faces da História” da cidade de Alagoinhas, onde a referida pesquisa foi desenvolvida.

Volume 6: *Rumos e trajetórias de uma imprensa local? A “artilharia do pensamento” como fonte para pesquisa histórica* (em elaboração), que tem como autor o professor Roberto Magno Santos;

Volume 7: *A Alagoinhas quando “menina moça”: algumas histórias e diversas memórias da cidade, pelos escritos de Maria Feijó – 1930-1950* (em elaboração), cuja autoria é do professor José Jorge Andrade Damasceno.

O volume que o leitor tem diante de si é resultado da conjunção de preocupações manifestas por diversas gerações de alagoinhenses, no sentido de fazer conhecer a História de sua cidade em suas diferentes facetas, uma vez que poucos daqueles que vivem na referida urbe conhecem a sua origem, o seu desenvolvimento, bem como as implicações destes e outros aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que conformam o fazer histórico. Nesse sentido, após algumas tratativas no âmbito da secretaria de Cultura Esporte e Turismo, foi possível empreender a produção de um conjunto de tratados que viesse a promover a redução da enorme lacuna de obras historiográficas que ensejem trazer conhecimento da história de Alagoinhas ao público em geral, a despeito da existência de um curso de licenciatura em História e de um programa de pós-graduação nessa área.

Alagoinhas, novembro de 2023

Professor José Jorge Andrade Damasceno

Coordenador da Coleção

Introdução

Em 13 de março de 1964, foi realizado na Central do Brasil, Rio de Janeiro, o comício a favor das reformas de base, pelo presidente João Goulart (1961-1964), que discursou para uma multidão, com cerca de 200 mil pessoas. Dias depois, em 19 de março, ocorreu a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na capital paulista, em resposta às propostas reformistas divulgadas no referido discurso. O evento foi organizado por instituições religiosas, setores civis, procedentes da classe média e alta, e grupos femininos de oposição. Segundo Adriano Codato e Marcus Roberto de Oliveira (2004), depois dessa iniciativa, diversos movimentos semelhantes tomaram as ruas do país, sobretudo, no contexto de vitória ao golpe civil-militar de 1964. Em Alagoinhas, estado da Bahia, além da Marcha da Família realizada, em 1º de maio de 1964, outra celebração entrou para a memória local, a saber, a visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em 23 de novembro de 1965. Vale destacar que o acontecido também tomou a forma de passeata, na qual o presidente desfilou pelas ruas da cidade.

Levando em consideração o fio condutor, este livro objetiva contribuir com o debate sobre as celebrações ao golpe de 1964 ocorridas no município de Alagoinhas, Bahia, a fim de investigar os dois eventos citados: A Marcha da Família com Deus pela Democracia e a visita do Marechal Castelo Branco à cidade. Conforme a crítica especializada, tais eventos cívico-militares são considerados ações de legitimação e consenso aos fatos ocorridos, ligados ao plano estratégico de divulgar o discurso anticomunista e consolidar as manobras políticas e econômicas dos setores envolvidos, articulados com a ditadura, que se institucionalizava. Ressalta-se que o estudo a respeito das ações contrárias ao comunismo, que surgiram no cenário mundial, desde a Revolução Russa, e suas influências em diversos eventos ocorridos no Brasil, faz parte de

um percurso iniciado durante as atividades como bolsista de Iniciação Científica.¹

Posteriormente, houve o interesse de aprofundar as questões debatidas, com estudo das ações anticomunistas no contexto do golpe de 1964, o que remonta ao trabalho defendido, em 2017, intitulado *A Marcha da Família com Deus pela democracia, em Alagoinhas: história, memória e esquecimento*. No tempo da pesquisa, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira, foi realizado o mapeamento dos acontecimentos antecedentes e posteriores à marcha, em Alagoinhas.

Em 2018, ocorreu a aprovação do projeto de pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* II, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A conclusão da dissertação de mestrado no ano de 2021, teve como resultado a presente obra, na qual se optou por fazer um breve panorama, com ponto de partida na redemocratização de 1945, para a reflexão sobre o momento anterior à década de 1960, mapeando os seus desdobramentos em Alagoinhas. Entretanto, vale destacar que o marco temporal central deste livro, consiste nos anos de 1964-1965 que englobam o golpe e sua repercussão na cidade, por meio da marcha, e posteriormente da visita de Castelo Branco ao município. Dessa forma, a temática analisada se insere no campo dos estudos históricos sobre o golpe de 1964 e propõe aos futuros pesquisadores, buscar caminhos possíveis para as outras investigações realizadas em torno das celebrações ao golpe civil-militar, em Alagoinhas-BA. Ratifica, não apenas, as festividades cívicas em si, mas a contextualização do período em que o Brasil sofria demarcadas agitações internas, influenciadas por acontecimentos externos oriundos da Guerra Fria.

1 Refere-se ao desenvolvimento dos subprojetos: “Nos arquivos da repressão: o prontuário GB 1890 como fontes para a biografia de Antônio Maciel Bonfim” e “Das páginas dos jornais aos arquivos da repressão: o *Correio de Alagoinhas* e o Prontuário GB 1890 como fontes para a biografia de Antônio Maciel Bonfim”, realizados entre os anos de 2014 e 2016. Estão vinculados ao projeto “No rastro de Miranda: uma investigação histórica acerca da trajetória de Antônio Maciel Bonfim (1905-1947)”, coordenado pelo Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira, com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Pibic/CNPq).

Em Alagoinhas, o estudo que mais se aproxima dessa temática se refere à pesquisa de Analu Ferreira (2011), na qual se evidencia a ação anticomunista no município, destacando a realização da Marcha da Família, com base nas publicações dos periódicos *Alagoinhas Jornal e A Tarde*. As referências auxiliaram na observação de questões, como o uso expressivo do conceito anticomunismo, tão utilizado neste livro. Destaca-se, inclusive, a discussão sobre o imaginário e o simbólico, no sentido de dar conta da complexidade das representações negativas construídas sobre o comunismo, no prenúncio do golpe de 1964. A este respeito, François Laplantine e Liana Trindade (2003, p. 21) salientaram:

O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica.

Na leitura do fragmento, percebe-se a presença das imagens simbólicas no imaginário social. Em relação às representações anticomunistas, o uso de símbolos se disseminou na sociedade, criando um ambiente hostil às propostas comunizantes. Nesse sentido, o poder do simbólico transfigurou-se em uma corrente de manifestações públicas, direcionadas pelos setores elitistas e abençoadas pelas instituições religiosas, a fim de fortalecer as diretrizes cristãs responsáveis pelo devir anticomunista.

Na visão de Rodrigo Motta (2002, p. 4):

A definição de anticomunismo é, em princípio, relativamente elementar. Mas tal aparente simplicidade recobre uma realidade bastante complexa. Anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista. Ressalte-se comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético.

Em acréscimo, Carla Simone Rodeghero (2003, p. 28) define o anticomunismo da seguinte maneira:

Engloba os diferentes tipos de anticomunismo vigentes ao longo do tempo, como o clerical, o fascista, e o nazista hitleriano, o norte-americano; apresenta também diferentes matizes políticos, desde a postura de extrema direita até a da social-democracia.

Levando em consideração tais percepções, considera-se que a disseminação do anticomunismo no Brasil, no contexto do golpe civil-militar, se apropria da ótica contrária ao governo de João Goulart, associando o ideal nacional-reformista a um terrível ameaça à família, à Igreja e à nação. Nessa motivação, a análise de *corpus* bibliográfico específico e de fontes jornalísticas, fotográficas, orais e documentais sobre a difusão das celebrações ao golpe, com recorte em Alagoinhas, possibilita fazer avançar o estudo das representações e das oposições ao comunismo.

Para tratar da questão, é pertinente pensar nas representações anticomunistas a partir do conceito de cultura política. Segundo Motta (2015), há uma seleção concebida pela historiografia ao lidar com a temática que, embora mantenha ligações com as disciplinas sociologia e psicologia, está fundamentada na antropologia. Na análise tradicional, presume-se que os indivíduos são motivados por imaginários, mitos ou inimigos condenados pela família, religião e nação. Mas, para o autor, é preciso ampliar o olhar, pois a tendência de tornar os fenômenos políticos em algo determinado por estruturas antepassadas, permite invalidar o protagonismo das ações humanas. Entretanto, não descarta a atuação do imaginário no cotidiano. Ou seja, tais representações estão inseridas numa realidade passível de influências sociais efetivas e propícias a diversas oportunidades de escolhas, no que concernem às ações a serem seguidas pela humanidade.

Cabe aprofundar o debate, com René Rémond (2003, p. 450), acerca do conceito de cultura política: “O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso

revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. Assim, em consonância com Motta (2015), propõe que o estudo das práticas humanas é capaz de transcender o senso comum vigente. Com efeito, a apropriação do conceito de cultura política possibilitou o resgate da história política na esfera historiográfica recente, visto que, o político não escapa das movimentações externas relacionadas a determinados contextos.

Em relação às narrativas das instituições militares, participantes do golpe de 1964, e aos simpatizantes das comemorações de aniversário a ele direcionadas, é mister mencionar o artigo de Lucileide Costa Cardoso (2011). No texto, a autora abordou as datas natalícias relacionadas ao golpe, como momentos estratégicos de difusão e justificativa acerca das atuações coercitivas exercidas pelos referidos personagens, durante o cenário supracitado. Essas, foram vistas como “necessárias” para o sucesso da “Revolução” que se configurou em tentativa de perpetuação dos discursos e das memórias das Forças Armadas a respeito do golpe e do regime instalado. Além disso, Janaina Martins Cordeiro (2012) realizou, em sua tese de doutorado, uma leitura das festividades ocorridas após o golpe, possibilitando reflexões sobre a exaltação à nova conjuntura, por meio de comemorações revestidas de valores cívicos. Destacam-se os eventos voltados à seleção brasileira de futebol e, mais ainda, ao sesquicentenário da Independência do país comemorado entusiasticamente em paralelo aos oito anos do golpe, provavelmente para fortalecer o consenso entre o regime ditatorial e a sociedade brasileira do período. Dessa forma, os dois trabalhos citados proporcionam a compreensão tanto da Marcha da Família, quanto das celebrações ocorridas na visita do presidente Castelo Branco à Alagoinhas.

No que se refere à dissertação de mestrado de Célio Roberto de Araújo (2008), contribui para tornar mais compreensível a Cruzada do Rosário em Família realizada na capital baiana, em junho de 1963, enriquecendo as análises referentes a sua influência nas ações de grupos femininos de direita, em face de que pode ser considerada o embrião para os movimentos que tomaram as ruas do país, no contexto de desestabilização de Jango, a exemplo das Marchas da Família. A respeito dessas celebrações, no cenário baiano, é possível identificar a contribuição de Thiago Lima (2018), cuja obra serve de suporte para a compreensão dos impac-

tos repressivos e a aderência ao golpe de 1964, bem como as festividades inerentes.

O trabalho de Ana Alice Costa, Ediane Santana e Rebeca Sobral (2005), lança luzes sobre as marchas realizadas em Salvador e no interior do estado. Acrescenta-se o artigo de Santana que relatou a ocorrência da marcha de Salvador, em 15 de abril de 1964. Segundo Ediane Lopes de Santana (2009, p. 19): “Foi fundamental a presença de mulheres nesta campanha, pois assim esta ganhou um tom de espontaneidade e, além disso, legitimou as ações das Forças Armadas diante da necessidade de uma intervenção militar – o que findou por acontecer”.

Para além disso, o estudo do cenário nacional do golpe e a realização das marchas, em estados brasileiros diversificados, instigou estreito diálogo com diversos autores. Entre eles, Solange Simões. Trata-se de um trabalho pioneiro sobre as Marchas da Família publicado, em 1985, durante o processo de redemocratização do país. De acordo com sua análise, a participação feminina nas marchas esteve motivada pela figura das donas de casa, pertencentes à classe média, que estiveram unidas na luta a favor da manutenção da ordem familiar e política, pelas quais seus filhos não deveriam desvincular-se.

Em relação aos trabalhos produzidos a respeito do golpe de 1964 e do processo ditatorial no Brasil, Rodeghero (2006) analisou diversos estudos sobre a temática, enfatizando que, entre 1960 e 1970, eles foram elaborados, sobretudo, por jornalistas e cientistas políticos tanto no Brasil, quanto no exterior. No entanto, somente a partir da década de 1980 contou-se, em maior escala, com a produção historiográfica sobre o golpe e suas reverberações no país. Esse período esteve marcado pelo referencial dos primeiros trabalhos realizados acerca do cenário ditatorial, possibilitando projeções vindouras, no sentido de abrir caminhos para novas perspectivas a respeito dos fatos ocorridos. Doravante, os trabalhos historiográficos ganharam impulso no escopo das publicações sobre o golpe e o regime ditatorial. O distanciamento, entre os fatos ocorridos e o tempo de confecção das pesquisas históricas, bem como o papel relegado à formação profissional dos historiadores, no referido contexto, podem ter contribuído para que a historiografia esperasse o alvorecer

dos anos 1980 para se debruçar sob o cenário configurado a partir de 31 de março de 1964 no país.

Nesse enquadramento, os escritos de Raimundo Nonato Moreira (2010) apontam o anticomunismo presente na imprensa alagoíense, desde o final dos anos 1920, a exemplo da prisão de Antônio Maciel Bonfim pela força de ações consideradas subversivas. Sobre a questão, em 2016, traçou o perfil biográfico do personagem a partir da infância, destacando a ascensão ao cargo de secretário geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), no ano de 1934, além da influente participação nos levantes de 1935. Por sua vez, Ede Ricardo Soares (2015) reconhece a efervescência experimentada pelo PCB em Alagoinhas, entre os anos de 1945 e 1947, período no qual o partido gozou legalidade.

No intuito de ampliar a discussão sobre a história política local, vale ressaltar a pesquisa de Moisés Moraes (2011), destacando o período de crescimento urbano, industrial e populacional da referida localidade, em momento anterior ou no próprio contexto do golpe de 1964. Além disso, a obra de Paulo Fábio Dantas Neto (2006) que permite compreender o processo de modernização capitalista na Bahia, entre 1954 e 1974, traçando aspectos relacionados às disputas eleitorais que deslancharam no período analisado e como tais ações balizaram a passagem do liberalismo modernizante para a nova conjuntura ditatorial no pós-64.

Tal conjuntura exige investigações sobre ações desempenhadas por setores civis e militares ligados ao empresariado e às classes médias e altas, impulsionados pela derrocada de Goulart, através de incessante articulação política de classe, conforme a perspectiva de René Armand Dreifuss (1981). Esse autor foi precursor na pesquisa acerca do golpe no Brasil, a qual pôde realizar uma análise minuciosa no interior de renomadas instituições nacionais. Assim, ele trouxe importante reflexão sobre o ajuste dos setores elitistas e conservadores da direita, no golpe de 1964. Também merece destaque a leitura de Dênis de Moraes (2011), pois apresenta algumas entrevistas realizadas, com importantes personagens da esquerda que participaram do cenário analisado. O livro é fruto de um desafio proposto por Dreifuss, que ao apontar sua análise sobre as confabulações da direita conservadora no referido processo, propôs ao

pesquisador a escrita sobre as versões e as atitudes da esquerda perante o cenário ditatorial que se apresentava.

A leitura de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) possibilita identificar o panorama referente à conjuntura política que desencadeou o golpe de 1964. E, no que se refere à Daniel Aarão Reis Filho (2014), relata o processo anterior e posterior à conjuntura ditatorial, trazendo à tona a reflexão da contribuição da sociedade civil aos acontecimentos e sua colaboração com as Forças Armadas. Segundo ele, tais acontecimentos não poderiam sozinhos conduzir uma ditadura por 21 anos, o que induz a novas perspectivas acerca do discurso da resistência propagado pela esquerda, e, ao longo do tempo, reportado nas páginas da narrativa histórica. Além disso, sobre o conceito civil-militar utilizado por Reis Filho, Carlos Fico (2017) problematizou sobre o risco que se corre ao induzir a discussão ao nominalismo. A seu ver, a designação “ditadura militar”, tão usada por pesquisadores, em geral, não isenta a relevância da participação da sociedade civil no golpe. Dessa maneira, poderia acrescentar ao golpe as palavras “católico”, “empresarial” e “midiático”, já que esses setores contribuíram com o seu sucesso. Em suma, o debate, entre Fico e Reis Filho, contribui à reflexão acerca da utilização de determinados conceitos na pesquisa histórica.

Ainda referindo-se às questões conceituais relacionadas à escrita do historiador, cabe destacar a visão de Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010), as quais realizaram uma breve análise sobre o uso dos termos “democracia”, e “ditadura”, bastante utilizados nesta obra. A palavra “democracia” remete à Atenas, na Grécia antiga, onde foi primeiramente utilizada em prol da busca por maior participação do cidadão nas decisões políticas, porém, tais direitos não se estendiam às mulheres estrangeiras, nem aos escravos. Essa terminologia foi muito utilizada, em 1964, para justificar o golpe e a Marcha da Família, e esteve direcionada ao sistema capitalista norte-americano no cenário da Guerra Fria. O ressurgimento da democracia no contexto do Estado Moderno, deu-se na tentativa de recuperar suas características originais. Segundo Denis Rosenfield (2019), a ideia do termo “democracia” como algo acessível à abertura de diferentes discursos e da livre participação política, é justamente o motivo pelo qual se pode deduzir que o sistema democrá-

tico não está amplamente estruturado. O que viabiliza o surgimento dos regimes totalitários, como alternativa de poder.

Já o termo “ditadura” remonta à República romana, mas reconstituiu-se ao longo da história, de acordo com determinados cenários. Durante o século XX, a América Latina e a Europa vivenciaram o surgimento de ditaduras cujas comparações relacionadas ao termo autoritarismo sofreram consideráveis transformações. Em distintas conjunturas, o autoritarismo foi invocado, utilizando-se da palavra “democracia”.² (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010)

A utilização da palavra “totalitarismo”, marcou a produção historiográfica no período da Segunda Guerra, estendendo-se à década de 1960, explicitando a sua associação aos conceitos de fascismo, nazismo, comunismo e socialismo. Nesse sentido, Bertone Sousa (2015) discorreu acerca das características do comunismo soviético, bem como do nazismo alemão.³ Para esse autor, apesar de algumas semelhanças, os modelos soviético e alemão são ideologias “incompatíveis”. O caráter econômico do sistema soviético esteve ancorado nas lutas de classe, enquanto na ideologia nazista, vigorava o viés biológico para a legitimação de uma sociedade baseada na supremacia racial. Cabe destacar que o nazismo refutava tanto a direita liberal quanto as esquerdas. Portanto, há que se ter cuidado ao estabelecer aproximações entre tais terminologias.

Entre 1914 e 1918, ocorreu a divisão de diferentes vertentes políticas do operariado europeu,⁴ não raro, chamadas de socialistas. Lenin passou a diferenciar a ala do movimento socialista internacional àquelas dos demais movimentos de esquerda. Nessa perspectiva, a sua corrente passou a chamar-se comunismo. Para os bolchevistas, o comunismo representava

2 O golpe civil-militar no Brasil configurou-se a partir de ações arbitrárias ao tempo em que se prometeu a restituição da abertura política em um breve futuro. O que possibilitou a apropriação do termo democracia pelos golpistas. Inclusive no próprio título “Marcha da Família pela Democracia”, para denominar as passeatas de direita, conclamando ou apoiando a intervenção militar e que ocorreram tanto antes, quanto depois do golpe no Brasil. O que estabelece certa simetria com as reflexões aqui destacadas.

3 Também conhecido como nacional socialismo, o que causa percepções equivocadas acerca da definição do termo, ao confundi-lo com o socialismo. Ambos possuem razões e ideologias opostas.

4 Essas correntes políticas originaram-se através da II Internacional Comunista.

a teoria marxista revolucionária na qual não mais existiria os mecanismos de exploração pelo trabalho. Ao passo que o termo socialismo, estaria associado aos partidos democratas europeus, porém, diferente do comunismo, tratava-se de uma vertente reformista. (SPINDEL, 1981)

Voltando ao golpe civil-militar de 1964, pode ser considerado um acontecimento próximo ao contexto no qual investiga o pesquisador, nos domínios da chamada história do tempo presente. Isso possibilita seu retorno ao centro do debate nacional. Ressalta-se, inclusive, a Comissão Nacional da Verdade instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, pela ex-presidenta Dilma Rousseff, para realizar investigações sobre os efeitos nocivos da ditadura civil-militar na sociedade brasileira. Essa iniciativa prometeu imputar justiça aos abusos cometidos contra os Direitos Humanos, o que permitiu a busca por informações acerca do paradeiro de presos políticos desaparecidos até os dias atuais. Além disso, cabe salientar o cenário político referente aos últimos quatro anos, marcado pela atuação da extrema direita que alcançou o poder na eleição presidencial, em 2018, apoiada por grupos “conservadores”, defensores de uma intervenção militar no Brasil.

No tocante à proximidade entre o acontecimento e o pesquisador, não deve ser considerada como algo danoso à investigação histórica, considerando que durante algum tempo a história do tempo presente foi vista, com ressalva, pela comunidade científica, tese questionada a partir da terceira geração dos *Annales*, por Peter Burke (1997). Na visão de Rémond (1999, p. 55): “Os historiadores que trabalham em períodos sobre os quais se pode legitimamente pensar que o ciclo está quase fechado, e portanto, que a última palavra foi dita arriscariam abusar da vantagem que lhes confere o fato de conhecer a sequência”.

Em razão desse ponto de vista, as celebrações ao golpe de 1964 são eventos da história do tempo presente que conduzem às batalhas da memória, as quais, na tentativa de reconstituição dos fatos, recorrem à revalorização da dimensão política. Nesse sentido, afere-se que Rémond sugere maior cuidado com a escrita do presente para constatar as armadilhas possíveis, em virtude da proximidade com os fatos.

Ainda sobre a aproximação, entre o evento histórico e o historiador, Márcia Maria Motta (2012, p. 34) teceu as seguintes considerações:

“A história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos. Do que estamos consagrando como memória e por contraste, do que estamos esquecendo”. Sendo assim, o estudo da Marcha da Família Alagoïnense (1964) e a visita de Castelo Branco (1965) à Alagoïnhas apontam para diferentes caminhos, isto é, conexões estabelecidas a partir das pesquisas realizadas sobre tais episódios históricos, revelando as relações de poder, a questão de gênero, as representações simbólicas, a história política e econômica local, entre outros aspectos. Como estratégia, é relevante a problematização das fontes investigadas, visando tecer contribuições ao acervo existente, com os resultados obtidos. E, não menos importante, o impacto social da pesquisa.

Ressalta-se que o amadurecimento desse debate possibilitou traçar o perfil e o papel dos grupos sociais envolvidos nas comemorações e na adesão ao golpe, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. No tocante às Marchas da Família, a bibliografia seleta privilegia sua ocorrência nas principais metrópoles especificamente em São Paulo e Rio de Janeiro, deixando tombar no esquecimento as marchas baianas. Nesse sentido, Fico (2004) fez uma lista destacando as marchas que ocorreram em território nacional, entre março e junho de 1964, sendo que Aline Presot (2010) também contabilizou o evento, porém as marchas baianas não estiveram presentes nas referidas listas, provavelmente, em vista da escassez de pesquisas sobre o referido evento na Bahia e no Nordeste especificamente as que foram realizados no interior. Lima (2018) contribuiu de maneira significativa ao elaborar uma tabela, com a ocorrência de marchas na Bahia. Entretanto, apesar do esforço realizado, o estudo bibliográfico e documental acrescentou novos números a partir da comparação com sua lista.

Este livro, efetivamente, destaca as inquietações requeridas de um período conturbado da história brasileira que desaguam na complexidade dos estudos referentes ao golpe de 1964. Ao pensar, precisamente, na hipótese de leitura, alguns questionamentos são considerados: qual foi a repercussão do golpe civil-militar nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos? Quais os desafios impostos no que se refere à elaboração das memórias do pós-golpe em Alagoïnhas? Atrelado a isso, o silenciamento e o esquecimento acerca das Marchas da Família por parte de

expoentes da ala esquerdista, verificados, em entrevistas, que impulsionam refletir sobre os discursos predominantes acerca do golpe na região. É importante ressaltar o silêncio dos setores reconhecidos como colaboradores do referido episódio. Como consequência, mantém um tom de questionamentos em torno dos subsídios fornecidos para a realização das festividades. Ademais, busca-se compreender qual foi o papel da mulher na Marcha da Família alagoinhense e quais foram as lutas das mulheres de direita antes da sua realização. Além disso, qual foi o perfil social dos grupos que saíram à cidade nas comemorações ao golpe. Assim, ao discutir sobre a Marcha da Família e a visita de Castelo Branco, vinculada às festividades do golpe de 1964, surgiu a questão acerca do grau de importância desses eventos no contexto ditatorial alagoinhense. Desse modo, quando a visita do presidente é problematizada, surgem mais algumas questões: qual foi a importância do acontecimento para o setor econômico da cidade? E a repercussão do discurso proferido no cenário brasileiro e até mesmo na história relacionada à ditadura brasileira? Leva-se em consideração que a fala do presidente ficou conhecida nacionalmente como “o grito de Alagoinhas.”

É importante salientar a reflexão acerca do processo de produção relacionado aos espaços de memória de determinadas localidades, e no caso de Alagoinhas, se fizeram notar nas leituras das fontes analisadas para a escrita desta obra. A respeito da Marcha da Família alagoinhense e da visita de Castelo Branco ao município, a identificação dos espaços por onde tais eventos ocorreram, como foi o caso da Praça Rui Barbosa, da Praça Graciliano de Freitas e do prédio da Prefeitura, possibilita trazer questionamentos sobre o desenrolar do golpe civil-militar no referido município, em face de que as informações oficiais sobre o regime ditatorial em nosso país, ainda não foram suficientemente explicitadas.

Para Nora (1981, p. 7):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda

memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meio de memória.

Esse fragmento sugere que os lugares de memória podem ser simbólicos ou materiais e possuem a capacidade de expressarem de alguma maneira o fato ocorrido, embora nem sempre consigam demonstrar plenamente o seu significado. Por outro lado, por possuírem o *status* de documento e monumento, tais espaços acabam por respaldar os debates que envolvem o seu processo de elaboração e com isso a sua cultura torna-se reconhecida como resultado de interesses de poder, por diferentes grupos que estiveram presentes no cenário a ser investigado.

Diante do exposto, esta obra está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresenta-se os aspectos históricos de Alagoinhas, realçando o período de redemocratização (1945). Enfatiza-se a formação identitária e a memória construída em torno dos acontecimentos considerados relevantes para a sua trajetória, a fim de situar o leitor acerca do local das celebrações ao golpe. Nessa motivação, destacam-se os conflitos sociais e políticos ao longo de seu desenvolvimento, urbano, industrial e populacional. É oportuno mencionar que se busca compreender as tentativas de ascensão ao poder ocorridas no país antes da década de 1960, e de que maneira repercutiram nos acontecimentos relacionados ao golpe civil-militar, na referida localidade.

No segundo capítulo, é traçado o contexto do quadriênio, em que ocorreu o golpe de 1964. Destaca-se o início da década de 1960, em Alagoinhas, momento em que a economia se desenvolveu, consubstanciada, com os efeitos da chegada da Petrobras. (PETROBRAS..., 1960, p. 1) A relevância do movimento operário na Viação Férrea Leste Brasileiro, com história marcada pela luta por melhorias trabalhistas, a exemplo da deflagração de uma greve, em 18 de fevereiro de 1960. (DEFLAGRADA..., 1960) Pontua-se, inclusive, a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República. Sob esse aspecto, a efervescência dos acontecimentos políticos no território brasileiro influenciou o cotidiano de Alagoinhas, modificando a rotina da Câmara Municipal. Assim, na esfera política, os resultados das

eleições, nos anos 1960 e 1962, demonstram a preferência pelos candidatos nacional-reformistas no município. Além disso, o advento do golpe civil-militar, em 1964, atentando para as ações coercitivas aos que tentaram resistir, bem como a adesão de parcela da sociedade e de algumas personalidades políticas ao novo cenário imposto, contrariando o histórico de cidade voltada aos ideais da esquerda.

O terceiro capítulo abrange as celebrações ao golpe de 1964, em Alagoinhas. Primeiramente, analisa-se o âmbito nacional acerca do papel das organizações anticomunistas, influenciadas pelo sistema Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IPES/IBAD), na articulação para a desestabilização do governo Goulart. Dentre esses setores, havia os grupos anticomunistas mistos e os principais grupos femininos propulsores das Marchas da Família, tais quais a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Liga das Mulheres pela Democracia (LIMDE) e a União Cívica Feminina (UCF). Em seguida, é destacado o papel da mulher na trajetória política alagoinhense e seu apoio à marcha, representado por quatro personagens de destaque na conjuntura local, a saber, a professora e delegada escolar Dilce Maia Cerqueira, a juíza Esther Farani Campos de Cordeiro, a professora Dagmar Beatriz Cortes Portela e a professora Ana Oliveira Campos (popular professora Noquinha). Aproveitando a ocasião, discute-se as versões presentes na memória de depoentes específicos. Nesse sentido, é possível refletir acerca das elaborações da memória e do discurso histórico sobre a conjuntura do golpe em Alagoinhas, inclusive no tocante à questão das retóricas ligadas ao silenciamento e esquecimento sobre a Marcha da Família realizada na cidade.

A Marcha da Família, com Deus, pela Democracia no município, seguiu a tendência nacional, na qual diversos setores da sociedade civil se reuniram em torno das comemorações ao golpe. Trazer tais personagens à tona se constitui um exercício de observação das peculiaridades, tanto do evento em si quanto das questões que o envolve – lê-se social, política e gênero. Foi possível também discutir sobre a visita do presidente Castelo Branco à cidade, motivada pela exploração de petróleo na região. Entretanto, o cenário nacional esteve voltado ao discurso presidencial, no qual o mandatário enfrentou à “linha dura” que tentava

interferir nas eleições estaduais ocorridas, em 3 de outubro de 1965. Por fim, compreende a discussão relacionada ao papel dos setores civis participantes no pós-1964, apesar de que, em nível nacional, o sistema se fechou e não havia mais espaço para a controvérsia política, como acontecido no período anterior. Com o balanço dos capítulos, nota-se que as comemorações ao golpe é parte integrante da história alagoinhense.

Em relação às fontes investigadas para esse livro, cabe mencionar primeiramente as fontes jornalísticas, que compreendem aos periódicos *Alagoinhas Jornal* (FIGAM) e *Correio de Alagoinhas* (FIGAM). Ademais, *O Diário de Notícias*, *A Tarde* e o *Jornal da Bahia*, salvaguardados pela Biblioteca Pública do Estado da Bahia, além de *A Cachoeira*, pertencente ao Arquivo Municipal da cidade de Cachoeira e o *Correio de São Félix*, do Arquivo Público do referido município. Essas fontes foram imprescindíveis para a interpretação de novos dados acerca das comemorações ao golpe nas cidades baianas, sobretudo, em Alagoinhas. Por outro lado, analisou-se o periódico *O Nordeste*,⁵ com o recorte das décadas de 1940 e 1950, buscando a compreensão sobre o contexto, pelo qual a fonte destacada esteve inserida. Além desses veículos de imprensa, houve acesso ao *Jornal do Brasil*-RJ, ao *Jornal do Comércio*-RJ, aos periódicos à *Noite*-RJ, *Diário de Notícias*-RJ, *Correio da Manhã*-RJ e *Luta Democrática*-RJ. Tais jornais pertencem à Biblioteca Nacional Digital, e foram utilizados com o objetivo de compreender o panorama nacional relacionado aos acontecimentos anteriores e posteriores ao golpe de 1964.

A respeito da fonte impressa, Tânia Regina de Luca (2008) discorre sobre sua importância para veicular as notícias, enfatizando a contribuição ao trabalho do historiador a partir da desconstrução dos paradigmas que a colocaram em segundo plano no que se refere a sua condição de fonte histórica.

Evidentemente, algumas fontes analisadas exigiram o retorno aos acervos, a fim de efetivar a articulação entre o problema de pesquisa e as perspectivas de novas evidências. Em outro viés, realizamos a leitura e a análise de atas, pelas quais investigamos a repercussão do golpe, em

5 *Jornal O Nordeste* (1940-1950), coleção pertencente ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoinhas (GEPEA).

Alagoinhas, com ênfase na Câmara Municipal. De modo geral, investigar as atas requer a devida problematização. Isso porque, por se tratar de um documento oficial, e, portanto, facilmente aceitável perante a pesquisa histórica, é produzido dentro de determinados contextos e espaços influenciados pelos poderes vigentes de determinados períodos. No entanto, a sua utilização é de suma importância ao trabalho do historiador. Percebeu-se, com a leitura cuidadosa das atas municipais aliada as outras fontes investigadas, que as disputas pelo poder, entre grupos de direita e de esquerda, configuraram um dos impactos do golpe, em Alagoinhas. Ressalta-se que as atas utilizadas fazem parte do acervo da Câmara Municipal de Alagoinhas.

Foi possível analisar, como fonte documental de extrema importância, o panfleto de convocação à marcha pertencente à Fundação Iraci Gama (FIGAM). Além do convite, analisamos uma foto da visita do presidente Castelo Branco à Alagoinhas que faz parte do acervo pessoal da professora Normandia Azi Lacerda. Ainda verificamos outra foto relacionada ao mesmo evento, concedida na entrevista com o jornalista Belmiro Deusdete Araújo. Nessa perspectiva, as fotografias de Castelo Branco caminhando, em Alagoinhas, no dia 23 de novembro de 1965, compuseram o *corpus* de análise sobre o lugar destinado aos grupos elitistas e às celebrações ocorridas no pós-golpe.

Em momento anterior à confecção deste livro, realizou-se entrevistas com os seguintes depoentes: as professoras Iraci Gama Santa Luzia, Normandia Azi Lacerda e Marizélia Leite Moreira Sampaio, o jornalista Belmiro Deusdete Ferreira de Araújo e a professora e delegada escolar Dilce Maia Cerqueira. Reitera-se o cuidado para com as entrevistas, uma vez que problematizar as nuances referentes a essas narrativas constitui-se elemento importante para a reflexão acerca dos variados discursos presentes em determinados contextos. As narrativas relativas ao momento anterior e posterior ao período analisado estiveram presentes nos testemunhos dos referidos depoentes. Fez-se a análise comparativa dos depoimentos concedidos, com as informações explanadas em outros tipos de documentos pesquisados, o que trouxe enriquecimento à presente obra, pois ora as versões se chocavam e em outras dialogavam em

perfeita sintonia. Nesse sentido, é relevante usar diferentes fontes numa mesma temática histórica.

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas na casa dos depoentes, exceto no caso da professora e atual secretária de Cultura, Esporte e Turismo de Alagoinhas, Iraci Gama, visto que, esta optou pelo espaço da FIGAM, em que trabalhava no momento. Alguns relatos foram revisados e houve mais entrevistas para colher novos dados de pesquisa. Acrescenta-se que, na atualidade, assolado pela pandemia do covid-19, a retomada das entrevistas com Belmiro Deusdete Araújo, Normandia Azi Lacerda e Marizélia Sampaio só foi possível via telefonema.

Sabendo que o uso de entrevistas é um procedimento pertinente, importa atentar para a consideração de Paul Thompson (1992, p. 337): “a História oral devolve a História às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar por um futuro construído por elas mesmas”. Assim, percebe-se a relevância dos relatos orais enquanto instrumentos úteis ao registro da história do tempo presente, oportunizando o diálogo entre diferentes fontes. Não por outra razão, todas as fontes selecionadas foram relevantes para a escrita deste livro, possibilitando maiores informações sobre a Marcha alagoinhense e sobre a visita de Castelo Branco à referida cidade.

Capítulo 1 - **O cenário**

A cidade em si é um conjunto de documentos abertos a múltiplas leituras, que se convertem em monumentos e, nessa condição, exprimem suas contradições, mudanças e escolhas. O que a cidade edifica se transforma em objeto de culto e cerimônia, que funciona, a depender das conjunturas, tanto em favor quanto contra o poder em vigência. Ao tempo em que seus monumentos sugerem uma versão dos acontecimentos, não impossibilitam outras. E assim, se dá: conhece-se uma cidade pelas diversas narrativas, oriundas de diferentes pontos ou lugares de irradiação. Algumas são mais ouvidas, outras menos ou, no limite, silenciadas, porém sempre presentes e potencialmente concorrentes. (SILVA, 2015, p. 10-11)

A concepção de Paulo Silva (2015) é importante no contexto de discussão a ser traçado, por evidenciar a estrutura singular da cidade tal como aquela que abrange as relações sociais, no quadro de suas narrativas, postas em cena ou silenciadas. O cenário citadino, aqui, é um campo privilegiado de significações que, ao ver do autor, traz um escopo documental a ser explorado em múltiplas leituras. Levando em consideração as inúmeras possibilidades de sorver o potencial narrativo da urbe, essa obra analisa a Marcha da Família com Deus pela Democracia ocorrida

em Alagoínhas, em 1º de maio de 1964, bem como aprofunda o debate sobre as celebrações ao golpe civil-militar, recém-instalado, através da análise acerca da visita de Humberto de Alencar Castelo Branco à cidade referenciada, em 23 de novembro de 1965.

Convém, pois, a este primeiro capítulo, tratar do cenário histórico-político de Alagoínhas, buscando percorrer os caminhos que se consubstanciaram em embates sociais, a partir da instalação da República brasileira. Inclui-se, a influência desses fatores tanto nas adesões quanto nas celebrações ao golpe civil-militar de 1964, inseridos na lista de eventos relacionados à história do tempo presente. Nesse sentido, esses elementos, postos em discussão, impulsionaram as lutas de classe forjadas, em Alagoínhas, ao longo do tempo. Considerando tal perspectiva, o momento político-social antecedente ao golpe de 1964 foi priorizado. Além disso, as suas influências para o clima anticomunista, embora já existente, mas intensificado na década de 1960.

O cenário e alguns aspectos históricos

Em paralelo ao interesse pela história de Alagoínhas, faz-se necessário contextualizar a formação identitária da população brasileira, em consonância com o desenvolvimento das cidades, que, apesar das peculiaridades, muitas vezes esteve ligada a certas tendências que vigoraram no cenário mundial, como, por exemplo, o advento da República e a Belle Époque.

José d'Assunção Barros (2005, p. 98) concebe o lugar à maneira de um palco de indivíduos concretos, atuantes na construção do cotidiano e nas contribuições ao processo histórico e social do coletivo. Essa colocação possibilita pensar o espaço como algo marcado pelas experiências contraditórias ou não, no qual viabiliza-se a investigação do cenário enquanto documento a ser explorado pela ótica comum. Assim, se o objeto de análise reporta ao ano de 1964, é relevante situar a história política e social de Alagoínhas. Trata-se de uma cidade localizada a 108 quilômetros de Salvador, capital do estado da Bahia, palco dos eventos aqui analisados.

Em 21 de maio de 1852, Alagoinhas se transformou em distrito eleitoral, exigindo o arrolamento dos seus primeiros eleitores, segundo o memorialista Salomão Barros (1979, p. 114). No ano seguinte da sua instalação oficial, ocorreu a posse dos vereadores responsáveis pela composição da primeira Câmara Municipal. (BARROS, 1979, p. 49) Em 13 de fevereiro de 1863, ocorreu a inauguração da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco. Américo Barreira (1902, p. 39) acrescenta que, após os cinco anos de instalação da ferrovia, a sede municipal foi transferida para o centro ferroviário.

Além disso, no período da Primeira República (1889-1930), acontecimentos nacionais de grande porte repercutiram, na cidade, como a República (1889) e a Guerra de Canudos (1896-1897). Estes eventos marcaram a sua memória histórica. Sobre a questão, Barreira (1902, p. 59) aponta para o fato de que provavelmente Alagoinhas tenha sido a cidade baiana pioneira na adesão à República. Mas, conforme a análise de Daniela Santana (2011, p. 32-33), há controvérsias, visto que outras cidades reivindicam esse lugar na história, a exemplo de Senhor do Bonfim.⁶

Em 1896, eclodiu, na localidade de Canudos, rebatizada pelo líder Antônio Conselheiro como Belo Monte, a Guerra de Canudos, uma mobilização popular, de vertente social, amplamente divulgada como contrária à República. Villas Boas (1959, p. 35-36) afirma que Alagoinhas viabilizou a passagem obrigatória para as tropas federais e estaduais que saíam de Salvador, através da Ferrovia da Bahia ao São Francisco, e posteriormente colaborou no acolhimento dos soldados e dos prisioneiros feridos e/ou atingidos pelo surto de varíola. A estação ferroviária, portanto, foi utilizada para a parada daqueles que subiam ou desciam em direção ao combate, efervescendo a mobilidade na cidade. Inclusive, o engenheiro Euclides da Cunha (1866-1909), colunista de *O Estado de São Paulo* e autor do célebre *Os sertões* (1902), transitou por Alagoinhas, entre os dias 30 e 31 de agosto de 1896.

Algo profundamente relevante, a respeito das relações sociais, que se sucederam a partir do povoamento da cidade de Alagoinhas, são as

6 O que suscita a hipótese de que essas localidades estariam buscando o seu lugar junto às inovações republicanas.

representações memorialísticas e históricas, o que torna emblemática a imagem da cidade inscrita pelos memorialistas. Dessa forma, se por um lado, a memória permite emergir os sentidos das transformações, progressos e personalidades decisivos para a construção da identidade de uma região, por outro, impele o historiador a percorrer os meandros da subjetividade, entrelaçado no diálogo com fontes diversificadas que possibilitam o debate acerca de episódios locais, como é o caso das celebrações ao golpe de 1964 que será analisado mais adiante.

Os memorialistas supracitados elaboraram suas narrativas baseados em fatos nacionais, fixados, no final do século XIX e início do século XX, lançando luzes para a reverberação em Alagoinhas. A imagem refletida, sobre o advento da República e da Guerra de Canudos, nessa cidade, foi pensada, segundo propostas visionárias, referentes ao provável progresso republicano.⁷ Considera-se, para além das expectativas, diante de um novo sistema, nesse caso, o republicano, a reformulação do poder político, porém, atrelada às velhas práticas. Não por outra razão, o advento da República estaria abrindo espaço ao protagonismo de uma elite emergente das exigências do planejamento urbano, cultural, educacional e científico que implodia de maneira ampla, no início do século XX.

Nos primeiros anos da instalação da República, em Alagoinhas, disputas políticas locais por parte da classe dominante, se destacavam, revelando também a força insurgente dos trabalhadores frente às mudanças nas relações de trabalho aplicadas após a Abolição da Escravatura, em 1888. As ações conflituosas, tendo as ruas como palco, denunciavam os aspectos contraditórios presentes no processo e, ganharam espaço, sobretudo, em virtude do temor das influências e memórias provenientes dos egressos da escravidão. Nos estudos, que compõem a bibliografia acionada, as reivindicações sociais, de maior relevância, em Alagoinhas, foram protagonizadas pelos operários das ferrovias. Acerca disso,

7 A informação pode ser encontrada em Américo Barreira, médico que publicou sua obra, aqui citada, no ano de 1902, momento em que atuou no combate junto aos pacientes do surto de varíola atendidos no Hospital de Variolosos, em Alagoinhas. Muitas dessas vítimas precisaram sair de Canudos transportadas pela ferrovia, símbolo de modernidade à época. Não por acaso, Alagoinhas surge na escrita de Barreira à frente das localidades circunvizinhas no que diz respeito às inovações sanitárias e tecnológicas do período.

Souza (2011, p. 108-109) comenta que, em 14 de outubro de 1909, os trabalhadores ferroviários deflagraram uma onda de paralisações, que culminaram numa greve aderida tanto em Salvador quanto em regiões do interior do estado, a saber, os municípios de Alagoinhas, Pojuca e Aramari. Alagoinhas se destacou como um dos grandes centros grevistas.

Segundo Soares (2015), no ano de 1909, a movimentação grevista dos ferroviários alagoinhenses não era algo inédito. Pouco antes, em 1894 ocorreram às primeiras manifestações, e, em 1932, outro importante movimento dos ferroviários eclodiu em Alagoinhas. Naquele momento, o arrocho salarial imposto pela concessionária francesa *Chemins de Fer* aos trabalhadores, utilizando-se do famigerado discurso de acentuação da crise mundial do capitalismo, gerou insatisfação do operariado, que aderiu ao movimento, ocasionando a paralisação das atividades. O Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, instituição cuja fundação remonta ao ano de 1930, foi um espaço privilegiado para as reuniões grevistas de 1932.

Um outro ponto a ser destacado, relacionado às manifestações políticas do período, conforme analisa Moreira (2010, p. 34-35), foi o anti-comunismo que circulou pela imprensa baiana no ano de 1930, por meio de notícias veiculadas nos jornais soteropolitanos que tematizavam a prisão de Antônio Maciel Bonfim (1905-1947) por causa do envolvimento em ações consideradas subversivas. Entretanto, o colunista do periódico *Correio de Alagoinhas*, responsável pela notícia, demonstrava desconfiança. A seu ver, o tranquilo morador de Alagoinhas não poderia, de fato, estar envolvido com os comunistas, chegando a lamentar tal matéria embora esse personagem, após alguns anos, se tornasse líder do Partido Comunista do Brasil (PCB), atuando, inclusive, na organização dos levantes de 1935.

Deve-se considerar que, em 15 de setembro de 1930, Bonfim foi preso na cidade de Alagoinhas acusado de subversão, atuando junto aos operários Manoel Ribeiro e João Pacífico de Souza. É provável sua participação em ações publicitárias subversivas entre os operários de Salvador e de Alagoinhas. Participou também da Liga de Ação Revolucionária (LAR), ocupando o secretariado na Bahia, e exerceu a docência e o jornalismo. A respeito da segunda atividade profissional, entre 1925 e 1926, ele assinou seis artigos no periódico *Correio de Alagoinhas*. Inclusive, não

obstante, um cenário de intenso controle social, ainda que de modo sutil, pôde explicitar ideias reformistas nos artigos publicados nesse jornal. Por exemplo, a questão do divórcio, cujos dados estão contidos no artigo “Queremos muitas reformas e mais o divórcio”, publicado em 7 de junho de 1926. (MOREIRA, 2010, p. 3)

Entre o final de 1932 e o início de 1933, Bonfim ingressou no PCB e assumiu o posto de secretário geral em 1934. Antes de adentrar ao partido, ele foi preso na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1931 e 1932, por ações comunistas, portando o pseudônimo de Américo Carvalho. Após as insurreições de novembro de 1935, foi detido e posteriormente condenado a quatro anos e quatro meses de prisão devido à participação no evento. Recebeu a notícia de sua liberdade, em 19 de julho de 1940. (MOREIRA, 2010)

Ainda que Antônio Maciel Bonfim não esteja diretamente ligado aos estudos inerentes às celebrações relacionadas ao golpe civil-militar, a ênfase dada a esse personagem convida à reflexão acerca do quão enraizado encontravam-se as representações anticomunistas no imaginário brasileiro, a ponto de viabilizar, às vezes, o seu ressurgimento, em curto espaço de tempo. Não por outra razão, é relevante destacar o anticomunismo presente na década de 1930 e intensificado na ditadura do Estado Novo, para tentar entender a sua presença nos movimentos de direita durante o golpe de 1964.

As análises realizadas nesse tópico evidenciam as conexões, entre alguns dos processos políticos notórios, em Alagoinhas, a partir da visão do historiador e pelo tempo de escrita orquestrado pelos memorialistas. É curioso o fato de que, em relação à obra do jornalista Salomão Barros (1979), inserida no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, a conjuntura político-social não é divulgada, e, tanto a Marcha da Família (1964) quanto a visita de Castelo Branco à cidade (1965), estiveram totalmente silenciadas. Mas, cabe apenas ressaltar que esse autor discorre a trajetória da cidade até o período de publicação de *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*, evidenciando grandes acontecimentos e personalidades cidadinas, em sua maioria, advindos de famílias renomadas. Situa-os, nesse espaço, como protagonistas para a construção dos discursos que caracterizam as narrativas tradicionais, envolvendo Alagoinhas.

O cenário e a redemocratização (1945)

O Estado Novo (1937-1945) pode ser considerado um período ditatorial pautado nas ações de natureza coercitiva, sustentadas pelo discurso de manutenção da segurança nacional. Nessa atmosfera, de perseguições políticas e controle estatal sob o cidadão, as casas legislativas, bem como os partidos políticos, tiveram seu funcionamento inviabilizado. Com o final da Segunda Guerra Mundial, houve engajamento internacional pela democracia, relacionada aos ideais que vicejavam a vertente liberalista do bloco aliado, conhecido como vencedor da guerra. Segundo Lucília Delgado (2013), as influências internacionais recaíram sob o cenário brasileiro, e pressionou o governo federal a traçar o caminho rumo à redemocratização do Brasil. Eis a visão da autora sobre esse período de transição:

Foi uma fase de ampliação das práticas democráticas e de crescimento da inserção da sociedade civil no mundo da política institucional. Foi também uma fase de polarização de interesses, proliferação de organizações políticas e sociais e de profundas transformações históricas. (DELGADO, 2013, p. 151)

Na Bahia, entre o ano 1945 e a década de 1960, o ambiente político esteve marcado por disputas e divisões partidárias entre as principais siglas, a saber, a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), mas também os partidos de menor abrangência. Em 1947, Octavio Mangabeira (UDN/PSD) venceu a primeira eleição para governador, após a ditadura do Estado Novo; em Salvador, as coalizões ligadas ao conservadorismo influenciaram a vitória do PTB (DANTAS NETO, 2006, p. 77); e para a Prefeitura de Alagoinhas, elegeu-se João Dourado Bião (UDN/PSD). Ademais, a cidade elegeu 12 vereadores integrantes das principais siglas partidárias. Um nome relevante dentre os vereadores eleitos é o do ferroviário Almiro de Carvalho, eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), porém, oriundo do PCB. (MORAIS, 2011, p. 46) No tocante à ligação de Almiro de Carvalho, com o PCB, e à influência do partido naquele cenário, pode-se recorrer às palavras de Soares (2013, p. 58):

[...] Pode-se afirmar que nas eleições municipais de 1947, o Partido Comunista era a única força ligada aos trabalhadores e às camadas populares, inaugurando oficialmente esse segmento na política alagoinhense, apesar de ter sido jogado na ilegalidade com a cassação do registro eleitoral do PCB naquele ano, sob a acusação de possuir dois estatutos.

A Constituição de 1946, redigida por força da queda do Estado Novo, favoreceu a desobstrução do Poder Legislativo. O que suscitou a eleição para vereadores em Alagoinhas. Nessa motivação, em 7 de abril de 1948 houve a reabertura da Câmara Municipal e, no mesmo dia, o proceder da eleição para presidente. Houve empate entre Antônio Silva Lima (UDN) e o vereador Hugo Leal Dantas (PSD), visto que ambos obtiveram seis votos, decididos pela força do desempate relacionado à idade, de modo que Dantas tenha alcançado o cargo. (ELEITO..., 1949, p. 1) Em relação a isso, Moraes (2011, p. 41-42) relatou:

Foi a partir da reabertura do Legislativo Municipal de Alagoinhas, em 1948, que se processaram as eleições de vereadores, dentre os quais saíram eleitos alguns operários, que, por vezes, se apresentaram como interlocutores frente às demandas de trabalhadores junto aos diferentes níveis do Estado e órgãos governamentais.

Portanto, após os resultados das eleições de 1947, iniciou, em Alagoinhas, uma fase na qual representantes dos trabalhadores conseguiram ocupar cargos no Poder Legislativo, depois de mais de uma década fechado, sendo que, num momento anterior, esteve ocupado pelas classes dominantes. Para além disso, entre as décadas de 1940 e 1950, Alagoinhas gozou de expressivo crescimento demográfico e urbano. Talvez por essa razão, segundo impresso nos jornais e documentos da época, houve o aumento da carestia na tabela de preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, e a expansão de lutas sociais em prol das pautas populares e trabalhistas, numa polarização na qual estiveram envolvidos os grupos políticos regionais. Como é possível interpretar, apesar do desenvolvimento tecnológico favorecido pelas mudanças

urbanísticas, em meados do século XX, a cidade oferecia mínimas condições de infraestrutura para a população. É recorrente, nas páginas dos jornais, a luta por serviços públicos que visavam melhorias na qualidade de vida da massa, por exemplo, o requerimento de energia elétrica e de saneamento básico.⁸ Nesse tipo de situação, sobressai a noção de “direito à cidade”, conforme Lefebvre (2001, p. 22-23) postula:

[...] A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade. No transcorrer do século XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revolucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana. Esse foi e é ainda para a história um dos sentidos da comuna.

Apesar de se referir à Europa do século XIX, o autor convida a uma reflexão acerca das relações humanas e do desenvolvimento das atividades urbanas a partir da inserção da economia de mercado em determinadas regiões, visto que, no espaço citadino, se materializam as relações humanas, resultado de fatores históricos, econômicos e culturais. Nesse *locus*, as pessoas se reúnem em torno de um valor que lhes proporcione melhoria de vida, sendo assim, o cidadão comum é construtor e destinatário de um espaço urbano. Com efeito, o ser e o transitar na cidade resultam nas demandas designadas de direito, e o espaço citadino resulta de um processo modernizador num contexto de industrialização e urbanização extensa. Pensando o cenário alagoinhense, é possível citar o processo descrito como impactante para a classe periférica, o que possivelmente contribuiu diretamente na eleição de seus representantes, e como consequência, o acesso ao interior do Legislativo Municipal.⁹

8 Informações obtidas mediante a leitura de Atas da Câmara Municipal (1955) e do jornal *O Nordeste* (1948-1956).

9 Um dos mais importantes impactos da urbanização em Alagoinhas se refere à iluminação pública. Américo Barreira discorre acerca da instalação de 60 lâmpadas destinados a este fim, no ano de 1885, enquanto Salomão Barros evidencia a administração do Coronel Saturnino

Com a reflexão de Carlos Nassaro Paixão (2009, p. 101), entende-se que a questão da modernidade influenciava, de maneira paulatina, o cenário alagoinhense:

Para se falar da vida nas cidades modernas é necessário desvendar as experiências e as sensibilidades dos indivíduos frente a novas técnicas e elementos como, por exemplo, a luz elétrica, transportes públicos, serviços de higiene e saúde, ruas amplas, arejadas, largas e iluminadas. É preciso entender a maneira pela qual os habitantes destas novas cidades reagiram a todo turbilhão de mudanças provocadas pelo aparecimento de novas tecnologias que viriam alterar a vida cidadina.

Nesse enfoque dado pelo autor, percebe-se a existência de ações complexas, por vezes, ocultadas na paisagem cidadina moderna, mas forjadas pelas relações de poder. Ampliando a análise, as intervenções urbanísticas, no município de Alagoinhas, no início do século XX possivelmente estiveram marcadas pela tentativa de padronização dos espaços, bem como de controle da mobilidade dos seus habitantes.

De acordo com Delgado (2013, p. 135), junto aos percalços acarretados com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), bem como às transformações urbanas e tecnológicas, emergiu um contexto social marcado pela precarização do trabalho, ainda que os grupos sindicais estivessem atentos às demandas dos trabalhadores. Nesse momento, o PC do Brasil ressurgiu após sucessivos momentos de coibição governamental. Dessa forma, tal sigla partidária figurou importante ponte para os interesses da classe trabalhadora e acarretou o temor das classes abastadas que dominavam tanto o espaço político quanto a legislação trabalhista.

Não foi à toa que no período posterior à Segunda Guerra, o PCB experimentou condições favoráveis de inserção no cenário alagoinhense, face à União Nacional. Em referência a Soares (2015, p. 55-56), o pro-

Ribeiro sendo responsável pela inauguração do serviço de energia elétrica, na cidade, no ano de 1929.

cesso de abertura política, o discurso antifascista e a vitória russa sobre a Alemanha podem ter contribuído para o revigoramento da militância pecebista, culminando na aprovação presidencial de Vitório da Rocha Pita¹⁰ ao já mencionado Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, em 1º de maio de 1945. Em meio às festividades do Dia do Trabalhador, importantes figuras do comunismo, a exemplo de Pita, figuraram livremente em um comício promovido junto à elite local, mas, valendo-se da voz do operariado no centro do debate.

A menção à trajetória do PCB se faz necessária, como busca de entendimento sobre a sua possível influência nos movimentos políticos ocorridos em Alagoinhas e conseqüentemente no anticomunismo vigente nas comemorações ao golpe civil-militar de 1964 que será abordado mais adiante. Desse modo, afirma-se que, fundado em 25 de março de 1922, o PCB esteve na ilegalidade pouco tempo depois, devido à implantação do Estado de sítio imposto pelo governo de Epitácio Pessoa, no mesmo ano. Sendo que, em janeiro de 1927, logrou nova legalidade, porém, em agosto, tornou-se novamente ilegal, conforme Leôncio Rodrigues (1993, p. 382). Após os levantes de 1935, passou a sofrer forte repressão oficial, com ações coercitivas que se estenderam à ditadura do Estado Novo (1937-1945), mas, em 1945, recebeu nova licença para atuação partidária. Rodrigues (1993) ressalta, ainda, que no período do pós-guerra, quando já se delineava o cenário da Guerra Fria, evidenciaram-se posições ideológicas do PCB, voltadas aos ideais socialistas de oposição ao capital norte-americano. Houve retaliações do governo brasileiro, que culminou na ilegalidade do partido, no ano de 1947.

Segundo Soares (2013), a nível nacional, no processo de redemocratização, o PCB estabeleceu maior diálogo com as classes subalternas, dentre elas, o operariado local alagoinhense, pela sua estreita vinculação com a causa das minorias. Isso proporcionou-lhe excelentes resultados nas eleições de 1945. O comando regional do PC baiano priorizava o discurso da União Nacional possivelmente vislumbrando a estratégia de estabelecimento da sua manutenção política. Devido às candidaturas definidas,

10 Vale ressaltar que Vitório da Rocha Pita exercia o cargo de Secretário do Comitê do Partido Comunista do Brasil no período analisado.

no interior de suas próprias células na eleição de 1947, o PCB conseguiu eleger 14 deputados e um senador. Sobre a questão, Soares (2013) ressalta que o município de Alagoinhas foi responsável pelo maior número de votos dados àquela sigla partidária no referido ano. Lembrando que se destacou o já mencionado Almiro de Carvalho,¹¹ porque se consagrou pioneiro na representação da classe operária na Câmara Municipal.

É importante destacar que o artigo 141 da Constituição Federal possibilitou o respaldo à cassação do Partido Comunista, logo após resultado favorável nas eleições. Eis o texto publicado na resolução nº 1841, de 5 de maio de 1947 acerca do cancelamento do registro eleitoral do partido:

O cancelamento do registro do PCB - Em maio de 1947, outro parecer da Procuradoria da República argumentou que havia irregularidades no estatuto do partido e seu caráter político era realmente internacionalista. No Plenário do Tribunal Superior, decidiu-se por três votos a dois o cancelamento do registro do PCB. (BRASIL, [200-])

Eis outro trecho da justificativa jurídica utilizada para a cassação do registro do PCB:

Os votos vencedores concluíram pela procedência das acusações, com base na violação ao art. 141, § 13, da Constituição Federal de 1946, c.c. o art. 26, alíneas a e b, do Decreto-Lei nº 9.258/46. Esse dispositivo constitucional vedava a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático. O preceito estava baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. (BRASIL, [200-])

Conseqüentemente, os representantes pecebistas eleitos em instância federal, municipal e estadual foram cassados, em 1948. Esse

11 Ele é considerado remanescente do PCB, porém, é certo que em 1948 saiu do PTN para ingressar no PSD.

momento turbulento é denominado por Delgado (2013, p. 136) de um novo “paradoxo”, em face de que a inviabilização do partido ocorreu em um período tido como politicamente democrático. Segundo Soares (2013, p. 60), nesse novo ciclo de clandestinidade, os adversários do PC acabaram por interceptar os novos passos do partido rumo a um cenário promissor, em vista do sucesso obtido nas últimas eleições. Assim, a contenção imposta ao PCB foi propagandeada por meio do discurso anticomunista atrelado à coerção policial.

Os representantes do PC, em Alagoinhas, mesmo inelegíveis, não se retiraram da cena política. Eles continuaram atuando, – com cautela –, em prol das classes subalternas e trabalhadoras, inclusive, com o apoio de outras siglas partidárias. O discurso da União Nacional permaneceu como pauta programática do PCB, no município, e isso contrariava as orientações impostas, *a priori*, pelo Manifesto, de 1948, posteriormente, ratificadas pelo Manifesto de 1950, que advertiu condições severas ao PC, dentre elas, o abandono das práticas políticas. (SOARES, 2013)

A reincidente coibição imposta ao PCB, pelos mecanismos de poder, proporcionou-lhes inúmeras representações negativas, gerando um clima anticomunista em todo o país. Vale destacar, que os movimentos da Marcha da Família (1964), possui, entre várias características, o anticomunismo, demonstrando, assim, que em Alagoinhas, o desenrolar dos acontecimentos referentes ao Partido Comunista refletiu eventos recorrentes pelo país.

O cenário em “tempos quase modernos”

Embora a luta por melhores condições de trabalho já tenha sido esboçada, desde os seus primórdios, de fato, em Alagoinhas, à medida que as personalidades políticas, ligadas ao operariado, passaram a fazer reivindicações a favor da população carente e trabalhadora, as suas demandas se ampliaram consideravelmente, conforme Morais (2011). Dentre os parlamentares emergidos da classe trabalhadora, além de Almiro de Carvalho (PSD), em concordância com o aumento da base do PTB, entre “1951-1954”, ganharam atenção os vereadores Hidelbrando Dias, Eurico Costa e Romualdo Campos, como personagens desse novo quadro político. (MORAIS, 2011)

Na matéria do jornal *O Nordeste*, intitulada “Prestação de contas” (1948), o vereador Almiro de Carvalho Conceição respondeu às questões acerca da sua atuação na Câmara Municipal, de Alagoinhas, entre fevereiro de 1947 e agosto de 1948. O colunista do periódico descreve que tal prestação de contas estaria direcionada à população, e especialmente, aos ferroviários e aos trabalhadores. Nela, o vereador deixa clara a disposição em corrigir os “desmandos”, como alguém vigilante contra os excessos realizados por figuras poderosas, e que também atuaria contra as “economias da pobreza.” Essas considerações dialogavam com seus projetos, dentre eles, são destacados a cooperativa de consumo dos ferroviários, a luta pela valorização dos vencimentos municipais e as reivindicações acerca do esgoto da Rua 2 de Julho. (PRESTAÇÃO..., 1948)

Ressalta-se que a inserção popular, no cenário político de Alagoinhas, se tornou tema emblemático, a ponto de num momento futuro, originar uma Frente Parlamentar cujas ações desencadearam diversos conflitos no interior da Câmara Municipal. A questão será retomada mais adiante.

A eleição para a renovação da mesa da Câmara Municipal de Alagoinhas foi noticiada pelo jornal *O Nordeste*, para ocorrer em 7 de abril de 1950, evento pelo qual o vereador Hugo Dantas, até então líder do Legislativo, seria substituído. O redator não se furtou do suspense: “Quem vencerá nesta luta, o PSD ou a UDN, uma vez que as duas correntes políticas têm possibilidades numéricas apreciáveis? Aguardemos os acontecimentos até lá”. (CÂMARA..., 1950, p. 4) Na escolha do novo dirigente, venceu o candidato José Farano da Silva, do PSD, com vantagem em relação aos udenistas e trabalhistas. (ELEITA..., 1950)

Às vésperas das eleições de 1950, assim como nos pleitos anteriores, o ambiente político esteve marcado por dissidências e divisões, no interior das siglas partidárias. Para tanto, *O Nordeste* estampou a crise existente na célula da UDN. O jornal também veiculou uma notícia acerca da convenção do partido ocorrida entre 22 e 24 de abril, em Salvador, que resultou no lançamento da candidatura do Coronel Juracy Magalhães ao governo do Estado e de Josafá Azevedo para a Prefeitura de Alagoinhas. (UNANIMEMENTE..., 1950) Além de Juracy Magalhães, concorreria ao cargo de governador Lauro Farani Pedreira de Freitas (1901-1950), –

nascido em Alagoinhas –, candidato pelo PSD e Landulfo Alves (PTB). (CAMPANHA..., 1950)

Em 11 de setembro de 1950, na efervescência da campanha eleitoral, foi divulgada a notícia do desastre aéreo que vitimou o candidato Lauro de Freitas. *O Nordeste* destacou os laços paternos do engenheiro com Graciliano Pedreira de Freitas, ex-intendente municipal de Alagoinhas. (DOLOROSO..., 1950) Ele era também primo de Esther Farani Cordeiro, juíza, oradora oficial da Marcha da Família (1964).

Em entrevista concedida no ano de 2017 a esta pesquisadora, a professora Normandia Azi Lacerda,¹² 87 anos, cuja família Azi ainda hoje é considerada influente na economia, bem como na política alagoanhense, descreveu a convivência com Esther Farani Cordeiro, afirmando os laços familiares que a juíza mantinha com Lauro de Freitas:

*Dona Elisa tinha Lígia, Esther e Dilza. Esther era a do meio. Tão lindinha e tão inteligente! Todas Farani. Ligadas a quem? Lauro Farani Pedreira de Freitas. Político e grande nome da empresa ferroviária, que por muito tempo foi um grande caudal de empregos. Ele foi diretor.*¹³

Nota-se que Esther Farani Cordeiro pertenceu a uma família renomada de Alagoinhas. Essa informação, de certa forma, revela o perfil socioeconômico dos escassos nomes de mulheres identificadas na marcha alagoanhense, como pertencentes a um padrão elitista e tradicional, comum às outras brasileiras que tomaram as ruas em virtude desse evento específico. A questão será discutida, com maior afinco, nos próximos capítulos.

12 Normandia Azi Lacerda nos concedeu variados depoimentos acerca da sociedade alagoanhense, destacando as décadas de 1950-1960. Oriunda de uma família de libaneses, cuja mãe Alzira Azi era católica fervorosa, e por conta disso, lhe passou os seus princípios religiosos. Atualmente, Normandia está aposentada, mas participa de projetos voltados a “um movimento de educação para a cidadania”. Ademais, coordena há cinco anos a Associação de Oncologia Nova Vida Alagoinhas, pela qual auxilia no tratamento e apoio psicológico necessário às mulheres carentes, vítimas de câncer na cidade, Conta com a colaboração de diversos especialistas. Segundo a depoente, devido à pandemia do covid-19, não está ocorrendo reuniões presenciais. A seu ver, no encontro com as pacientes e colaboradores, ela tem vivido ainda mais a sua missão religiosa.

13 Entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 17 jan. 2017.

O resultado da morte de Lauro de Freitas, juntamente com o apoio de Getúlio Vargas ao seu substituto, desencadeou maior acirramento a um cenário considerado por Dantas Neto (2006) como relativamente envolto em um momento de paz, após a chegada da democracia. Mas, o estopim principal para a quebra desse clima ameno, segundo o mesmo autor, teria sido a vitória do PSD nas eleições baianas de 1954.

Voltando ao ano de 1950, importa ressaltar que, em Alagoinhas, os resultados da eleição presidencial foram os seguintes: Getúlio Vargas, que obteve 4.361 votos, seguido por Eduardo Gomes com 1.586 votos, Cristiano Machado (455 votos) e João Mangabeira (apenas 1 voto). Para vice-presidente, Café Filho alcançou 3.037 votos, seguido por Odilon Braga (1.709 votos), Altino Arantes, (442 votos), Vitorino Freire (22 votos) e Alípio Correia Neto (1 voto). Para senador, venceu Landulfo Alves, com 3.843 votos, acompanhado por Durval Neves da Rocha (3.553 votos), Clemente Mariani (2.484 votos) e Álvaro Augusto da Silva (2.309 votos). Em relação ao governo do estado, Régis Pacheco saiu vencedor, com 4.000 votos, à frente de Juracy Magalhães (2.468 votos). Para prefeito de Alagoinhas, venceu Pedro da Costa Dórea, com 2.589 votos, seguido por Josafá Paranhos de Azevedo (2.104 votos) e Antônio Martins de Carvalho Junior (1.594 votos). (RESULTADO..., 1950) Depois, da divulgação dos resultados, *O Nordeste* se prestou a noticiar, na edição seguinte, de número 61, os resultados referentes às vagas destinadas aos cargos de deputado estadual, federal e vereadores. Em relação ao resultado dos vereadores eleitos em Alagoinhas, o PSD, a UDN, o PTB elegeram cada um deles quatro edis. (COMO..., 1950) Não foi possível constatar o número de deputados eleitos devido às informações imprecisas contidas na fonte analisada.

Segundo ainda sublinha *O Nordeste*, um panorama pôde ser construído, mediante análise da conjuntura política, que se delineava a partir das eleições de 1950, tomando as dimensões nacional, estadual e municipal. Eis um dos trechos da matéria, intitulada “O futuro Governo”:

Dentro de reais alguns dias estarão empossados os futuros dirigentes da coisa pública no plano Federal, Estadual e Municipal. Para o governo da república volta, conduzido pelo

voto popular o senhor Getúlio Vargas que em 1937 não titubeou em espezinhar a vontade popular, tripudiando sobre as sagradas instâncias democráticas, considerando o sufrágio universal pelo voto secreto na máquina corruptora na consciência nacional. Depois de experimentar o ostracismo da oposição e de aquilatar quanto vale, na realidade a vontade das massas, o ilustre gaúcho volta a tomar as rédeas do governo nacional. (FUTURO..., 1951, p. 1)

No que se refere ao resultado das eleições estaduais, o periódico pontuou:

Para o governo do Estado, vai o ilustre Sr. Régis Pacheco, um autêntico baiano do interior, conhecido certamente, das dificuldades inúmeras em que se batem as classes produtoras do nosso *hinterland* e os homens que de sol a sol mourejam na lavoura a braços com a falta de crédito de trabalhadores e sobretudo de garantias para que, em paz, possam construir para o futuro de seu filho que, na campanha empunhou como arma a sua bandeira. (FUTURO..., 1951, p. 1, grifo do autor)

Em relação ao pleito municipal, foi enfatizado que seria assumido por um dos “mais dignos e poderosos filhos de Alagoinhas”, o Sr. Pedro Dórea, mas deixando clara a ausência do seu programa de governo:

O ilustre prefeito eleito não tem, ao que saiba, um programa de trabalho traçado. Certamente que antes quer conhecer de perto as possibilidades da comuna que vai dirigir. Alagoinhas espera confiante a sua palavra de administrador antes mesmo que venha a sua palavra de chefe de uma facção política, [...]. O que se nota é a expectativa geral em torno da futura administração, das responsabilidades que pesam sobre os ombros do futuro administrado, e em tal expectativa se nota o desejo sincero e desinteressado de todos colaborarem com a administração, que se instalará a 31 de janeiro. Contanto que ela venha a ser digna dessa leal cooperação. (FUTURO..., 1951, p. 1)

No que concerne ao cenário estadual, durante a gestão Régis Pacheco (1951-1955) priorizou-se as transformações urbanísticas, porém, o exemplo mais profícuo dos avanços urbanos se destinou à Salvador. Apesar disso, a ambiguidade entre o moderno e o tradicional dentro da elite política, dominou o cenário, pois era de grande interesse, aos setores dominantes, a manutenção de seus privilégios. Fica evidente para Dantas Neto (2006, p. 79) que a capital baiana, apesar de inserida no contexto da modernidade, apresentava-se “pobre, plebeia, inculta e conflituosa”.

A imprensa alagoinhense, nos dias da década de 1950, não diferiu das décadas anteriores quanto aos assuntos mais discutidos, que denunciavam as mazelas relacionadas ao abastecimento de água e de energia elétrica, ao custo de vida alto, ao saneamento básico, cada vez mais sucateado, nos bairros pobres, inclusive, às críticas ao governo Vargas. Outro tema recorrente era o clima de conchavos, que possibilitava maior fragmentação nas siglas partidárias. Na matéria de *O Nordeste*, com o título de Política & políticos, o vereador Almiro de Carvalho Conceição teceu suas críticas sobre este cenário:

Os políticos esquecem-se de que o povo está vigilante, olhando a todas essas manobras e conchavos dos gabinetes de Câmara e Prefeitura. Enquanto eles procedem lutando pelos seus interesses políticos, os bairros proletários da cidade continuam sem luz, sem esgoto, sem água sem calçamento e sem qualquer diversão para as suas famílias. Os melhoramentos feitos sempre no centro da cidade onde residem os abastados, os felizardos da fortuna e o abandono reina sempre nos bairros onde reside a camada pobre, e, que, por sinal, é o sustentáculo da nação. (POLÍTICA..., 1953)

No início do ano de 1954, o clima eleitoral já se evidenciava, não somente em Alagoinhas, como também na Bahia, de modo geral. Os representantes do povo, na Câmara, traziam à tona as promessas de campanhas que não haviam sido cumpridas principalmente aquelas traçadas pelos seus adversários políticos. O contexto convidava, pois, a ampla divulgação de notícias falsas ou fidedignas. Neste ano, *O Nordeste*

noticiou a disputa pelo cargo de governador do Estado, por Pedro Calmon, Antônio Balbino e Manoel Novaes; uma campanha eleitoral que se destacava pelas “propagandas, luta, ataques e arengas”. (CANDIDATOS, 1954, p. 3)

Em 31 de agosto de 1954, *O Nordeste* divulgou o suicídio de Getúlio Vargas, que, segundo os redatores, encerrava um círculo histórico no país, rememorando a arrancada revolucionária à frente da Aliança Liberal, em 1930, quando foi deposto o ex-presidente Washington Luiz. (TRÁGICO..., 1954, p. 3) Tal distinção revela a célere transformação, no discurso do jornal após o episódio, isto porque aproximadamente um mês antes, veiculou diversas notícias, nas quais tecia duras críticas ao ex-presidente e ao governo em crise.

No trecho da matéria “Só lhe resta um caminho”, redigida pelo articulista e político João Nou, no qual discorre sobre o atentado ao jornalista e político Carlos Lacerda, ocorrido, em 5 de agosto de 1954, as suspeitas recairiam sob membros da equipe de segurança de Vargas:

Está o Senhor Getúlio Vargas, num beco sem saída. Nesta altura só lhe resta um caminho: a renúncia e o voluntarioso isolamento da vida pública brasileira. Se ele fizesse isso ainda poderia ter um fio de vida, tranquilo nas suas imensas terras do extremo sul, mas se ele não ouvir o apelo que lhe dirige unissonamente o povo brasileiro que ele prometia, subiria sem ele as escadas do Catête, então coitado do velho que nem saberemos se terá tempo de se arrepender dos seus pecados. (SÓ LHE RESTA..., 1954, p. 2 e 4)

Com o suicídio de Vargas, o clima ficou acirrado no processo eleitoral baiano, evidenciando os embates entre a corrente autonomista *versus* o varguismo. O resultado eleitoral legitimou Antonio Balbino ao cargo de governador, confirmando o peso da morte de Vargas nas eleições estaduais. (DANTAS NETO, 2006, p. 151-152) Em Alagoinhas, uma matéria de *O Nordeste*, de outubro de 1954, intitulada “A influência do cadáver”, ao comparar o resultado eleitoral alagoinhense aos resultados de São Borja, cidade natal do ex-presidente, relatou que, em Alagoinhas, cida-

de tão distante da outra, as coligações associadas ao varguismo tiveram “maior painel eleitoral” do que na cidade do ex-presidente. Eis um trecho da referida reportagem: “[...] O mal de 1950 se fez sentir novamente e o eleitorado só quis votar em candidato do cadáver, que onde estava sepultado foi varonilmente derrotado, apesar do choro dos senhores Osvaldo Aranha e Jango Goulart”. (INFLUÊNCIA..., 1954, p. 1 e 6)

Às vésperas da sucessão municipal de 1954, em Alagoinhas, o cenário demonstrava intensificação dos confrontos, no interior dos partidos políticos. O PSD, com o apoio do PSP e PR, registrou a candidatura de Vitor Nascimento. A UDN apresentou o candidato Carvalho Júnior e o PTB lançou Israel Pontes Nonato. A configuração partidária definiu as alianças PSD-PSP-PR, UDN-PDC e PTB. (VITOR..., 1954, p. 1) Os resultados das urnas especificaram a vitória de Carvalho Junior, com 3.013 votos, seguido por Vitor Nascimento Filho, com 2.036 votos, em seguida Israel Pontes (695 votos). Para o governo do estado, venceu, em Alagoinhas, Antônio Balbino (eleito governador da Bahia), com 5.134 votos, à frente de Pedro Calmon, que contabilizou 1.711 votos. No tocante ao cargo de vereador, foram eleitos 12 candidatos, sendo cinco pelo PSD e UDN e dois pelo PSP. (RESULTADO..., 1954)

Segundo o jornal, houve rumores de que a eleição para a Prefeitura de Alagoinhas teria sido corrompida por compra de votos e fraudes eleitorais, o que colocou o resultado sob suspeita. (SOB UM..., 1954) Mediante aferição do resultado oficial, confirmou-se a vitória de Carvalho Junior. *O Nordeste* destacou que o prefeito eleito tinha sido ex-membro do PTB e que já havia exercido o cargo de prefeito durante o Estado Novo. O colunista considerou também, que ele voltaria “à direção do nosso município reconduzido pelo voto popular, o que lhe presta maiores e mais graves responsabilidades”. (CONSOLIDADA..., 1955) Um ponto a ser destacado tem relação com o fato de, que, durante a campanha eleitoral, os redatores demonstraram preferência ao bancário e candidato a prefeito Vitor Nascimento (PSD), cujo nome surge diversas vezes em matérias que o enaltece. Conforme evidenciado, na seguinte notícia:

Com VITOR NASCIMENTO os pequenos e os grandes, sem distinção de classe, cor, credo político ou religião, serão

beneficiados e com isto teremos Alagoinhas mais progressista, por ter a bondade e a eficiência a serviço do povo do qual ÊLE faz parte integrante. Vitor Nascimento, um prefeito já vitorioso. (BONDADE..., 1954)

Na sessão da Câmara Municipal, datada em 10 de maio de 1955, o debate se estendeu ao cenário administrativo e partidário, focalizando o que foi chamado de “estado de desmoralização no qual se encontravam os partidos políticos.” O já mencionado João Nou defendeu, que:

Muitos vão usar fora dos seus quadros elementos de outros partidos para dirigentes das Câmaras e governadores e assim não escapou o município de Alagoinhas que elegera para seu prefeito o honrado e respeitado cidadão Antônio Martins de Carvalho Junior do Partido trabalhista, por indicação da União Democrática Nacional, e por tais motivos é que o regime está em falência. (ALAGOINHAS, 1955b)

De fato, como evidenciado nas linhas anteriores, o sistema partidário brasileiro, da Segunda República, foi constantemente tomado por dissidências. Ao esboçar sobre o assunto, a imprensa alagoinhense destacou perdas pelas quais o PTB atraiu mediante os acordos realizados, especialmente, a partir do final trágico de Getúlio Vargas.

O cenário e o crime da Câmara

Após os resultados das eleições de 1954 em Alagoinhas, divulgou-se a formação da Frente Popular Democrática (FPD), cuja composição trazia os nomes de João Nou (PSD), Hildebrando Dias (PSP), Hostílio Dias (UDN), Romualdo Campos (PSD), Amando Camões (PSD) e João Ramos (PSD). Além desses, José de Araújo Batista, operário e representante do eleitorado de Aramari, que assumiu o cargo na condição de suplente, conforme consta na Ata da Câmara Municipal de Alagoinhas, datada de 15 de abril de 1955. (ALAGOINHAS, 1955a)

A configuração dessa bancada popular se destaca por conter, em seu quadro, exemplos de reivindicações semelhantes às da legislatura anterior, preocupada com a população mais carente e interligada com as demandas de infraestrutura cidadina. Logo, se sobressai a forte inclinação em defesa dos trabalhadores pertencentes aos curtumes, à ferrovia e ao serviço municipal. Em sessão da Câmara de 10 de maio de 1955, o vereador João Ramos, apoiado pelos vereadores Amando Camões e João Nou, solicitou, ao diretor da Leste Brasileiro, a retirada de entulhos de lixo e ferros velhos, que se encontravam depositados na entrada da Rua 2 de Julho. (ALAGOINHAS, 1955b) Sabe-se que a referida rua serviu de área residencial dos trabalhadores da Leste e de suas famílias.

É importante observar o papel das frentes democráticas nas indefinições e fragilidades dos programas partidários, que não possuíam o vigor esperado para gerir as demandas identitárias de diferentes grupos sociais num novo contexto democrático. Talvez por isso, surgiram e permaneceram fortes, entre 1945 e 1964 no Brasil, segundo o estudo de Delgado (2013, p. 130). A nível nacional, encontram-se a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), ambas com ideais opostos, porém, inseridos no mesmo contexto.

Em sua contribuição para o debate, Heber José Oliveira (2013) constatou a existência, na Bahia, de outro movimento similar à FPD que veio a calhar na cidade de Cruz das Almas, chamado de Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA). Este se sustentava nos princípios nacionalistas e esteve em alta no cenário político de Cruz das Almas entre os anos de 1957 e 1964. Ademais, refletiu a conjuntura nacional, no que se refere à urgência por desenvolvimento econômico e social aproximando-se, portanto, ao modelo das frentes recorrentes no país.

Algo em comum entre as frentes alagoinhense e cruz-almense seria a representatividade política na Câmara Municipal. A FNCA formou-se em 1957 e, somente, em 1960, ocupou lugar no Legislativo da referida cidade. Em 1964, com o golpe civil-militar, alguns dos seus representantes foram cassados, presos ou fugiram, culminando no fim do referido movimento nacionalista. Destaca-se que os seus membros compactuavam com o projeto trabalhista do PTB, inclusive, alguns deles faziam parte dessa entidade partidária. (OLIVEIRA, 2013, p. 83-84) Outro aspec-

to comum às duas frentes se refere à utilização da mídia impressa para divulgação de suas demandas políticas. Oliveira (2013, p. 65) destaca que, no início, a Frente cruz-almense divulgava propostas e notícias no jornal *Nossa Terra*, mas não demorou muito para que construísse o próprio jornal denominado *O Nacionalista*, ressaltando que sofreu ações coercitivas depois da deflagração do golpe civil-militar.

A FPD contava com o jornal *O Nordeste* que, embora já existisse, em período anterior ao da Frente alagoinhense, possuía no quadro de funcionários, algumas personalidades filiadas ao grupo parlamentar mencionado, tais quais os vereadores João Nou e Hildebrando Dias. O referido jornal também foi perseguido por causa de suas posições.

Cabe, aqui, uma breve colocação sobre *O Nordeste* que foi um dos poucos veículos de comunicação vigente em Alagoinhas naquele período. Fundado, em 1948, por Joanito Rocha, noticiava fatos diversificados de Alagoinhas e regiões circunvizinhas. Mas, por possuir vários redatores, as opiniões em seu interior divergiam, e, vez ou outra, demonstrava, com acidez, assuntos que incomodavam as personalidades públicas locais, o que lhe rendeu alguns dissabores como um atentado a sua redação e uma lista de processos jurídicos. No que se refere ao atentado, houve no referido episódio um incêndio, ocorrido, em 4 de março de 1955, que resultou em equipamentos quebrados e furtados. Em matéria publicada sobre os ataques que vinha sofrendo, um dos articulistas de *O Nordeste* pediu ajuda à população e às autoridades para refazer-se do atentado. Ao finalizar a notícia redigiu a seguinte frase: “A voz da imprensa e a voz do povo jamais calarão”. (NORDESTE..., 1955a)

Em 1955, *O Nordeste* se mostrou ainda mais destemido, protagonizando vários confrontos pessoais com o prefeito Carvalho Junior, opositor político de João Nou e Hildebrando Dias. Denúncias e ofensas pessoais eram trocadas tanto no interior da Câmara Municipal quanto nas páginas dos jornais. Além disso, nesse período, o jornal era utilizado para propagar os feitos da FPD, no Legislativo, e apontar os desfeitos dos seus adversários. As acirradas disputas ocasionaram uma tragédia, no interior da Câmara, que será tratado mais adiante. (PREFEITO..., 1955)

Prosseguindo na discussão, a concepção de Luca (2008, p. 128) sobre a fonte jornalística utilizada sob o viés político merece destaque:

As renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História cultural, renderam frutos significativos [...].

Nesse sentido, é possível afirmar que a atuação desse veículo de comunicação, específico, levando em consideração sua tendência instigante da opinião popular, nos permite classificá-lo como fonte importante para a problematização da pesquisa histórica imbricada em questões políticas. Uma projeção do que está sendo dito é o caso do jornal *O Nordeste*, o qual se intitulava um órgão de “imprensa livre e independente”, mas que declarou sua oposição ao PSD de Lauro de Freitas, nas eleições de 1950, ao tempo em que apoiava a candidatura de Juracy Magalhães (UDN). Isso foi constatado a partir da leitura de uma matéria, por ele veiculada, em 29 de outubro de 1950, a saber, “Ensarihar armas.”

É relevante frisar que, no ano de 1955, ocorreu a campanha eleitoral para a presidência da República. Sobre a questão, durante a visita do candidato Juscelino Kubitschek (JK), vinculado ao PSD, à Alagoinhas, os membros da FPD manifestaram apoio à aliança PSD-PTB. No dia 3 de outubro de 1955, JK realizou um comício, na Praça Graciliano de Freitas, no qual também discursaram João Nou, José de Araújo Batista e Hostílio Dias. Este último, vereador e ferroviário, foi ovacionado por camponeses do distrito de Boa União, representados por uma delegação de carvoeiros. Um nome que chama atenção em meio aos oradores do referido evento é o do então estudante de direito Murilo Cavalcanti que teve participação ativa no contexto do golpe de 1964, em Alagoinhas, enquanto ocupava o cargo de prefeito da cidade; militância que lhe causou a detenção pelo Exército. A atuação de Murilo Cavalcanti, no cenário do golpe, será retomada mais adiante. (JUSCELINO..., 1955)

Eis o que nos informa *O Nordeste*, referente à visita de Juscelino Kubitschek à Alagoinhas:

Na residência do jornalista Godinho Carneiro, após o almoço na vivenda do Dr. Pedro Dórea, que hospedou a caravana PSD-PR,

o candidato Manoel Novaes atendeu um grande número de operários de curtumes e da Leste, mantendo com os mesmos, interessante debate liderado pelos vereadores Romualdo Campos, Hostílio Dias e José de Araújo Batista. (JUSCELINO..., 1955, p. 1)

Aqui mais uma contribuição histórica acerca do episódio, dessa vez fornecida por Manoel Novaes: “Ninguém se iluda: o povo brasileiro, comandado por Juscelino e Jango parou a espada que queria desfechar o golpe sobre a democracia brasileira. Este mesmo povo levará Juscelino ao Catête e garantirá a sua posse.” Novaes finaliza com um pedido a Kubitschek: “Pedimos a V. Excelência que diga ao Dr. Jango Goulart que os operários de Alagoinhas e de Aramari cumprem, também as suas ordens, que são as ordens de Getúlio”. (JUSCELINO..., 1955, p. 5)

Dentro desse enquadramento, o resultado das eleições presidenciais de outubro de 1955, em Alagoinhas, confirmou a vitória de Juscelino Kubitschek (2.661 votos) sobre Adhemar de Barros (1.002 votos), Juarez Távora (992 votos) e Plínio Salgado (615 votos). Para vice-presidente, liderou João Goulart (3.335 votos), seguido de Milton (1.340 votos) e Danton, com 356 votos. (RESULTADO..., 1955)

Os resultados deram lastro para o jornalista João Godinho Carneiro registrar, na “Coluna do Meio”, do jornal *O Nordeste*, a importância da Frente Popular Democrática (FPD) para o resultado das eleições de 1955, em Alagoinhas:

Devemos dizer que as vitórias amplas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, neste município, deve-se principalmente à Frente Popular Democrática. Destacando-se os vereadores João Nou, Hildebrando Ribeiro Dias, Hostílio Dias, José de Araújo Batista e Romualdo Pessoa Campos), elementos do Partido Republicano, do PSD, e getulistas (não dizemos do PTB, porque este partido não tomou posição de vanguarda entre nós), além do vereador Armando Leal, que rompendo com a União Democrática Nacional, foi o responsável pela vitória dos candidatos populares no distrito de Boa União. (ELEIÇÃO..., 1955, p. 5)

Nos anos anteriores à posse de Juscelino Kubitschek, o contexto esteve marcado por turbulências políticas, sobretudo, pela inesperada saída de cena de Getúlio Vargas do centro político brasileiro. O suicídio possivelmente instigado pela hostilidade da oposição, se refletiu nas urnas, quando a UDN assistiu à expansão do PTB-PSD e a sua derrocada nas eleições legislativas de 1954. Considerando essa perspectiva, Ricardo Maranhão (2004, p. 262) esclarece que:

Dois meses após a posse de Café, as eleições parlamentares de 3 de outubro de 1954 mostraram o avanço da oposição petebista (de 51 para 58 cadeiras) na Câmara dos deputados, o recuo eleitoral da UDN (de 84 para 74 cadeiras). E a manutenção da maioria pessedista que não hostilizava abertamente o governo, mas também não apoiava.

Se houve significativo desprestígio do PTB, em Alagoínhas, talvez gerado pela repercussão da morte de Vargas, configurado na eleição, de Carvalho Junior, que abandonou o partido pela UDN em 1954, nos interstícios do panorama nacional, ano de 1955, as disputas se tornaram cada vez mais tensas provavelmente após a união, entre PTB e PSD, visando a candidatura de Kubitschek e João Goulart. A aliança PTB-PSD venceu as eleições, desfavorecendo, sobremaneira, o ex-líder tenentista Juarez Távora. Inconformados, com a derrota, nas urnas, alguns membros da UDN intentaram fortalecer a lógica de um golpe militar depois que o presidente, em exercício, Café Filho afastou-se do cargo por motivo de saúde.

Por essa via, acha-se considerações importantes em Maranhão (2004, p. 268):

Uma visão resumida das aparências do 11 de novembro de 1955 pode deixar a impressão de que se tratou de um pequeno abalo político, em que um presidente interino e frágil, Carlos Luz (Presidente da Câmara dos deputados, empossado apenas 8 dias antes por motivo de doença do presidente em exercício, o também muito forte Café Filho) desentende-se com o ministro da guerra General Henrique Teixeira Lott. Carlos Luz não

era da confiança do ministro, pois tinha sólidas ligações com os setores políticos da UDN e seus aliados, que como veremos mais adiante, desejavam um golpe que impedisse a posse do presidente eleito no mês anterior, Juscelino Kubitschek.

Segundo o mesmo autor:

O ministro comprometido com a posse dos eleitos, se afasta no dia anterior (10 de novembro) do governo: mas acusa o presidente interino de estar pondo em andamento um golpe e, em defesa da Constituição, destitui Carlos Luz, entregando o poder a seu sucessor constitucional Nereu Ramos, presidente do Supremo Tribunal Federal (TSE). Tudo parece como dantes no quartel de Abrantes, e Juscelino toma posse normalmente da presidência. (MARANHÃO, 2004, p. 268)

Cabe salientar que, quando o presidente da Câmara, Carlos Luz, assumiu a presidência, militares que apoiavam Juscelino Kubitschek realizaram um movimento para garantir sua posse. *O Nordeste* noticiou o evento, nos seguintes termos: “[...] processos antidemocráticos, os mais abomináveis e degradantes da história política de um povo, foram postos em prática, tentando impedir que brasileiros livres e independentes votassem de acordo com a sua consciência”. (VITÓRIA..., 1956, p. 1)

O Nordeste também expressou agradecimentos ao general Henrique Lott e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por terem “garantido a sobrevivência das instituições democráticas”. Eis trecho do texto:

Nada porém, deteve a consagrada e soberana vontade popular que escolheu honrada e acertadamente através do julgamento irrecorrível das urnas, os novos dirigentes da República brasileira, que não podia se transformar em alvo vergonhoso de paixões ou recalques de inimigos inconformados de legalidade do regime. (VITÓRIA..., 1956, p. 1)

Conforme Maranhão (2004, p. 262), mesmo empossado, Kubitschek enfrentou levantes (1956 e 1959), de pouco fôlego, que almejavam fazer

com que forças golpistas tomassem o poder das suas mãos. Um número significativo de postos públicos, inclusive, a nível ministerial, foi ocupado por militares, o que provocou certo esvaziamento da oposição nos quartéis. Para, além disto, setores mais radicais, não pertencentes ao núcleo de poder, e, estimulados por Carlos Lacerda e pela UDN, persistiram em ações diretas contra Juscelino Kubitschek. É o caso dos fracassados levantes de Jacareacanga, entre janeiro e fevereiro de 1956, e Aragarças, em dezembro de 1959.

Em alusão ao cenário alagoinhense, de meados de 1950, a visível FPD se agigantava como porta voz das demandas populares, contrárias às forças políticas conservadoras. Novamente, é interessante consultar Morais (2011, p. 106):

Na legislatura de 1955-1958, essa bancada oposicionista, denominada por Frente Popular Democrática, demonstrou em sua atuação vínculos com segmentos da classe trabalhadora, ao passo que aspirava ampliar a sua ocupação em instâncias decisórias importantes para o município. Durante esse mesmo período, se desenvolvia no plano nacional um embate político que influenciava a polarização entre forças políticas reformistas, herdeiras do getulismo, e setores conservadores da elite brasileira. Deste golpe. [...] Na arena política de Alagoinhas, essa polarização política reverberou, se tornando mais evidente na legislatura de 1955-1958 através do choque ente a FPD e o grupo governista liderado pela UDN.

Ressalta-se, pois, que as recorrentes tensões partidárias entre a oposição e a UDN tomaram uma larga proporção, no interior da Câmara de Alagoinhas, ao ponto de estabelecer um conflito pessoal entre o vereador João Nou e a família do prefeito Antônio Martins Carvalho Junior. Isso desencadeou um fatídico resultado, culminado na morte de Darcy Carvalho, o filho de Carvalho Júnior e secretário do governo do município de Alagoinhas. A tragédia ocorreu durante sessão da Câmara, datada de 7 de maio de 1956, quando se deflagrou um tiroteio no qual estiveram envolvidos, os vereadores João Nou, Hildebrando Dias e Hostílio Dias, todos membros da FPD, que também saíram feridos.

Em 7 de maio de 1956, deu-se início à reabertura dos trabalhos no Legislativo Municipal, e eis que no decorrer daquela sessão apareceu Darcy Carvalho, filho do prefeito Carvalho Junior. Em voz alta, dirigiu-se ao vereador João Nou que encaminhava a seção, substituindo o presidente Armando Leal. Darcy Carvalho pediu-lhe satisfação sobre as ofensas que ele estaria constantemente dirigindo ao seu pai. Inclusive, algumas novas acusações lavradas na ata daquela sessão. João Nou se recusou a obedecer a aquele pedido, e disse que só aceitaria fazê-lo no cinema do seu amigo José Azi, cuja entrada seria paga e a renda revertida para a Santa Casa de Misericórdia. Disse-lhe também que o fato ocorreria mediante a apresentação de “um macaco chifrudo, preso à sua cabeça para o deleite da plateia.” A ironia de João Nou acabou por provocar a ira de Darcy Carvalho que lhe disse: “isso ainda é sobre o repto da honra”, referindo-se a um panfleto distribuído dias antes, na cidade, pelo seu pai, no qual convocava João Nou a vir a público se retratar ou provar as acusações de “profundamente desumano” e “espertamente desonesto”, que o vereador lhe fizera. (SANGRENTO..., 1956)

Nou estava terminando a leitura da ata quando Darcy Carvalho o interpelou. O vereador estava armado, e não hesitou em apertar o gatilho contra o filho do prefeito. Mas o tiro falhou. Ao tentar deixar o local, Carvalho foi impedido por algumas pessoas. Segundo o jornal *A Tarde*, para defender-se, ele pulou para o interior do recinto e sacou uma arma do bolso e disse a João Nou: “Aqui vim para defender a honra do meu pai. Pode atirar covarde, pois é a última coisa que você pode fazer nessa altura”. Nou atirou, o atingindo na altura da clavícula. Este reagiu, atirando duas vezes contra o edil, atingindo-o gravemente no tórax. O vereador Hildebrando Dias, que estava ao lado de Carvalho, disparou a sua arma contra o secretário, atingindo-o com mais um tiro. O filho do prefeito rebateu acertando-lhe um tiro no rosto. (SANGRENTO..., 1956)

Vendo aquilo, o irmão de Hildebrando, Hostílio Dias, também tentou alvejar Carvalho. Este reagiu pela terceira vez, mas o tiro passou próximo à cabeça de Hostílio. Darcy Carvalho não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. O resultado daquele dia fatídico foi exposto no jornal *A Tarde*, no qual as imagens de Hildebrando Dias e João Nou estiveram destacadas, diretamente do Hospital Dantas Bião. Os vereadores atingi-

dos foram transferidos para o Hospital Português, em Salvador, e embora o estado fosse grave, conseguiram sobreviver. Em relação ao combate com o vereador Hostílio Dias, este não foi atingido. Consta-se que a sala de sessão ficou com 12 balas cravadas na parede. Segundo o *A Tarde*, um homem chamado José Alves foi preso e confessou ter recebido dinheiro, com mais alguns comparsas, para executarem o crime. Porém, acabou entrando na Câmara apenas para tentar acalmar os ânimos dos exaltados. O jornal não explicou quem foi o mandante do crime, quem seria o alvo, ou se o tal homem também disparou arma de fogo. (SANGRENTO..., 1956)

O veículo jornalístico também destacou que João Nou, desde que conseguiu a maioria das cadeiras da Câmara, em prol do grupo formado pela FPD, havia acirrado ainda mais as duras críticas ao prefeito, culminando no assassinato do seu filho. Em busca das razões, porém procurando relativizar o ponto de vista de ambos os lados, pode-se problematizar que, com a vitória no interior do Legislativo, a FPD acabou atraindo a ira dos grupos elitistas que não conseguiram aceitar a maioria do Legislativo alagoíense, inserida no grupo opositor, com demandas populares que poderiam ameaçar os seus interesses naquele novo cenário. (NOVA..., 1956)

O desfecho resultou no processo de acusação pelo crime, afastamento do mandato e detenção dos referidos vereadores. Para Moraes (2011, p. 113-117), possivelmente o ocorrido gerou um desgaste na FPD, causando a dissolução daquele bloco. Assim considerado, a ascensão da referida instituição, para além do ano de 1958, foi posta em perigo e desmontada na mesma medida. Segundo Tatiane Figueiredo (2013, p. 72-73), após esse episódio, o vereador Hostílio Dias ficou preso por dois anos e cinco meses, porém, ao final do julgamento foi absolvido junto aos outros acusados, no mês de setembro de 1958.

O contexto convida à reflexão sobre a pertinência de movimentos sociais, tais como a FPD e a já mencionada FNCA, com destaque para a primeira, que serviu de instrumento constituinte do processo formador da nova classe trabalhadora urbana em Alagoinhas e, cuja ocupação e mobilidade social se consubstanciava na política em torno dos impactos de um mundo cada vez mais atrelado à expansão populacional e industrial. Fortaleceu-se, nos enfrentamentos das dificuldades da vida urbana, dando ênfase à conquista dos direitos sociais e trabalhistas.

Como parte dessa instrução, o debate parlamentar no rol dos anseios da camada popular possibilitou abrir trincheiras entre a direita conservadora e a esquerda reformista num contexto polarizado pelo simbolismo da Guerra Fria e que paulatinamente se encaminhava para uma experiência histórica trágica.

Sobre a questão, Reis Filho (2014, p. 17) contribui:

A vitória do movimento civil militar que derrubou o presidente João Goulart, em fins de março e começo de abril de 1964, encerrou a experiência republicana iniciada em 1945.

[...]

A instauração da ditadura em 1964 destruiu tudo isso: o estado de direito, a democracia limitada e a versão trabalhista do nacional estatismo.

Alagoínas-BA: das eleições de 1958 às vésperas do golpe

Às vésperas da eleição de 1958, na Bahia, o governador Antonio Balbino considerava a vitória do seu candidato José Pedreira de Freitas (PSD) para compor a nova administração do Estado. A seu ver, a dissidência do PSD em relação ao candidato Vieira de Melo (PDC-PSP) quase não teria afetado as bases da sua agremiação, e o Sr. Pedreira de Freitas já tinha conquistado o apoio de importantes siglas partidárias, a exemplo do PR e do PTB. Mas, no interior do estado, era corrente a informação de que uma parcela significativa da agremiação majoritária do PSD pretendia votar no candidato da coligação PDC-PSP. Como desfecho, o candidato Juracy Magalhães (UDN) se elegeu. (BALBINO..., 1958)

Segundo Dantas Neto (2006) a aliança entre Antonio Balbino e a UDN não obteve o sucesso esperado naquela campanha, pela força de um acordo com o PTB junto ao governo estadual, por meio do qual o Partido Republicano pôde ocupar um espaço que supostamente seria destinado à UDN. Como consequência, o partido udenista e parte do PSD se afastaram do governo baiano. Assim, a aliança entre Balbino e a coligação PR-PTB,

apenas, contribuiu para a derrota eleitoral e a imediata desestruturação interna do seu grupo partidário. Para além disso, diminuiu drasticamente a possibilidade de ele receber o apoio dos candidatos de renome da UDN, sobretudo, devido a sua associação a Pedreira de Freitas.

É mister reconhecer que, à época, Balbino estava inserido, no contexto modernizante, enquanto persona de destaque que fazia reverberar o orgulho de uma conquista: a chegada da Petrobras à Salvador, ocorrida justamente durante o seu mandato, em meados de 1955. Balbino teceu reflexões críticas sobre a “polarização” no ambiente político nacional, com ênfase na Bahia. Esse fato o levou a investir numa certa visão “personalista” no interior de sua campanha eleitoral. No entanto, a supervalorização do *status* modernizante, que, de certa forma, aproximou suas propostas ao ideário udenista, no decurso de 1954, não evitou seu afastamento, em 1958. (DANTAS NETO, 2006)

Depois da apuração do pleito estadual de 1958, na Bahia, confirmou-se a vitória de Juracy Magalhaes (UDN), com 360. 746 votos, seguido por José Pedreira de Freitas (PSD) que angariou 264. 874 votos. O candidato Vieira de Melo (PDC), obteve a terceira colocação, com 114. 962 votos. Para vice-governador, Orlando Moscoso (PL) alcançou a maior votação, em seguida, Rômulo Almeida (UDN), e, logo após, Hélio Machado (PDC). (BRASIL, 1961) Assim considerado, entre 1959 e 1963, Juracy Magalhães governou o Estado e buscou se manter atento às demandas da modernização industrial, em contraponto com o atendimento dos interesses conservadores da elite política baiana. O contexto convidou, pois, ao prenúncio da instalação de uma ditadura no Brasil. (DANTAS NETO, 2006)

Em Alagoinhas, o resultado das eleições, em 3 de outubro de 1958, comunicou a vitória de José da Silva Azi (PR) à prefeitura. Para o Legislativo Municipal, foram eleitos 4 vereadores do PTN, 4 do PSD, 2 da UDN e 1 do PTB (VEREADORES..., 1958), e o cargo de presidente da Câmara foi ocupado por Luiz Bastos Rabelo e como vice-presidente José de Araújo Batista. (ALAGOINHAS, 1959a) A posse do novo prefeito e dos vereadores eleitos ocorreu na Câmara Municipal, em 7 de abril de 1959.

Ressalta-se que, quando divulgou uma nota sobre o resultado do pleito eleitoral de 1958 na cidade, o periódico *Correio de Alagoinhas* o classificou de inesperado:

[...] Dizemos inesperado porque as forças políticas que lhes fizeram oposição, chefiadas pelo deputado Josaphat Azevedo se encontravam inegavelmente muito bem-organizadas com uma candidatura forte à prefeitura, Senhor Antonio Valverde Bastos, dono da terra e que concentrava para si uma boa parcela do eleitorado. (BLOCOS..., 1959)

Após a eleição de José Azi, o cenário alagoinhense continuou sendo o palco de uma articulação política diversificada, no qual os blocos partidários se aproveitavam de situações oportunas para defenderem as suas posições. Nesse período, destacaram-se três grupos políticos na região:

- 1) o “bloco oposicionista” liderado pelo Dr. Walter Campos, filiado ao Partido Social Progressista (PSP). Além disso, integrantes do PTN como o Dr. Israel Nonato, presidente do PTB, Dr. Renato Bitencourt, vice-presidente do PTN, Porfírio Leal de Araújo e Horácio Dantas, os quais apoiaram a candidatura de Pedreira de Freitas, para o governo do Estado, e Antonio Valverde para a Prefeitura de Alagoinhas, mas como foi visto, não conseguiram a vitória;
- 2) o “bloco governista” que esteve sob a liderança do ex-prefeito Pedro Doria (PSD), – e vencedor nas urnas –, com Juracy Magalhães ao pleito de governador e José Azi para prefeito de Alagoinhas. Outros nomes não menos importantes integravam o bloco, a saber, Luiz Rabelo, presidente da UDN na região e o Dr. Jairo Maia, figura considerável no partido do general Juracy Magalhães. O *Correio de Alagoinhas* também estimou o nome de Murilo Cavalcanti, de tradição familiar pessedista, que se opôs à candidatura de Pedreira de Freitas, e, inclusive, conseguiu ter a maior votação municipal para a Câmara Estadual, enquanto apoiador do grupo governista. Outros nomes destacados foram os de Vítor Nascimento (PSD) e Nilton Maia, sob o qual se atribui a autoria da campanha vitoriosa destinada à chapa Juracy-Azi, em Alagoinhas;
- 3) o “bloco da vigilância” liderado por José Rios, o qual recebia colaborações de Armando Leal e tantos outros nomes que apoiaram

o candidato Vieira de Melo, e estariam à espreita do plano administrativo do prefeito José Azi para possivelmente se juntarem ao bloco governista. O contexto deixou claro aos editores do *Correio de Alagoinhas* que apesar das divergências entre esses grupos, eles mantinham um objetivo comum e inalterável: juntarem esforços na luta por “[...] dias promissores que hão de vir, para a Bahia e para Alagoinhas”. (BLOCOS..., 1959)

No ano seguinte, o *Alagoinhas Jornal* noticiou uma trégua entre dois grandes blocos divergentes na esfera política municipal, um ligado ao prefeito José Azi, e outro liderado por Jairo Maia e Luiz Rabelo, ambos da UDN e representantes do governador Juracy Magalhães na região. Nesse bojo de efervescência política, Juracy Magalhães e José Azi, que estabeleceram aliança política no processo eleitoral de 1958, já estariam em lados opostos quase um ano depois. O deputado Murilo Cavalcanti, guarnecido de expressivo apoio popular, fez parte da campanha Juracy-Azi, visto que apoiava a candidatura de Azi para prefeito e discordava da candidatura de Vieira de Melo para governador. Na nova formação política, não foi possível identificar exatamente, em qual grupo ele estaria inserido, mas, em determinadas notas emitidas por edições do jornal, percebe-se recorrentes referências de seu apoio durável ao grupo do prefeito José Azi. (TRÉGUA..., 1960) Esse quadro de mudanças repentinas, fusões ou desacordos políticos, talvez, possa ser melhor entendido a partir da reflexão acerca do pluripartidarismo que transitou o contexto nacional entre 1945 e 1964. Cenário esse, segundo Delgado (2013, p. 152), é identificado por muitos “como o melhor ensaio de democracia já vivido pelo Brasil”.

Ao longo deste capítulo, foram apresentados elementos que buscam compreender e discutir a movimentação das forças políticas, no contexto nacional e estadual, relacionada à redemocratização do Brasil e seus impactos na cidade de Alagoinhas. Embora a linha de discussão definida seja as movimentações de direita, desencadeadas pelo golpe civil-militar, na referida cidade, foi necessário delinear o contexto anterior ao recorte temporal. Nota-se que o golpe civil-militar, em Alagoinhas, contou com personagens relacionados a grupos políticos e sociais que disputavam há décadas o poder na região. Alguns desses personagens acabaram aderin-

do à nova ordem ditatorial, por meio dos festejos a favor do golpe, postos em cena pela Marcha da Família, ou um ano depois no desenrolar da visita do presidente Castelo Branco à referida cidade, em 23 de novembro de 1965. Valendo-se disso, entender as ações e as trajetórias desses grupos e indivíduos é relevante para a compreensão do contexto do golpe e de suas reverberações no cenário analisado.

Capítulo 2 - Década de 1960: efervescência nacional

No início da década de 1960, em Alagoinhas, irradiavam as manifestações político-sociais consonantes aos acontecimentos nacionais de relevância. Como foi evidenciado no capítulo anterior, este estudo se debruça sobre esses eventos, importantes para a legitimação do golpe de 1964, na cidade, a saber, a Marcha da Família com Deus pela Democracia e a visita de Castelo Branco. Porém, para dar prosseguimento à análise, visando empreender uma discussão profícua a este respeito, será necessário discutir o panorama antecedente às celebrações ao golpe, relacionando-o aos interesses vigentes nos bastidores da história local, contexto pelo qual este capítulo se insere.

Contexto local e nacional no limiar de 1960

No que se refere às questões econômicas e sociais, em 1960, Alagoinhas contabilizava uma população de 38.183 habitantes (TERMINOU..., 1960, p. 1) que se beneficiava do crescimento econômico advindo após a chegada da Petrobras. Nesse ano, cogitava-se o término do asfaltamento da rodagem Catu-Alagoinhas que havia sido excluída do plano governa-

mental, mas deveria ser concluída, pela Petrobras, a fim de atender aos interesses comerciais na região. (PETROBRAS..., 1960)

Sobre os impasses para a acolhida da Petrobras, verifica-se que, entre o final da década de 1950 e o início de 1960, os assuntos relacionados às descobertas de petróleo, em Alagoinhas e região, eram corriqueiros no interior do Legislativo Municipal. À época, houve queixas de alguns edis a respeito desta descoberta no campo do povoado de Buracica, especificamente no tocante a maneira como a imprensa noticiava os fatos. Foi o caso do vereador Romualdo Campos durante a sessão da Câmara de 3 de julho de 1959 que disse ter feito “constar nos Anais dessa casa o seu protesto sobre o modo da imprensa só fazer referência ao petróleo de Alagoinhas como sendo de Buracica de Santo Amaro.” Tomando a palavra, o vereador Hostílio Dias enfatizou que o petróleo havia jorrado no lugar denominado Espinho, pertencente ao município de Alagoinhas. Aproveitou também para advertir ao Poder Executivo do município acerca das vantagens econômicas que poderiam ser requeridas por meio da riqueza que ali estaria surgindo. (ALAGOINHAS..., 1959d) Para além disso, a cidade de Alagoinhas se destacava como centro comercial e industrial em expansão, como é verificado nas atas, em que os vereadores faziam alusões frequentes à expansão do comércio e da Indústria que por ali se mobilizava. Não por outra razão, o discurso dos representantes políticos locais, na Câmara, realçava tal cenário.

Além dessas transformações que contribuíam com o fortalecimento da economia, Alagoinhas sentia o peso da força do movimento operário oriundo da Viação Férrea Leste Brasileiro, com história marcada pela luta por melhorias trabalhistas, a exemplo da deflagração de uma nova greve, em 18 de fevereiro de 1960. (DEFLAGRADA..., 1960) Sobre a greve, eis o que notificou o *Alagoinhas Jornal*: “A direção da Leste Brasileiro está adotando medidas sigilosas para impedir que a greve prossiga, mas os ferroviários bem-organizados e adotando medidas pacíficas vem contando com o apoio de todos os servidores pela linha férrea”. (DEFLAGRADA..., 1960, p. 1)

É importante frisar o destaque dado pela imprensa a esse movimento, organizado pelos empregados da Leste, referente a morte de um operário, que, segundo a reportagem, teria sido provocada pelas severas privações que enfrentava devido aos recorrentes atrasos no pagamento

dos salários. Conforme comentário no jornal, esse tipo de descaso aos trabalhadores da Leste brasileiro era comum. Diante da reincidência, a intenção dos grevistas seria advertir a administração da Rede Ferroviária sobre a gravidade da situação, paralisando os serviços. Ademais, o transtorno causado, pela má administração da Ferrovia, era assunto costumeiro na cidade, com a oferta de serviço comparada ao “transporte de gado humano.” Buscando solucionar as demandas dos trabalhadores, houve uma reunião em assembleia, na qual estiveram presentes os deputados Waldir Pires (PSD) e Murilo Cavalcanti (PSD) que apresentaram junto ao comando grevista, uma lista com dez solicitações a favor do operariado da Leste, denominada “Decálogo das reivindicações dos ferroviários”. (GENERAL..., 1960, p. 1) Em outra edição, o *Alagoinhas Jornal* enfatizou o final da greve, e parabenizou os grevistas pela vitória, deixando claro que não cometeram excesso de conduta. Isso, segundo o jornal, “acarretou mais simpatia para o movimento”. (TERMINOU..., 1964, p. 3)

O crescimento industrial, em Alagoinhas, na década de 1960, era influenciado pelo cenário nacional que passava por transformações inerentes à abertura ao capital estrangeiro. Esse desenvolvimento intensificou mudanças de cunho social, no âmbito da divisão do trabalho no Brasil, frente a ocorrência de novas áreas de empregos formais. O populismo vigente, na gestão de Juscelino Kubitschek, buscava reforçar a ideia de condescendência estatal, possivelmente, tentando escamotear a organização autônoma da classe trabalhadora, sobretudo, levando em consideração a ilegalidade imposta ao PCB, bem como algumas restrições a autonomia dos sindicatos, em plena conjuntura democrática. Pode-se pontuar também, a massa urbana proveniente do sobressalto industrial, que passou a questionar mais ativamente a luta por direitos básicos. Movidos por tais estímulos, os trabalhadores rurais também perceberam o seu protagonismo naquele contexto de mudanças socioeconômicas que deu lastro para ações orquestradas pelas Ligas Camponesas, a partir de meados da década de 1950. Assim, estabeleceu-se, paulatinamente, o que Dreifuss (1981, p. 37) denominou como sendo uma “luta de classe” que, a partir da década de 1960, foi tomando corpo no contexto brasileiro, demonstrando o esfacelamento do ideário de “estado benevolente”, e, conseqüentemente, causando uma crise no populismo.

Dentro desse enquadramento, numa nota de congratulações pela passagem para o novo ano (1960), o então presidente Juscelino Kubitschek apelou para o otimismo desenvolvimentista e ressaltou que “forças negativas reuniram-se para que o governo, desmentindo a sua finalidade, fosse assaltado pelo desânimo.” Inclusive, fez duras queixas ao que denominou “pessimismo catastrófico de alguns grupos”, em contraste com seu “esforço incansável de construir o país”. E finalizou alertando que não toleraria mais a “incitação das desordens”. (ESTAMOS..., 1960, p. 3) Vale ressaltar que durante o ano de 1959, no Brasil, ocorreram diversos movimentos grevistas. Ademais, a tentativa frustrada de um golpe contra o Executivo, ocorrida em dezembro do mesmo ano, conhecida como “Revolta de Aragarças”, já mencionada no primeiro capítulo desta pesquisa.

No que concerne às relações, entre a política na Bahia e o governo Juscelino Kubitschek, no noticiário jornalístico, era comum a veiculação de notícias destacando certo descontentamento de parlamentares baianos com o presidente por ter privado, da classe política baiana, a oportunidade de galgar prestígio nacional. Cabe mencionar recorrentes pedidos para que nomes eminentes da elite política baiana ocupassem cargos de destaque no Executivo Federal, mas, segundo a reportagem analisada, nunca obtiveram uma sinalização positiva. (BAHIA..., 1960)

As eleições de 1960

A campanha eleitoral nacional, no ano de 1960, apresentou três nomes para a corrida pela Presidência da República: Adhemar de Barros (Partido Social Progressista-PSD); Henrique Lott (Partido Social Democrático-PSD, Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, Partido Social Trabalhista-PST, Partido Socialista Brasileiro-PSB e Partido Rural Trabalhista-PRT) e Jânio Quadros (Partido Trabalhista Nacional-PTN, União Democrática Nacional-UDN, Partido Republicano-PR, Partido Libertador-PL e Partido Democrata Cristão-PDC). (BRASIL, [20--]) Às vésperas das eleições, o candidato a vice-presidente, João Goulart (PTB), visitou Alagoinhas e participou do comício de apoio a Lott, ao lado de personalidades da política baiana, a exemplo do deputado federal Waldir Pires e do deputado estadual Murilo Cavalcanti.

De acordo com o *Alagoíhas Jornal*, nesse evento, Jango destacou o comprometimento com a classe operária local e evidenciou os problemas dos trabalhadores brasileiros, prometendo resoluções. O deputado Waldir Pires defendeu o direito ao voto do analfabeto, à greve e à previdência social, e a urgência por uma Reforma Agrária no país, que, segundo ele, estaria mergulhado num contexto de difícil situação econômica. Na fala do deputado Murilo Cavalcanti, observa-se ferrenhas críticas aos udenistas locais e à administração estadual de Juracy Magalhães. Ademais, salientou que, apesar de não ter inimigos na cidade, poderia adquiri-los a partir de então. Contudo, a frase de maior impacto foi assim estampada no periódico: “Sou moço pobre, não faço parte de negociatas. Com Marechal Lott e Jango venceremos em Alagoíhas”. (COMICIO..., 1960, p. 1) Na leitura dessa publicação, sobre o discurso das referidas personalidades, percebe-se o caráter nacional-reformista das propostas apresentadas ao eleitorado alagoíhense, alinhado ao contexto mundial repleto de contestações por melhorias sociais e igualitárias.

No Brasil, o termo “nacionalismo” remete à revolução de 1930, e, em 1942 recebeu o nome de trabalhismo. Teve papel fortemente traçado durante o Estado Novo. No início de 1950, tomou novo impulso com a volta de Vargas ao poder. Nesse contexto, o Partido Comunista, movimentos de esquerda e setores nacionalistas aliaram-se à bandeira do trabalhismo pedetista, agregando elementos de caráter reformista ao referido movimento. Na década de 1960, Jango reelaborou o projeto trabalhista ao assumir a presidência da República. Tratava-se de uma demanda histórica das esquerdas ligadas ao getulismo, visando a realização de mudanças econômicas e sociais sob a égide das Reformas de Base. Entre 1950 e 1964, o termo trabalhismo foi paulatinamente substituído por populismo pelas classes dominantes, como tentativa de diminuição da importância do nacional-reformismo perante as políticas públicas voltadas aos interesses da classe trabalhadora. (FERREIRA, 2012)

Ferreira (2012) ainda refuta a substituição do termo “reformismo” por “populismo” e atenta para os equívocos cometidos em torno de conceitos como trabalhismo, socialismo, nacionalismo e populismo, para que o pesquisador não incorra em erros empíricos e teóricos. No caso do termo “nacional-estatismo”, remete a um movimento internacionalmente amplo

a ser historicizado de acordo com a trajetória histórica e a diversidade cultural, política e econômica de determinados países. No que se refere ao trabalhismo, este compreende o trabalhador como agente de sua história e é uma “tradição do universo político brasileiro”. Enquanto o populismo é um conceito a ser “acreditado” e não questionado. Partidos, repúblicas, políticos podem ser chamados de populistas, mas nem toda personagem cabe no trabalhismo. Aponta Vargas e Goulart como destacados gestores trabalhistas. Goulart interpretou o getulismo como exemplo porque procurou resolver as questões sociais a partir de três eixos contemporâneos:

- 1) A experiência social-democrata da Europa Ocidental, pautada no desenvolvimento econômico e no forte assistencialismo social, além da defesa da democracia;
- 2) O movimento de esquerda latino-americano, em defesa da liberdade dos povos latinos perante os interesses econômicos e políticos norte-americanos;
- 3) O socialismo soviético, de planejamento intervencionista e dirigismo econômico, pautado na industrialização profunda. As ideias nacional-reformistas de Goulart se colocavam em oposição ao liberalismo econômico já em curso no país, cujo mote principal é a defesa da propriedade privada. Ambas as correntes mediam forças ideológicas, políticas e militares, no cenário da Guerra Fria, transformando a bipolaridade em característica própria daquele período.

Voltando ao pleito de 1960, em Alagoinhas, evidenciou-se a preferência por candidatos nacional-reformistas, embora, no âmbito nacional, Jânio Quadros tenha alcançado a vitória. Para vice-presidente, tanto a nível local, quanto federal, venceu João Goulart. Vale ressaltar que, se não compartilhassem a mesma legenda, ainda assim opositores poderiam governar na mesma gestão. Isso se deve ao fato de que os cargos para presidente e vice dependiam, de maneira exclusiva, da quantidade de votos recebidos individualmente. Sendo assim, Jânio Quadros ocupou a presidência e João Goulart assumiu o cargo de vice-presidente. (BRASIL, [200-])

Em Alagoinhas, o resultado das eleições de 1960 contabilizou os seguintes dados: o marechal Henrique Lott saiu vencedor com 4.313 votos e Jânio Quadros totalizou 2.826 votos. Para vice-presidente, João Goulart obteve, no município, expressiva votação (4.056 votos). (JÂNIO..., 1960) Vale destacar o enfoque dado, pelo *Alagoinhas Jornal*, à derrota da UDN no município, concernente às eleições presidenciais. Dentre algumas abordagens, o periódico argumentou a necessidade de mudanças na postura das lideranças udenistas locais, visto que, as sucessivas derrotas da direita ocorriam, possivelmente, em face dos laços estabelecidos entre a classe ferroviária e uma parcela do eleitorado, sistematicamente influenciada pela trajetória política dos operários. (PORQUE..., 1960) Quando divulgou o resultado das eleições para presidente, o jornal saudou Jânio Quadros com os seguintes aplausos: “Saudemos, pois o futuro condutor de todos os brasileiros, rogando a Deus que ilumine a sua mente, ofertando-nos um futuro onde as dificuldades sejam bem menores que as dos tempos atuais”. (JÂNIO..., 1960)

A maneira como Jânio Quadros chegou ao poder foi vista por Reis Filho (2014, p. 25-30) como ambígua para justificar o fato dele transitar em diferentes correntes. Por exemplo, atraía a admiração da classe média, pelos pronunciamentos de anticorrupção, ao tempo em que contrariava o envolvimento com siglas partidárias. Houve, inclusive, elogios direcionados ao presidente de Cuba Fidel Castro. Ademais, deu prosseguimento à política de JK, cujo alinhamento com o capital estrangeiro, fizeram aumentar a dívida externa do país. Apenas para citar algumas das polêmicas contradições que o inseria num antagonismo que, apesar de possibilitar classificá-lo como um político engenhoso, pode ter contribuído para o desgaste da sua imagem em um breve espaço de tempo.

Em 25 de agosto de 1961, o mandatário renunciou ao cargo e o vice-presidente, João Goulart estava em viagem oficial à China. Sendo assim, de acordo com a linha sucessória, transferiu-se o comando do país ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (PSD). Todavia, Reis Filho (2014, p. 30-31) relata que, amparada numa junta militar composta pelos ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha do governo Jânio – marechal Odílio Denys, brigadeiro Gabriel Grün Moss e almirante Sílvio de Azevedo Heck –, setores das Forças Armadas tramaram uma

intervenção ilegal para impedir a posse de Jango, o que suscitou a reação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola (PTB), por meio de um movimento pela legalidade constitucional, fortemente ameaçada.

Apesar das controvérsias relacionadas ao governo Jânio Quadros, cabe ressaltar o seu caráter soberano, sobretudo, a respeito das relações diplomáticas com outros países. Ferreira e Gomes (2014, p. 22) mostram que a sua soberania se fez notória ao recusar a participação brasileira num bloqueio imposto a Cuba, em 19 de outubro de 1960. Essa atitude tentaria desligar tal país da Organização dos Estados Americanos (OEA). É provável que a decisão de Jânio Quadros tenha chamado atenção dos Estados Unidos e dos setores anticomunistas e conservadores brasileiros.

Em Rodeghero (2003, p. 96-97), acha-se uma reflexão sobre o anticomunismo vigente à época:

O anticomunismo da Guerra Fria transitou pelo campo das emoções, trazendo presentes a memória dos que a viveram ou não as atrocidades da Segunda Guerra Mundial e do fascismo, rememoração que se mesclou a uma imaginária terceira guerra e à probabilidade do domínio do comunismo sobre o mundo. Nos países que giravam na órbita dos Estados Unidos, como era o caso do Brasil, as elucubrações a respeito do perigo comunista, que já existiam, ganharam novo impulso com o discurso da guerra fria. Diversos segmentos da sociedade brasileira foram construtores e porta vozes dessas ideias, praticamente todos eles reconhecendo o papel da Igreja no combate ao comunismo e admitindo-a como integrante de peso no campo dos anticomunistas.

Acrescenta-se que durante a década de 1950, destacaram-se alguns conflitos entre os blocos capitalista e socialista que eclodiram em algumas partes do cenário mundial, a exemplo da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Revolução Cubana (1956-1959). Esses acontecimentos foram importantes no acirramento do já mencionado contexto da Guerra Fria e da propagação do anticomunismo, com respaldo maior na década de 1960.

A crise de 1961

Nos dias posteriores à renúncia de Jânio Quadros, não obstante a carência de uma declaração oficial, o país entrou em estado de sítio, culminando em atos de censura a diversos veículos da imprensa, além de detenções a integrantes das organizações sindicais, como o ocorrido no Rio de Janeiro, sob o aval do governador Carlos Lacerda (UDN). Em contrapartida, mediante o diálogo com líderes militares, políticos e a população do Rio Grande do Sul, Brizola intensificou a resistência, conseguindo driblar a censura imposta à mídia, pela força da denúncia de que um golpe militar estaria em curso. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 33-34)

A tentativa de veto militar à posse de João Goulart suscitou uma mobilização nacional, marcada por diversas paralisações trabalhistas, apelos populares e protestos de diversos setores da economia. Os que advogavam a posse de Jango lutavam em defesa da Constituição Federal, conquistando o apoio de parte das Forças Armadas que naquele momento encontrava-se dividida. Ao que tudo indica, esses episódios enfraqueceram a tentativa de tomada do poder pela junta militar. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 41)

Na Bahia, em 4 de setembro de 1961, setores da indústria, construção civil, portos, metalurgia, bancos, ferrovias, educação etc., junto aos sindicatos, declararam uma greve geral em apoio à posse de João Goulart. (GREVES..., 1961, p. 3) Em 6 de setembro de 1961, portuários, estivadores e ferroviários permaneciam pacificamente em greve, dispostos a retornarem às atividades, assim que Goulart fosse empossado. O que veio a calhar no dia seguinte. Jayme Maciel, presidente do Sindicato dos Estivadores, em Salvador, declarou que “consolidou-se a democracia no Brasil”, e confirmou a intenção de retorno ao trabalho após a posse presidencial. Porém, os planos referentes a sua classe poderiam tomar outro rumo, porque alguns militantes de Recife estavam presos, inclusive, Miguel Freire, tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores e o presidente do Sindicato de Estivadores de Pernambuco. E disse Jayme Maciel: “Enquanto as autoridades federais não os libertarem, os estivadores não poderão voltar ao trabalho. Espera-se, entretanto que essa providência seja logo adotada, anulando as prisões injustas”. (COM A POSSE..., 1961, p. 3)

Em 7 de setembro de 1961, aniversário de 139 anos de independência política do Brasil, Jango finalmente foi empossado, assegurando, mesmo que temporariamente, as garantias de liberdade no país. Não houve desfiles naquela segunda-feira, em face de que as tropas militares estavam aquarteladas. Os estudantes que participaram das greves, em Salvador, realizaram um ato público e decidiram permanecer em greve até que os seus colegas presos fossem libertados. Receberam uma notícia favorável no dia seguinte. Nesse aspecto, cabe ver a nota divulgada, na coluna “Suplemento Estudantil”, do *A Tarde*, ao se referir a uma espécie de roteiro sobre os 11 dias de crise institucional. Dessa forma, quando se reportou ao 8 de setembro, um dia após Goulart ter assumido a presidência, a matéria discorreu: “Encerrada a greve, mas a resistência permanece. Entramos numa nova etapa de luta. Desta vez trata de esclarecer o povo que em plebiscito, dará sua última palavra sobre o parlamentarismo”. (RESISTÊNCIA..., 1961, p. 4)

A Faculdade de Medicina serviu de sede para o Comitê de Resistência Democrática na Bahia. Esse movimento ocorreu em todo o país, no período da referida crise e esteve administrado por Leonel Brizola e Machado Lopes, como forma de impulsionar a Campanha da Legalidade, em defesa da Constituição Federal. É mister reconhecer que o governador da Bahia, Juracy Magalhães se considerava legalista, mas confirmou não apoiar as manifestações, ainda que fossem em prol da legalidade. (RESISTÊNCIA..., 1961) Nesse sentido, pode-se sugerir o porquê das prisões de estudantes baianos que se aliaram com Brizola, Lopes e muitos outros brasileiros, a fim de defender os princípios constitucionais que estariam ameaçados por uma nova tentativa de golpe contra o Poder Executivo.

A posse de Goulart resultou de um acordo assinado pelo Congresso Nacional, que colocou em cena uma proposta parlamentarista que há algum tempo tramitava. Para atender à necessidade do momento, houve uma breve reformulação no projeto, e, visando evitar um conflito maior, Jango aceitou assumir a presidência diante das condições pactuadas. Porém, dentro de dois anos, ocorreria uma consulta popular, isto é, um plebiscito acerca do sistema de governo a ser adotado doravante: presidencialista ou parlamentarista. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 42-43)

A conjuntura política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros culminou numa disputa pelo poder, influenciando também a rotina alagoïnense. Uma edição do *Alagoïnhas Jornal*, do ano de 1961, traz diversas matérias curtas relacionadas ao evento da tentativa de golpe contra a legalidade constitucional. Em vários momentos, surgem referências ao termo “crise”, especificamente, na coluna “Flashes”. Em uma das notas, com o título de “Seguro morreu de velho”, o articulista menciona que o prefeito José Azi possivelmente estaria se prevenindo do golpe, caso ocorresse, em vista de que, naqueles dias, providenciou o calçamento das ruas onde estavam situadas as suas propriedades e as de seus familiares. (SEGURO..., 1961, p. 2) Em outra nota, intitulada “Só no cisco”, o repórter relatou que: “Durante a crise, o prefeito armou a Guarda Municipal para resistir a qualquer tentativa de tomada de poder, exclamando: Daqui só saio no cisco”. (SÓ NO CISCO, 1961, p. 2)

O periódico também classificou as atitudes tomadas pelo deputado Murilo Cavalcanti, no que concerne a um evento realizado naqueles dias, como “agitação de péssima repercussão perante a população”, pois ele convocou os ferroviários à realização de mais uma greve durante a crise política, àquela altura, segundo o jornal, já resolvida. E ressaltou: “A greve só serviu para prejudicar o povo que precisa de transporte barato para se locomover”. Segundo a matéria, o prefeito mandou desligar a energia e o deputado ficou falando sozinho. (FALANDO..., 1961, p. 2)

Para além das reverberações da crise constitucional, no cotidiano citadino, o momento de instabilidade política atingiu também a Câmara Municipal, evidenciando uma disputa pelo poder e inserindo o município de Alagoïnhas no contexto nacional. Por se posicionarem contrários à tentativa de intervenção ilegal, pelas Forças Armadas, alguns integrantes da Câmara Municipal de Alagoïnhas acabaram sofrendo ações coercitivas, a exemplo de Hostílio Dias (PTB) e de Romualdo Campos (PSD), denunciados na Secretária de Segurança, devido às suas posições políticas consideradas esquerdistas. No fragmento a seguir é relatado que o vereador Araújo Batista tomou a palavra, na sessão da Câmara, de 15 de setembro de 1961, e posicionou-se sobre a crise:

[...] Referiu-se ao indiferentismo desta Câmara que se manteve no período dos últimos acontecimentos políticos militar, que abalou todo o Brasil, sem que procurasse manifestar algo a respeito, como um poder representante do povo; que o indiferentismo do Poder Legislativo deste município, chegou ao ponto de ter conhecimento da ameaça de prisão movida para o vereador Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias, nada fez em favor do referido vereador. (ALAGOINHAS, 1961b)

De fato, conforme a Ata de 28 de agosto de 1961, apenas Hostílio Dias fez críticas à crise instalada ao mencionar as influências dos representantes dos interesses estrangeiros naquele cenário, e a contribuição destes para dificultar o acesso de Goulart ao cargo de presidente da República. Dias também permaneceu contrário à prisão do General Henrique Teixeira Lott, e se interessou em ler um Manifesto que teria sido escrito por Lott à nação brasileira. Nessa mesma sessão, Romualdo Campos discursou, brevemente, sobre os fatos que vinham ocorrendo. Disse ser legalista, mas que nãoalaria muito sobre tal assunto, porque a maioria dos vereadores não estava presente naquele momento. (ALAGOINHAS, 1961a)

Voltando à sessão de 15 de setembro de 1961, após agradecer a Leonel Brizola, ao General Henrique Lott e a outros “vultos” que lutaram em defesa da Constituição, Hostílio Dias prosseguiu o seu discurso. Eis o que descreve a ata do referido dia, sobre a fala do vereador:

[...] Era de causar estupefação a atitude assumida pelos poderes públicos da Bahia, ameaçando de prisão e prendendo a pessoas que tomava atitudes de defesa ao respeito dos princípios constitucionais. Continuando ainda com a palavra referiu-se à atuação da UDN e do vereador Capitão Osvaldo da Silva Mattos, que tomaram atitudes hostis nos últimos acontecimentos, salientando-se o vereador Osvaldo Mattos, que ostensivamente procurava se informar do paradeiro desse orador para prendê-lo; que procurava se afastar um pouco, no entanto estava constantemente em contacto com os seus companheiros, mormente ferroviários; que a sua retirada foi apenas estratégica, pois nada receava e teria grande honra em

ser preso naquela oportunidade. Que a Estrada de Ferro e a Petrobrás pararam todo o serviço, no entanto mantiveram em absoluto respeito e calma. (ALAGOINHAS, 1961b)

Por sua vez, na mesma sessão, Romualdo Campos fez o seguinte pronunciamento:

[...] Elementos civis desta cidade tomaram a si, o papel de investigadores, denunciando com intrigas, nomes de pessoas desta cidade à Secretaria de Segurança Pública, incluindo o nome deste orador, que embora defensor da legalidade, procurou se manter em atitude de serenidade, respeitando as autoridades. (ALAGOINHAS, 1961b)

Nota-se, nessas arguições, a forte correlação entre a perseguição sofrida por membros do Poder Legislativo alagoinhense a um possível acerto de contas entre as forças de direita e aquelas que apoiavam os interesses do operariado local e das reformas sociais. Apesar de algumas manifestações progressistas, grosso modo, o posicionamento da Câmara sobre a crise demonstrou moderação diante do espectro das mudanças políticas vindouras, possivelmente, percebido pelo setor parlamentar da municipalidade em questão.

As eleições de 1962

A campanha eleitoral, na Bahia, em 1962, contou com a aproximação de Lomanto Junior e adversários políticos, através da coligação UDN-PTB-PL- PRT-PR-PRP e PST, contribuindo para a articulação entre o escol político conservador e o reformismo intrínseco ao apoio de João Goulart. O contexto era semelhante ao de 1954, porém, “com sinal invertido”. Ressalta-se que Waldir Pires, principal oponente de Lomanto, estaria em sintonia com a aliança PSD-PDC-PTN-PSP e PSB. Nas palavras de Dantas Neto (2006, p. 163):

[...] Agora Lomanto derrotava o candidato de Balbino formando uma aliança semelhante àquela armada por Vargas

em 1954, só que neste momento unindo um PTB mais conservador a uma UDN no governo para vencer um PSD mais opositor, um balbinismo reciclado à esquerda.

O debate eleitoral foi atravessado por um alto grau de provocação que acarretou ataques às personalidades de ideologia reformista associadas ao comunismo. Como consequência, o apelo anticomunista esteve presente na imprensa soteropolitana, verificado nas páginas do *Jornal A Tarde*, principalmente, no que se refere à defesa dos princípios cristãos. Araújo (2008) enfatizou o envolvimento da Igreja Católica nas eleições estaduais de 1962, endossada pela Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF) inaugurada, em 5 de setembro de 1962, cujo interesse seria de “orientar as novas eleições”, a favor do cenário político (1960), considerado ameaçado pelo “perigo comunista”.

As propostas da ALEF se basearam na confecção de uma lista, na qual constavam os nomes dos candidatos à Prefeitura de Salvador, ao governo do Estado e aos mandatos de deputado federal e estadual considerados aceitáveis à votação dos católicos. Para fazer parte da lista, os candidatos precisavam assinar um documento que estabelecia os fundamentos da aliança. Dentre os candidatos considerados votáveis destacaram-se os nomes ligados à UDN e demais que não estivessem envolvidos em ações contraditórias à “manutenção da ordem”. Embora se refira à Instituição Católica, há de se atentar para o fato de que outras entidades religiosas comungaram a disseminação da retórica anticomunista naquele contexto. Inclusive, havia uma parcela do catolicismo composta por apoiadores ou simpatizantes do ideal nacional-reformista. (ARAÚJO, 2008)

Um fato intrigante sobre o assunto referenciado foi Waldir Pires ter assinado o documento se comprometendo com os princípios da ALEF, contudo, às vésperas das eleições, as ações da Liga demonstraram maior apreço à candidatura de Lomanto Júnior, de tal modo que, no dia 4 de outubro, três dias antes do pleito eleitoral, publicou no jornal *A Tarde* uma propaganda em que constava alguns nomes de candidatos não votáveis, entre eles, o nome de Waldir Pires. (ALERTA..., 1962)

É importante salientar que, apesar dessa situação específica não ter ocorrido em Alagoinhas, o intuito da análise é refletir sobre a existência

de narrativas contrárias ao comunismo, que povoaram o imaginário coletivo, a ponto de, posteriormente, desencadear uma conjuntura ditatorial no país, sendo que, logo após a sua deflagração, contou com a celebração festiva de parte da sociedade civil vinculadas à realização de diversas Marchas da Família. Leva-se em consideração, portanto, que o contexto político da capital refletia no espaço interiorano. Em relação à lista, verifica-se que ela não buscou desmoralizar, apenas, os candidatos ligados ao nacional-reformismo, como também aqueles que simpatizavam com a corrente. Ao final da matéria, do Jornal *A Tarde* de 4 de outubro de 1962, percebe-se a invocação do medo ao “perigo vermelho”, realçado no lembrete àquilo que a ALEF estaria esperando do “bom eleitor”. Se o eleitor, mesmo depois de ter sido avisado, fizesse descaso da orientação, não poderia reclamar de nenhum dano futuro. (ALERTA..., 1962)

Após a divulgação da lista dos “não votáveis”, em 4 de outubro de 1962, os ataques a Waldir Pires se intensificaram até a realização do pleito eleitoral. Na reportagem, denominada “A vela do diabo”, o *A Tarde* chamou a atenção do eleitorado para as suas escolhas nas eleições, por considerar impossível “servir a dois senhores”, e que “o candidato Waldir Pires finge se esquecer isso, porque durante toda a campanha decidiu servir a dois senhores: Deus e o diabo”. Por outro lado, segundo aquela notícia, as atitudes de Lomanto Junior “não [cortejaram] o comunismo”. (VELA..., 1962, p. 5) Eis um trecho que ilustra a situação:

Embora se dizendo católico – o que acreditamos – não abriu a boca para uma palavra de censura aos adversários da democracia. Longe disso, o que tem feito é prestigiá-los com a sua ostensiva solidariedade, por certo ainda mais expressiva do que o seu silêncio. Aliás, outra cousa não representa a atitude da Aliança Eleitoral pela Família, entidade que, no particular, representa o pensamento da Igreja, ao excluir da sua lista de convidados o nome do Sr. Waldir Pires. A omissão é expressiva. Na realidade o que ela representa é a condenação da Igreja à dubiedade com que se tem comportado esse candidato, numa hora que é, sem dúvida, de definição e de decisão. (VELA..., 1962, p. 5)

Na sequência, há um dos fragmentos da reportagem veiculada na coluna “Vida Católica” do *A Tarde* de 6 de outubro, véspera das eleições de 1962:

A verdade é que não podemos concorrer para eleger homens que se misturam. Que se deixam e se fazem acompanhar sempre, em toda parte por elementos conhecidos e reconhecidos como agitadores. Como molas atuantes do Partido Comunista. Esses pelo menos são mais sinceros. Tomam posição. Definem-se. Dizem o que são. Outros preferem acender duas velas. Querem o apoio e a conspiração comunista e a dos católicos e não comunistas. Por via das dúvidas querem estar de bem com ambas as partes. (EM QUEM..., 1962, p. 8)

Em relação a ênfase dada aos ensejos, para a repentina exclusão dos nomes de Waldir Pires e de outros candidatos, da referida lista, pontua-se que o veemente empenho do *A Tarde* e de seus enunciados, em obstruir a campanha eleitoral de candidatos reformistas ou simpatizantes, demonstra a sua cooperação com determinados segmentos sociais, neste caso, a ALEF. Esse engajamento sugere a pretensa intenção de domínio ideológico alicerçada em orientações padronizadas, a partir das quais se poderia abranger as ações eleitorais acordadas com o seu público-alvo.

Existiu influência anticomunista católica também no pleito de 1962, em regiões do interior baiano. Em Esplanada, cidade próxima à Alagoinhas, o candidato a prefeito afeito aos segmentos do clero, Arlindo Lima (UDN) perdeu a eleição para Erickson Orlando de Carvalho Lins, ou *Dr. Neno* (PSP), concorrente apoiado por políticos nacional-reformistas baianos, como o deputado estadual Ênio Mendes (PSP), o deputado federal Hélio Ramos (PSD) e o candidato ao governo do estado Waldir Pires (PSD) segundo Thiago Lima (2015, p. 38-39). Após as eleições, em Esplanada, houve o retorno às manifestações anticomunistas, por causa da reivindicação da Ordem dos Capuchinhos pela posse de um terreno. O episódio começou por causa de um programa de distribuição de terras aos menos favorecidos, que, ao ser posto em prática, no ano de 1963,

suscitou a procura de posse pelos padres capuchinhos na cidade. (LIMA, 2015, p. 97-98) No desenrolar do problema, a Igreja também buscou se pronunciar na imprensa, alegando receber perseguição da Câmara Municipal e da Prefeitura. Aproveitando a ocasião, associou a política de distribuição de terras à Reforma Agrária, ao tempo em que relacionou as práticas de violência contra a Igreja às influências advindas dos países comunistas. (LIMA, 2015, p. 118-119) Já à época do golpe civil-militar, o episódio relacionado à política de distribuição de terras, em Esplanada, influenciou a averiguação policial acerca de um possível envolvimento do prefeito com o comunismo. (LIMA, 2015, p. 157-158)

Os esforços emprestados pela Igreja Católica, para a elaboração e a circulação de um imaginário anticomunista, tentaram atingir o campo relativo às instruções ideológicas ao estimular os assuntos direcionados à preferência eleitoral dos seus fiéis, no Brasil, entre os anos de 1945 e 1964. (MOTTA, 2002, p. 28) Apesar de não se perceber a participação efetiva da Igreja, nas eleições municipais em 1962, na cidade de Alagoinhas, o discurso anticomunista atrelado aos valores cristãos esteve estampado em diversas matérias do *Alagoinhas Jornal*, durante o processo de sucessão municipal.

Para Rodeghero (2003, p. 56), ao interferir nos assuntos políticos, a Igreja tentou se autoafirmar numa conjuntura laica e moderna, na qual a cada momento perdia maior espaço de decisão. Partindo desse pressuposto, a autora conclui:

As posturas ferrenhas da Igreja contra o comunismo demarcavam também o campo de onde ela elaborava seu discurso defendendo a manutenção da sociedade capitalista, propondo-lhe apenas alguns remendos; com o comunismo, entretanto ela não previa qualquer possibilidade de convivência. O discurso anticomunista pode ter servido como meio de autoafirmação de triunfo da Igreja no sentido de mostrar ao mundo moderno a sua força.

Segundo Motta (2002, p. 20), outro elemento significativo que gerou a interferência católica nos assuntos políticos, refere-se à forte concorrên-

cia comunista, e, em face de que os adeptos desse sistema não, apenas, contestavam a ordem social e econômica, mas buscavam compreender as mazelas do mundo negando a existência de Deus. Sendo assim, pela lógica anticomunista, colocava-se em risco não só a soberania moral, mas a própria sobrevivência do catolicismo.

Nesse sentido, conforme se aproximava a data das eleições de 1962, aumentava em Alagoinhas, a produção de notícias contrárias aos candidatos adeptos dos ideais nacional-reformistas. Tem-se como exemplo o *Alagoinhas Jornal* que não disfarçou a preferência por Antônio Valverde Bastos. Uma dessas notícias afirma que:

[...] no campo municipal o Sr. Antonio valverde Bastos deu a arrancada para a vitória diante do apoio dos deputados Vieira de Mello do PSD, por intermédio do Sr. Vitor Nascimento Filho, Rafael Sincurá da UDN, Clemente Sampaio do PTB e de ter o deputado Oliveira Brito, que sabiamente, se desinteressou da sucessão local e da avalanche da hipoteca de solidariedade de todas as camadas populares que estão encontrando em sua candidatura a defesa dos sagrados direitos da família que constitui o sentido da existência da nacionalidade repousada na fé cristã, repudiando dessa maneira a candidatura de Murilo Cavalcanti que em desespero de causa se aliou de corpo e alma aos comunistas, além de se comprometer com grupos economicamente locais que desejariam gordas compensações da municipalidade se eleito ele fosse. (ELEITORADO..., 1962, p. 1)

Vê-se, na notícia, que pouco antes das eleições, o veículo anunciou uma possível vitória de Bastos, louvando suas qualidades como o respeito que demonstrava aos “valores cristãos” e da família tradicional. Ao final da matéria, emitiu nota de repúdio ao também candidato a prefeito Murilo Cavalcanti, associando sua campanha aos princípios comunistas, e, mais do que isso, fez ataques as suas propostas alegando serem esquemas políticos duvidosos.

Em sua contribuição para o debate, acerca do papel da imprensa como veículo conectado a diversos elementos formadores do “credo comum”, Luca (2008, p. 140) esclarece que:

[...] daí, a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, atentar para os textos programáticos inquirindo suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e dos conteúdos é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e patentes em suas páginas.

Assim, seria necessário dispensar maior atenção com a autoria de determinados discursos, bem como ao público a que são direcionados, considerando que, na década de 1960, nem todas as classes sociais tinham acesso à mídia impressa. Toma-se como exemplo Waldo Robatto Campos que assinou reportagens veiculadas pelo *Alagoíneas Jornal*, no período destacado, o que nos coloca na tarefa de problematizar o viés da mensagem elaborada, a partir do lugar de fala do seu interlocutor. Isto é, busca-se a compreensão sobre a veiculação da notícia que, por detrás dos fatos, pode estar inserida em elementos subjetivos. No contexto relacionado à gestão de João Goulart, por exemplo, isso possibilitou despertar, no imaginário do leitor, diversificadas representações anticomunistas.

A respeito do *Alagoíneas Jornal*, foi fundado em 1957 pelos irmãos Walter Robatto Campos (diretor) e Waldo José Robatto Campos (redator chefe), respectivamente, dentista e médico, e circulou até 2004. Essa família, considerada tradicional, tinha um papel importante na trajetória política de Alagoíneas, inclusive, os fundadores do jornal eram filhos do renomado comerciante e membro do Partido Social Progressista (PSP), o Sr. Altamiro Cerqueira Campos que assumiu a Prefeitura, em 1945, e em outros momentos foi vereador da cidade de Alagoíneas. (SANTOS, 2003, p. 37)

Para Dreifuss (1981, p. 232), em anos anteriores à década de 1960, já havia grande divulgação de mensagens adversas ao comunismo, para além dos veículos impressos, mas foi, principalmente, no decorrer dessa década, a ocorrência de maior engajamento dos setores conservadores na corrida por profissionais¹⁴ aptos a impactar ideologicamente a opinião

14 É importante ressaltar que os setores de atividades citados, assim, como parte da sociedade brasileira, estiveram inseridos tanto nos ideais conservadores quanto nas aspirações de

pública, como professores, artistas, jornalistas, religiosos e etc., obtendo apoio financeiro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Além do IPES, algumas companhias internacionais, de propaganda e publicidade, se beneficiaram dessa prática. Ocorreu também a participação de parte dos veículos midiáticos brasileiros de grande porte.

Nesse sentido, o anticomunismo, estampado na imprensa baiana, no ano de 1962, foi apenas o reflexo das matérias publicadas a nível nacional naquele momento. Porém, conforme se aproximava o golpe civil-militar, os ataques se tornaram mais evidentes e frequentes, demonstrando que o caminho para a tomada do poder estava sendo percorrido, mesmo de maneira paulatina, rumo à concretização do golpe, em 1964. A imprensa escrita foi apenas um dos instrumentos de propaganda utilizados para tal propósito.

Sobre o resultado da eleição, na Bahia, Lima (2015, p. 71) destaca a vitória de Lomanto Junior (PL), com 396.051 votos, seguido por Waldir Pires (PSD), que ficou em segundo lugar da disputa geral, totalizando 352.428 votos. Aristóteles Góes (MTR) galgou o terceiro lugar com 19.300 votos. O cargo de vice-governador foi ocupado por Orlando Moscoso (PSD) que obteve 307.747 votos, ficando em segundo Rocha Pires (PR), contabilizando apenas 301.107 votos.

Para a Prefeitura da capital baiana, Virgildásio Sena venceu o pleito. Esse personagem esteve classificado como candidato “bom” para votação, na lista da ALEF, e contava com o apoio da UDN, o que não lhe imunizou do que Dantas Neto (2006, p. 79) denominou “comunofobia”, visto que, ele exercia relações amistosas mais pessoais do que políticas com a esquerda, e, conseqüentemente, teve os direitos políticos cassados em 1964.

Na disputa pela Prefeitura de Alagoinhas, Murilo Cavalcanti (PSD) venceu Antônio Valverde (PSP). Em relação à Câmara Municipal, o vereador mais votado foi o médico Renato Bittencourt (ATD-PDC), com 1.321 votos, seguido de Jairo Azi (PR), Jeferson Vila Nova (ATD), Antônio Mutti (UDN), Manoel Otávio dos Santos (UDN), José Dias da Silva (ATD), Walter

cunho progressista, o que possibilita a relativização acerca deste assunto.

Robatto Campos (PSP), Milton Ramos (ATD), Romualdo Pessoa Campos (ATD), Adolfo Mendes (PR), João Ramos (PSP) e Edson Oliveira (PR). (VEREADORES..., 1962) Nota-se ainda que, embora a imprensa tenha desempenhado o papel de desestabilizadora da plataforma nacional-reformista, o resultado das eleições de 1962, na referida cidade, mais uma vez não favoreceu as forças políticas conservadoras. (VITORIOSOS..., 1962)

A UDN elegeu, apenas, dois vereadores além de ter apoiado o candidato derrotado na eleição, repetindo, então, o insucesso das eleições anteriores, na cidade supracitada. Vale lembrar que o malogro udenista foi evidenciado pela imprensa local, bem como divulgado nos resultados das eleições presidenciais de 1955 e de 1960. Ademais, em Alagoinhas, por exemplo, o vencedor do pleito a governador, em 1962, Waldir Pires foi o principal opositor de Lomanto Junior, que conforme já mencionado, apesar deste fato consagrou-se governador. No que se refere ao PTB, não conseguiu eleger nenhum representante para Câmara Municipal de Alagoinhas naquele ano. (VITORIOSOS..., 1962)

Sobre Murilo Coelho Cavalcanti, o prefeito eleito, em Alagoinhas, formou-se em Direito pela UFBA, no ano de 1956, e foi prefeito do município por três mandatos (1962-1966; 1971-1973; 1992-1996). (BAHIA, [200-]) A carreira política dele é marcada pelo apoio dedicado às ações reivindicatórias dos ferroviários, em virtude de ter atuado como advogado da referida categoria, inclusive, com ativa participação na greve ferroviária de 1960. (GENERAL..., 1960) Algo memorável foi a convocação para prestação de depoimento ao Exército, no período de deflagração do golpe civil-militar, o que culminou em sua detenção. No entanto, não houve cassação dos seus direitos políticos, uma vez que logo após o episódio, reassumiu a Prefeitura do município. (PRESO..., 1964) Mais adiante, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiou a ditadura, o que demonstrou a sua resignação à conjuntura autoritária imposta ao Brasil após o golpe de 1964. (BAHIA, [200-])

Em relação à candidatura de Murilo Cavalcanti para a Prefeitura de Alagoinhas, em 1962, a professora oriunda de família ferroviária e atual secretária de Cultura, Esporte e Turismo de Alagoinhas, Iraci Gama Santa Luzia relatou:

*Murilo foi candidato a prefeito em decorrência da manifestação e do apoio que ele havia dado aos ferroviários na greve de 1960. Ele foi candidato em 1962 e ganhou as eleições. Então, quando aconteceu essa eleição, Murilo teve o apoio dos ferroviários. Eu participei efetivamente daquela campanha, quando fiz parte da criação de um comitê estudantil, favorecendo a candidatura de Murilo. Já havia ali um movimento de luta pelos direitos. A Reforma Agrária e os direitos trabalhistas eram os pontos básicos dos nossos discursos. Começou com a questão da Petrobrás, vinha de lá do período de Getúlio e os operários foram ganhando força e lutando por seus direitos. Juntando isso à presença de João Goulart no Governo Federal, os sonhos dos operários e trabalhadores foram se fortalecendo e passou a ser a tônica em todas as manifestações, o pedido de reformas e pela educação. Daí, a direita foi se enfurecendo e foi se fortalecendo também.*¹⁵

Ao discutir a importância da reelaboração do passado e da projeção de si pelo depoente da história, Robert Frank (1999, p. 116) teceu a seguinte reflexão:

O historiador do presente dialoga com sua própria fonte e trabalha, portanto, ‘sob vigilância.’ Desse diálogo, dessa cumplicidade conflitual, pode surgir um trabalho extremamente fecundo. De um lado, a testemunha ou ator mostra simplesmente seu ponto de vista, um ponto de vista parcial no sentido ótico do termo, se não parcial no sentido ideológico. O historiador está lá para compreender o que há de representativo ou não no depoimento.

Percebe-se, nessa leitura, que dentro do campo da História Oral, a trajetória de vida se constitui fonte relevante de informações que podem ser coletadas pelo historiador. Essa constatação, nos permite observar, no depoimento da professora Iraci Gama, o desenho do cenário das eleições municipais de 1962, em Alagoinhas, sob o qual ela exerceu participação ativa. Esse fato é importante, na medida em que se configura

15 Entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, em 28 set. 2015.

meio de acesso a determinados aspectos da militância política dela e de seus companheiros de luta, durante o governo João Goulart.

Nascida, em Alagoinhas-BA, Iraci Gama perdeu os pais na infância e passou a ser criada pelos avós maternos, no meio ferroviário. Durante a entrevista concedida numa tarde ensolarada, na FIGAM, em Alagoinhas, a depoente se dividiu entre as atividades corriqueiras relacionadas aos cuidados com os documentos históricos ali resguardados e a atenção voltada à entrevista. Observa-se que se considera uma importante personagem da história das mulheres, em Alagoinhas, por ter conseguido adentrar espaços reservados aos homens, a saber, as instalações do operariado local e a liderança da campanha de Murilo Cavalcante à Prefeitura da cidade na década de 1960. O seu desempenho satisfatório nas situações informadas foi um instrumento de emancipação da sua condição feminina.¹⁶

Voltando ao resultado eleitoral de 1962, no município de Alagoinhas, em 7 de abril de 1963, foram empossados os vereadores eleitos para o novo quadriênio legislativo. Para tanto, foi feito um pronunciamento de juramento pelo vereador mais votado Renato Bittencourt. (EMPOSSADOS..., 1963, p. 3)

Em 10 de maio de 1963, foi lido, na Câmara, um comunicado de greve dos ferroviários reivindicando melhores salários. Como resposta imediata, o vereador Adolfo Mendes solicitou ao presidente da Câmara Municipal um plano de mediação junto ao prefeito Murilo Cavalcanti, no sentido de apoio aos ferroviários. Jairo Azi, também vereador, se mostrou solidário ao movimento pedindo uma solução para aquela situação. Ressalta-se que os vereadores simpatizantes do movimento grevista de 1963 foram detidos para prestarem depoimentos às Forças Armadas na deflagração do golpe civil-militar de 1964. (SANTANA, 2002, p. 27-28)

Percebe-se que, durante as eleições de 1960 e 1962, o clima de disputas políticas e sociais, influenciado pelo pavor do comunismo e pela

16 Iraci Gama Santa Luzia ocupou o cargo de vice-prefeita da cidade de Alagoinhas (2017-2020), pelo Partido Verde. Este, associado à coligação (DEM, PROS, PV, PRP, PSDB). Em 1962, ela era aluna do curso de Magistério do Colégio Santíssimo Sacramento. Pouco depois, passou a lecionar no Colégio Ginásio de Alagoinhas, e, posteriormente, concluiu a Faculdade de Letras pela UNEB. Foi professora da UNEB por muitos anos e se aposentou na Instituição.

tentativa de acesso ao poder, intensificou-se no quadro nacional e as localidades remotas também sentiram seus efeitos. Em Alagoinhas, os grupos políticos divergentes disputaram suas posições, mas isso não desencadeou conflitos exacerbados, apesar do anticomunismo evidenciado pela imprensa local, bem como das estratégias utilizadas para uma possível reversão das derrotas da direita.

O golpe

Partindo do pressuposto de que os fatos políticos não emergem do vazio, é interessante consultar Reis Filho (2014, p. 49-50) para analisar o momento em que eclodiu o golpe civil-militar no Brasil:

Limpeza mais funda ainda era exigida por numeroso grupo de chefes militares, que assumiriam rapidamente a condução de diversos inquéritos policial-militares (IPM). Estes também não queriam ouvir falar de intervenções cirúrgicas e defendiam a permanência no poder, por tempo indeterminado, dos vitoriosos, até que fosse possível erradicar o comunismo e o varguismo – aquele gato de sete vidas que superara a deposição de 1945, o suicídio de 1954, as tentativas golpistas de 1955 e de 1961 e haveria agora de ser enterrado.

Sabe-se que, em 7 de setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência, mas o legado político de que fazia parte, assustava aos conservadores em face da ligação ao varguismo do pós-Estado Novo, além dele fazer parte do PTB, naquele momento, mais próximo aos ideais do Partido Comunista. No entanto, embora continuasse enfrentando a resistência de setores golpistas, experimentou diversificado apoio, principalmente, por implementar políticas públicas nas áreas da educação e da economia. Ferreira e Gomes (2014, p. 89) postulam que a autonomia nas relações com outros países continuou sendo uma característica do governo brasileiro, seguindo a tendência do antecessor Jânio Quadros. Isso pode ter dificultado as relações com os Estados Unidos, grande parceiro comercial do Brasil, mas, apesar das divergências, ambos continuaram parceiros comerciais até a crise dos mísseis cubanos, em 1962.

Cabe, aqui, um breve debate acerca da influência dos Estados Unidos no processo de implantação da ditadura civil-militar no Brasil. De acordo com o estudo de Moraes (2011), o qual traz os relatos de algumas personalidades da esquerda brasileira que participaram ativamente do cenário referente a esse contexto histórico, percebe-se a constância dos depoentes em afirmar a existência de forças externas atuantes para provocar a queda de Goulart. Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (apud MORAES, 2011, p. 294), chefe da Casa Civil do seu governo, as reformas de base atrapalhavam os interesses norte-americanos, e isso incentivou a defesa dos privilégios capitalistas, no Brasil, através do financiamento da disseminação de ideias anticomunistas, e posteriormente do próprio golpe, inclusive, com a probabilidade de uma intervenção norte-americana. Sobre a questão, eis um trecho da entrevista de Ribeiro concedida a Moraes (2011, p. 294):

De fato, não foram forças nativas locais que desestabilizaram e derrubaram o governo. Foi um complô internacional, conduzido aqui dentro com enorme eficácia. Um complô cujos personagens ainda estão aí – o general Vernon Walters de vez em quando vem aí. O partido norte-americano que tem aqui dentro é muito ativo e poderoso.

Na visão de Rollemberg e Quadrat (2010, p. 24-25), os Estados Unidos, realmente, abusaram do discurso que realçava os valores democráticos sendo antagônicos ao comunismo, no intuito de influenciar os golpes e as ditaduras ocorridos, entre 1960 e 1970, na América Latina. No entanto, a historiografia vem insistindo em colocá-los como maior responsável por esses regimes especificamente quando trata as ditaduras no Chile e no Brasil. Assim, certos estudiosos consideram os Estados Unidos como algoz poderoso diante de uma América Latina fragilizada. Para essas autoras, o continente latino-americano, antes do contexto de 1960-1970, já havia vivenciado condições autoritárias oriundas da abertura aos diversificados segmentos sociais internos que protagonizaram e/ou abo-naram esse tipo de conjuntura.

Conforme Marcelo Ridenti (2009, p. 135):

Eram anos de guerra fria entre os aliados dos Estados Unidos e da União Soviética, mas surgiram esperanças de alternativa libertadoras no Terceiro Mundo, até no Brasil, que vivia um processo acelerado de urbanização e modernização na sociedade. Naquele contexto, certos partidos e movimentos de esquerda, seus intelectuais e artistas, valorizaram a ação para mudar a história, para construir o homem novo, nos termos de Marx e Che Guevara [...].

É importante frisar novamente a Revolução Cubana (1959), a fim de destacar o seu impacto ideológico na sociedade brasileira que passava por crescentes transformações concernentes às demandas por mudanças inerentes as ações dos movimentos sociais, entre 1960 e 1964, visto que, foi nesse clima de reorganização sindical e do surgimento de diversos grupos sociais, sobretudo esquerdistas, que João Goulart ascendeu ao Poder Executivo.

Em 6 de janeiro de 1963, Jango e seus aliados políticos obtiveram vitória no plebiscito em que os brasileiros escolheram um dos sistemas de governo, a saber, presidencialista e parlamentarista. Além disso, antes de assumir o cargo de presidente, Goulart sofreu a tentativa de um golpe, pelos ministros militares, aceitando a contragosto a provisória proposta parlamentarista. No momento anterior à realização do plebiscito, houve o apelo das esquerdas, convocando os eleitores à defesa da Constituição. Conforme coloca Ferreira e Gomes (2014, p. 293), confirmou-se a vitória do presidencialismo.

O apoio dispensado ao governo de Jango, na campanha pelo presidencialismo, não ocorreu de modo a contemplar as Reformas de Base, principalmente, referente ao projeto da Reforma Agrária apresentado no Congresso Nacional, constituído, em grande parte, por latifundiários. Em paralelo a tais questões, havia uma crise interna que, desde a renúncia presidencial, ocorrida, em agosto de 1961, continuava em ascensão. Considerando essa perspectiva, Ferreira e Gomes (2014, p. 293) apontam a luta pela aprovação da Reforma Agrária como a batalha mais difícil travada por Goulart naquele período, resvalando no motivo principal para as confabulações entre os setores antigovernistas que a percebia

como uma espécie de invasão do direito à propriedade. Vale enfatizar que apesar da discussão acerca da possibilidade ou não de aprovação da referida Reforma este não era considerado assunto tabu naquele período. Os referidos autores acrescentam ainda que:

Sem conseguir controlar a inflação e sem aprovar a reforma agrária, Jango começou a sofrer ataques das direitas e das esquerdas. A partir de setembro de 1963, seu governo perdeu o rumo. Todo o capital político do resultado do plebiscito de janeiro tinha escorrido pelo ralo. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 175)

Outro episódio relacionado à queda de Jango tem relação com o comício da Central do Brasil, do qual será discorrido mais adiante. Ademais, a crise instalada na Marinha, por causa da comemoração do aniversário da Associação dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Cristóvão, por um grupo de cabos e marinheiros. Segundo Presot (2004, p. 61-63), o evento militar contrariou os oficiais e em 25 de março de 1964, o ministro Silvío Mota ordenou a prisão dos insubordinados, que, liderados pelo marinheiro José Anselmo, amotinaram-se exigindo a suspensão da pena. Um grupo de fuzileiros, encarregados de conter o motim acabou aderindo à rebelião, o que desencadeou no pedido de demissão do ministro. Apesar dos riscos evidentes dessa situação, em 27 de março, Jango além de nomear para ministro da Marinha o almirante Mário da Cunha Rodrigues, cujos dados apontam relações com o PCB, anistiou os marinheiros revoltosos, gerando a fúria dos oficiais que se reuniram em assembleia permanente, um dia após o ocorrido, exigindo a punição dos militares subversivos.

Reis Filho (2014, p. 42-43) acrescenta que o estopim para o golpe foi uma reunião, realizada, em 30 de março de 1964, quando o presidente da República na tentativa de conter os ânimos referentes à crise disciplinar instalada na Marinha, falou com um grupo de suboficiais e marinheiros, no Automóvel Clube-Rio de Janeiro. No evento, Goulart expôs o seu plano governamental de forma mais ostensiva que a habitual e se solidarizou com os cabos e marinheiros envolvidos no episódio, quebrando, assim, a hierarquia institucional e agravando a insatisfação dos oficiais.

Naquela mesma data, setores das Forças Armadas colocaram em ação o plano de intervenção militar no país, lançando mão de um golpe.

A movimentação inicial ocorreu na madrugada de 31 de março de 1964, quando o general Olympio Mourão Filho, à frente de uma tropa sediada, em Juiz de Fora (MG), foi ao Rio de Janeiro, objetivando a tomada do Ministério da Guerra. Enquanto isso, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, líder do movimento golpista, na Guanabara, ao ser informado sobre o acontecimento, sugeriu a retirada das tropas, perante os rumores de uma possível reação governista. Como não foi levado em consideração, designou o general Antônio Carlos Muricy para que dividisse com Mourão o comando do movimento, demonstrando a sua adesão aos militares mineiros. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 335-336)

Ao ser notificado acerca da marcha em curso, Goulart reuniu o seu ministério no intuito de conter o movimento, visando intervir diretamente no estado de Minas Gerais, pois o governador Magalhães Pinto, seu opositor, havia assumido a liderança civil do golpe. Porém, San Tiago Dantas (PTB), mineiro e aliado de Jango, havia coletado informações sobre uma possível aliança, entre Pinto e o governo norte-americano, que estaria pronto a desencadear ações militares no território brasileiro, caso o presidente reagisse ao golpe. Assim, em virtude da possibilidade de uma guerra civil, e, mesmo de uma invasão, por parte dos Estados Unidos, Jango demonstrou cautela ante os desdobramentos dos fatos em curso. Àquela altura, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Peri Bevilacqua, um dos seus apoiadores, na crise de 1961, o procurou para justificar a sua adesão ao golpe. Nesta ocasião, apresentou-lhe um documento, no qual expressava a preocupação de diversos chefes militares frente ao crescimento de ações que poderiam levar o país à desordem. (FERREIRA; GOMES, 2014)

Enquanto isso, pela descrição de Ferreira e Gomes (2014, p. 344-345), nota-se que, nas principais capitais do país, sucederam ações policiais contra aqueles que tentassem reagir ao golpe, tendo nas organizações sindicais o alvo principal. Goulart entrou em contato com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) solicitando que evitasse uma greve geral para não inflamar os ânimos. Ainda assim, a entidade iniciou uma paralisação, que, talvez, por falta de articulação precisa, não contou com uma

adesão satisfatória. O resultado daqueles 31 de março foi a falta de protestos consistentes contra a tomada de poder, exceto algumas tentativas de militantes das Ligas Camponesas em Pernambuco e da Ação Popular no Rio de Janeiro. De fato, alguns tentaram resistir, mas o fracasso da greve geral agravou a perda de força.

Houve ainda uma tentativa de acordo com João Goulart para que governasse sob a tutela das Forças Armadas, mas que foi recusado em vista de que não conseguiria colocar em ação o seu projeto de reformas sociais. Ainda assim, tentou resistir até o dia 1º de abril, quando recebeu a notícia de que o “Regimento Sampaio” e os “Batalhões de Caçadores” aderiram aos golpistas, descumprindo a ordem presidencial, bem como a do Ministério da Guerra. A partir de então, um efeito cascata se estendeu a vários comandos militares. Nesse mesmo dia, Jango seguiu para Brasília, onde solicitou aos aliados Tancredo Neves, Almino Afonso e Doutel de Andrade que escrevessem um manifesto em seu nome à população brasileira para ser transmitido pelos rádios do país. Nas primeiras horas do dia 2 de abril, o presidente partiu para o Rio Grande do Sul. Enquanto isso, na madrugada, sob protestos dos aliados de Goulart, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), declarou vacante o cargo presidencial, empossando, em seguida, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 362-363)

Com a publicação do Ato Institucional número 1 (AI-1), em 9 de abril de 1964, os novos atores da cena política averiguaram o histórico de todos aqueles que não estivessem condizentes com a nova ordem. Sendo assim, registraram numa lista os nomes de 100 pessoas a sofrerem cassação, na qual refere-se aos líderes João Goulart, Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Jânio Quadros e Waldir Pires. Além deles, deputados federais perderam os mandatos e oficiais das Forças Armadas foram relegados à reserva. (COMANDO..., 1964)

De acordo com Élio Gaspari (2002, p. 131):

[...] Por meio da suspensão das garantias constitucionais o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o

direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Criou-se a figura do ‘cassado’, termo depreciativo pelo qual se designaram, por mais de uma década as vítimas do regime. Entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos.

Foi somente em 15 de abril de 1964, depois de acirrada disputa das diversas facções militares pelo poder, que Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional como o novo presidente do Brasil, confirmando, assim, o fim do governo João Goulart. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 384-385) Segundo Dantas Neto (2006, p. 183), na Bahia, Lomanto Júnior estava no comando do governo e, embora estivesse vivenciando um crescente desentendimento com partidários udenistas, voltados à “modernização conservadora”, conseguiu manter-se no poder, até mesmo após a configuração do golpe.

Na imprensa soteropolitana, veicularam matérias enfatizando as ações militares de caça e expurgos aos comunistas, além do toque de recolher imposto na capital. Para acirrar a questão, noticiaram a informação sobre a destituição do prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, ocorrida em 5 de abril de 1964. (CONSIDERADO..., 1964) Como substituto interino, assumiu o presidente da Câmara Antonio Cazaes. (ELEITO..., 1964) Segundo Lima (2018, p. 31), o prefeito mantinha uma relação harmônica com a gestão de Jango e havia lhe outorgado o título de cidadão soteropolitano que deveria ser entregue pelo Legislativo Municipal, em abril de 1964.

Sobre o golpe de 1964, a repercussão em Alagoinhas e o seu papel como mulher católica naquele cenário, a professora Normandia Azi Lacerda recordou:

Sobre o ano de 1964 posso te dizer que eu era antigolpe e tudo o que vinha de golpe a gente ficava com um pé na frente, outro atrás. Ao mesmo tempo, a gente não queria saber de comunismo porque diziam que era anticlerical. Os amigos da linha mais avançada da Igreja diziam: olhe, o comunismo é

*uma coisa e o socialismo é outra. Dom Helder Câmara, naquele tempo já dizia: 'Eu odeio o comunismo, mas amo os comunistas.' Então, o comunismo não era flor que se cheirasse, mas tinha um lado bom que era a ideologia parecida com os ideais cristãos de igualdade. O que a gente queria era isso mesmo, porém junto a uma Igreja renovada e essa renovação veio há 50 anos com o Concílio Vaticano. Eu estava favorável aos avanços sociais, tanto para o país, quanto para a Igreja. Mas nunca tive nada a ver com partido. Nem de direita, nem de esquerda.*¹⁷

De fato, entre 1950 e 1960, as correntes progressistas da Igreja, simpatizantes das reformas sociais de Jango, se manifestaram como bem destaca a entrevistada. Dentre tais vertentes, existiam a Ação Católica (AC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). No entanto, tais entidades não puderam deter o conservadorismo católico que continuava fortalecido e teve papel relevante na organização e realização das Marchas da Família, visando o combate às ideias esquerdistas infiltradas no seio da Igreja. (RODEGHERO, 2003, p. 59)

No exercício de rememoração do passado, os traços de memória acerca do golpe civil-militar foram resgatados pela depoente a partir do grau de importância do catolicismo em sua trajetória de vida. Assim, ainda que Normandia Azi sustentasse opinião contrária ao comunismo, desejava a reformulação da Igreja, por considerar essencial a religião ser voltada à valorização da igualdade social entre os povos, e admite esse direcionamento se aproximar da teoria comunista. Porém, estabeleceu um limite às propostas comunizantes em virtude de considerá-las como algo contrário à Igreja.

Em outro momento, Normandia Azi declarou que:

Na década de 1960 eu apresentava um programa na Rádio Emissora de Alagoinhas. Na hora da Virgem Maria, aproveitava e fazia alguns comentários sobre o universo feminino. Além disso, por ter feito opção pelos pobres, passei a dar aulas de Religião na década de 1970, abordando diversos temas, inclusive Direitos Humanos no Centro Integrado Luiz Navarro de

17 Entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 15 dez. 2016.

Brito. E aí a primeira coisa que eu fazia na aula era perguntar: — Quais são os temas que vocês gostariam que eu trabalhasse aqui? Minha filha saía de tudo, até educação sexual. Um dia, um amigo da família, que pertencia às Forças Armada, me falou: ‘olha, cuidado com o que você anda falando! Pode ser tachada como comunista’.

Levando em consideração o depoimento de Normandia Azi, percebe-se que a referência à ditadura civil-militar é carregada de contrapontos que servem para a reflexão do discurso feminino no período. Esse contribui para a construção da memória social de um período no qual os cidadãos tiveram o direito da liberdade de expressão negado. No caso da professora em questão, era uma mulher falando publicamente sobre sexo e Direitos Humanos, o que poderia se configurar em afronta à política implantada.

Repressão e adesão ao golpe em Alagoinhas

Dias após a deflagração do golpe civil-militar na Bahia, a Polícia Militar enviou reforços ao interior do Estado a fim de investigar a existência de núcleos “subversivos.” O jornal *A Tarde* mencionou a prisão de alguns suspeitos para interrogatório. Porém a fonte analisada não citou nomes específicos nem dos indivíduos presos e nem das cidades onde ocorreram essas ações. (OPERAÇÃO..., 1964)

Como parte dessa instrução, em Alagoinhas, o poder político local foi atingido, e houve prisões dos vereadores suspeitos de ligação com as forças nacional-reformistas, como se pode confirmar por um articulista do *Alagoinhas Jornal*:

Após o dia 31 de março, dia inesquecível para os brasileiros democratas iniciaram o movimento para desbaratar os comunistas, que tentavam implantar no país o regime imposto da Rússia, culminando com a deposição do ex-presidente João Goulart, a Câmara de vereadores de Alagoinhas nunca mais se reuniu com a maioria dos seus vereadores. (REVOLUÇÃO..., 1964, p. 3)

Dos 11 vereadores que vinham exercendo o mandato, quatro foram detidos para serem submetidos a interrogatórios, no Comando da 6^o Região Militar, em Salvador, a saber, Dr. Jairo Azi, Romualdo Pessoa Campos, Edson Oliveira e Adolfo Mendes. O periódico encerra a matéria relatando que o doutor Jairo Azi já havia regressado a Alagoinhas, liberado pelo Exército, o que suscita a hipótese, de que o político teria aderido aos vencedores nos primeiros momentos do golpe. (REVOLUÇÃO..., 1964, p. 3)

As ações autoritárias não se limitaram à Câmara, atingindo também o Executivo Municipal. Em 10 de abril de 1964, a coluna Política & Políticos do Jornal *A Tarde* anunciou a prisão do prefeito Murilo Cavalcanti que foi solto, em seguida, juntamente com o prefeito de Várzea do Poço, Antonio Lopes Filho. A mesma nota publicou a prisão e a destituição do prefeito de Esplanada, Erickson Orlando de Carvalho Lins. (PRESO..., 1964, p. 3)

Soares e Moraes (2014) nos informam que, em Alagoinhas, não existiu uma esquerda consistente para sair em defesa das reformas de Jango. Até ocorreu o apoio às reformas, no interior da Câmara Municipal, porém timidamente. Essa informação é pertinente na medida em que abre questões sobre o êxito das ações coercitivas promovidas pelas Forças Armadas, no preâmbulo do golpe civil-militar na região. Possivelmente, os militares tenham se baseado nos debates promovidos na Câmara Municipal que, desde a década de 1940, passou a acolher uma vereança, em parte, oriunda das classes populares e do operariado local, situação que se estendeu ao momento do golpe. Outra importante questão se refere ao eleitorado alagoinhense que, nas últimas eleições, havia submetido a UDN a constantes derrotas, como já foi apontado nas páginas anteriores desta pesquisa.

O texto evidenciado, na ata da primeira sessão, realizada na Câmara Municipal, após o golpe, datada de 7 de abril de 1964, constatou a presença do 4^o Batalhão da Polícia Militar, no Legislativo, na figura do 1^o Tenente, João Almeida de Carvalho. Houve também a exclusão de alguns membros da Casa Legislativa, a exemplo do vereador Adolfo Mendes, punido sumariamente com a cassação do mandato. A leitura dessa fonte permitiu verificar que o suplente Jucundino Ferreira da Silva substituiu Mendes, que, segundo o presidente da Câmara Jairo Azi, se encontrava em lugar ignorado. A substituição ocorreu mediante o pro-

testo do vereador Antônio Mutti que entendeu a atitude como “[...] ofensa ao colega e uma falta de respeito à Lei Orgânica e Regimento da Casa”. (ALAGOINHAS, 1964a)

A leitura possível, sobre o trecho referenciado, é a de que a Câmara Municipal de Alagoinhas agiu em conformidade com a nova situação, considerando também que o então presidente da Câmara, Jairo Azi não se mostrou desfavorável à deposição do vereador Adolfo Mendes. Em suma, o Legislativo argumentou que não sabia do paradeiro do edil, e este foi substituído pelo suplente Jucundino Ferreira da Silva. Ao que tudo indica, não houve empenhos para saber do paradeiro dele, tendo em vista que foi preso no mesmo período que o presidente da Câmara, como atestou o *Alagoinhas Jornal*, poucos dias antes daquela sessão. Pode-se entender a atitude de Jairo Azi como estratégia de precaução, pois no interior da Câmara estava presente um representante das Forças Armadas. Esse fato evidenciou o forte indício do controle militar na política do município.

Com relação à cassação de Adolfo Mendes, Soares e Morais (2014, p. 66-67) destacam que o pretexto utilizado pelo Legislativo Municipal foi confrontado um mês depois, pelo próprio vereador cassado, que relatou ter sido levado a Salvador naqueles dias, a fim de prestar depoimento acerca de suposta participação em ações comunistas. Na ocasião, o parlamentar declarou não ser comunista, apesar de ter participado de algumas reuniões do PCB. Um elemento considerável para forjar a perseguição seria sua história de luta em defesa da causa ferroviária.

Conforme o testemunho da professora Normandia Azi Lacerda, no que se refere ao presidente da Câmara, e seu primo, Jairo Azi, este participou de uma caminhada contrária ao movimento que depôs o presidente João Goulart.

Jairo Azi era médico e entrou na política para ser vereador e eu soube que ele participou de uma caminhada e depois disso teve que prestar esclarecimentos ao Exército. Eu me lembro bem que chamaram essa marcha de ‘Os dezoito do forte.’ Jairo esteve lá. Foi uma marcha contra a Revolução. Mas como ele estava bem visado: o que foi que aconteceu? Passou para o outro lado. Ele já era vereador quando saiu nessa marcha. Zé Azi dizia que

queria que Jairo fosse um médico dos pobres. Mas que nada! Jairo acabou entrando para essa política de direita. Pulou para o outro lado.

A participação de Jairo Azi no protesto ao golpe civil-militar reitera a afirmativa do evento em questão ter ocorrido nos primeiros momentos do golpe. Porém, em 7 de abril de 1964, o vereador já havia aderido aos vencedores da hora, como atesta o seu discurso anticomunista, realizado ao retomar a posse da presidência da Câmara Municipal de Alagoinhas:

Temos estado alarmados e até surpresos com os volumes de subversões e conspirações que nestes dias tem se descoberto, tem se desalojado do país que atentava com planos próximos para a derrubada do regime democrático que temos o dever patriótico e cívico de defendê-los e enaltecê-los. Que seja esta herança maior e mais dignificante que possamos legar aos nossos filhos, que sejam livres num Brasil livre e feliz.
(ALAGOINHAS, 1964a)

A partir dessa leitura, percebe-se que não bastava somente aderir ou se ajustar à nova conjuntura. Era preciso dar depoimentos públicos como demonstração dessas novas alianças e apoio. Em suma, o presidente reeleito da Câmara fez uso do discurso anticomunista e manifestou reverências às Forças Armadas, reportando-se à retórica moralista e patriótica oriunda dos grupos conservadores que, em outros tempos, não muito distantes, seriam seus opositores políticos. O contexto deixa evidente que as atas legislativas permitem a compreensão das transformações inerentes ao espaço cidadão. Apesar disso, elas são fontes que merecem atenção e questionamentos, tanto no seu tempo de produção, como na referência ao seu momento de circulação, pois são produzidas de modo a enfatizar as ações da elite política vigente. É importante, portanto, a discussão acerca da elaboração, intenção e contextualização desse tipo de fonte. No caso das atas, aqui analisadas, nos permite aferir o grau de transformações ocorridas com a deflagração do golpe e a maneira como se deu o controle do poder militar sobre Alagoinhas.

No que se refere a Jairo Azi, justificou o apoio que havia emprestado ao reformismo de base, nos seguintes termos:

Consta nos anais desta casa as minhas afirmativas, proferidas quando aqui se pleiteava há alguns meses, moção em favor das reformas de base; e eu dizia que as reformas de base eram necessárias, eram justas, mas que antes delas deveriam primeiro fazer-se as reformas dos valores políticos, as reformas das intenções, a reforma dos homens que dirigem altos postos administrativos e políticos da pátria. (ALAGOINHAS, 1964a)

Nota-se, mais uma vez, a oratória receosa por ter apoiado os propósitos políticos de Jango, o que poderia colocá-lo outra vez numa situação embaraçosa perante os novos detentores do poder. Percebe-se a ênfase ao discurso que se utilizou da retórica de combate à corrupção, como uma das variadas estratégias em prol da desestabilização do governo Goulart.

Voltando à passeata contrária ao golpe, o jornalista Belmiro Deusdete Ferreira de Araújo, hoje com 78 anos, militava na União Estudantil (UNE) e era secretário da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoinhas (UESA) no ano de 1964. Além disso, trabalhava no Banco da Bahia e na Rádio Emissora de Alagoinhas e afirmou ter sido detido pelo Exército no cenário do golpe civil-militar na referida cidade.¹⁸ Em entrevista concedida, em 2017, ele declarou que:

Nós tínhamos uma forte influência ferroviária nessa época. Inclusive, houve um movimento no dia seguinte ao golpe. Em 1 de abril de 1964, pela manhã na Praça Graciliano de Freitas. Não participei, mas estava bem próximo, na Rua Anísio Cardoso, hoje Calçadão, próximo ao atual Bradesco, Sei que foi um movimento dos ferroviários. Sei que Murilo Cavalcanti, o prefeito e Jairo Azi, presidente da Câmara, participaram e terminaram presos.¹⁹

Em seu trabalho de Especialização em História, Arleide Santana (2002, p. 20) refere-se a uma passeata ocorrida, em 1 de abril de 1964,

18 Belmiro Deusdete Araújo atuou em diversos jornais que circularam, em Alagoinhas, e foi também correspondente do *Jornal da Bahia* (Salvador), entre 1966 e 1990. Em 1965, passou a trabalhar na Organização de Publicidade LTDA, empresa composta por dois alto falantes, que disputava audiência com a Rádio Emissora de Alagoinhas. Nesse período, ele cobriu a presença de Castelo Branco na cidade. Desde 2010, utiliza-se das redes sociais para a divulgação de notícias.

19 Entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 13 jul. 2017.

organizada pelos operários da Ferrovia, resultante da determinação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de deflagrar greves no país, em demonstração de apoio ao governo Goulart. Em estreita vinculação, no depoimento concedido à Santana o prefeito Murilo Cavalcanti disse ter participado da reunião referente àquele movimento apenas como ouvinte e que ali esteve infiltrado um informante das Forças Armadas. Nos dias posteriores, foram realizadas, em diversas cidades, prisões, perdas de direitos políticos e de cargos públicos.

Ao levar em consideração as diversificadas versões a respeito da caminhada em apoio a Jango, chega-se a caminhos que levam a outros campos de investigação. Não se pode negar que, embora de maneira tímida houvesse a tentativa de reação ao golpe, em Alagoinhas, por meio do referido movimento. É curioso o fato de que a caminhada promovida pelos ferroviários esteja presente na memória de alguns depoentes em contraponto à ausência de documentos oficiais sobre o evento em questão. Enquanto isso, a Marcha da Família, realizada em Alagoinhas, considerada como uma passeata direitista surge nas fontes escritas, porém nas fontes orais esteve parcialmente silenciada ou até mesmo esquecida na lembrança de alguns personagens entrevistados. Como se sabe, os dois movimentos adversos ocorreram no mesmo contexto histórico. No próximo capítulo, será tratado, com maior afinco, a questão do silenciamento, o esquecimento e o discurso da resistência, sendo que, o último pode ter corroborado para a manutenção das lembranças da passeata das esquerdas, na memória da cidade.

Para além disso, a ata de 18 de abril de 1964 registra o pronunciamento do Legislativo Municipal sobre a cassação de dois suplentes de vereadores, Esmeraldino Canizio Carvalho (PR) e Otoniel Lira Gomes (UDN) suspeitos de serem comunistas e enquadrados no Ato Institucional. Nessa sessão, houve o anúncio de que a ata de 14 de abril de 1964 foi enviada para averiguação pelas Forças Armadas. Romualdo Campos, numa atitude de conformação, enalteceu o Exército por ter livrado o país do “bolchevismo”, mas também criticou aqueles que estariam se utilizando da “Revolução”, por vingança, tentando atingir a integridade de colegas. Referiu-se a ser uma pessoa íntegra, demonstrando assim, talvez, a mesma intenção do presidente da Câmara de proteger-se da ação reacionária que se espalha-

va pelo país. Ainda foi realizada uma sessão extraordinária sobre a perda dos mandatos dos suplentes supracitados, sendo aprovada a cassação por todos os vereadores presentes na Câmara. (ALAGOINHAS, 1964b)

Percebe-se que, após a execução do golpe, não apenas o presidente do Legislativo, Jairo Azi, mas também a própria Câmara Municipal de Alagoinhas aderiu rapidamente à nova ordem política. Pode-se buscar entender essa mudança de posição como uma tentativa de acesso aos benefícios reservados aos vencedores ou em virtude dos temores de que a resistência poderia significar, além da repressão, a exclusão da vida pública.

Na apresentação da obra *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX- Brasil e América Latina*, as autoras Rollemberg e Quadrat (2010, p. 17) destacaram a seguinte questão:

O que se quer é compreender como, ao longo do século XX, o consenso, frequentemente, se formou em padrões não democráticos, sem que essa ausência tenha sido percebida pela sociedade contemporânea como um problema. Portanto, interessa verificar concretamente como os consensos foram criados, como as acomodações de interesses fizeram-se em regimes autoritários através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades.

A esse respeito, nota-se que o cenário do golpe civil-militar, em Alagoinhas, contou com personagens relacionados a diferentes grupos políticos, e, logo após sua deflagração, houve a tomada de posição contrária ou simpatizante à situação, o que desencadeou algumas reprimendas, mas também adesões. Certamente, não só a esfera política esteve ligada aos acontecimentos relacionados ao golpe, no município, mas setores do comércio local, entidades religiosas, instituições de ensino, setor bancário, associações recreativas e a imprensa se reuniram em torno da comemoração, endossada na Marcha da Família com Deus pela Democracia, estendendo-se a análise às celebrações pela visita de Castelo Branco à cidade, no ano de 1965.

Capítulo 3 - Da marcha da família (1964) à visita de Castelo Branco (1965)

O Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foi considerado uma das maiores organizações da esquerda no cenário anterior ao golpe e chancelou o compromisso de Jango com as reformas de base. As mudanças propostas focalizavam o controle do capital estrangeiro, a nacionalização de setores da economia, e, como já assinalado, iminentes reformulações nas estruturas agrárias. Ademais, Goulart exaltou a sua indignação em relação à utilização do rosário pela indústria anticomunista, despertando assim, a reação de seus opositores, especialmente, dos grupos conservadores, que dias depois reuniram-se através da Marcha da Família pela Liberdade ocorrida, em 19 de março, do ano corrente, na capital paulista, e, logo após, outras marchas ocorreram no interior de São Paulo e cidades do Paraná. Depois do golpe civil-militar, em 31 de março, os protestos presentes nas marchas cederam lugar às comemorações ao golpe. (PRESOT, 2010)

No município de Alagoinhas, BA, a marcha seguiu a tendência nacional, na qual as classes alta e média protagonizaram a organização do evento. É possível identificar, no convite de adesão, o apelo aos

diversificados segmentos da sociedade, inclusive, as associações ligadas aos trabalhadores provavelmente no intuito de atrair o apoio dos setores vinculados às classes populares e inseri-los nas comemorações. (PROGRAMA..., 1964) Não por outra razão, o convite da passeata cívica alagoïnense nos apresenta múltiplos elementos e personagens. Trazê-los à cena se constitui um exercício de observação das singularidades, tanto do evento propriamente dito, quanto das questões que o cercaram, quais sejam: a social, a política e a de gênero. Isso mostra certa relevância social em pensar a Marcha da Família com Deus pela Democracia como sendo parte significativa da história local, atentando às representações imbricadas na sua paisagem. Para melhor entendimento desse profícuo debate, atrelado às questões inerentes à concretização do golpe civil-militar no Brasil e em Alagoïnhas, será abordado, neste capítulo, os fatores contributivos para a projeção do cenário analisado até finalmente chegar à referida solenidade e posteriormente à visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco ao município, em 23 de novembro de 1965. Quanto a isso, cabe ao primeiro tópico, o enfoque nas organizações anticomunistas que foram importantes para o desenrolar dos acontecimentos mencionados.

As organizações anticomunistas rumo ao golpe e às suas repercussões

O desenvolvimento capitalista no pós-Estado Novo esteve pautado no modelo liberal estadunidense, amparado pelo Estado, pelas multinacionais e pelos organismos associados das classes média e alta. Ressalta-se que o apoio estatal não impediu a integração dos setores elitistas, em prol da desarticulação governamental. Esses estavam insatisfeitos com as propostas nacionalistas, por interpretarem-nas como sendo um risco aos seus interesses. A articulação desses grupos ocorreu de forma paulatina e em diferentes níveis, influenciando várias regiões do país. Conforme o estudo de Dreifuss (1981, p. 104-105) as ações que foram organizadas, pela elite conservadora, ocorreram principalmente entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, atingindo o seu ápice du-

rante a administração de João Goulart. Assim, essas entidades forjaram um acirrado combate contra a possibilidade de instalação socialista, ao tempo em que tentavam impulsionar a caminhada rumo ao que acreditavam ser a “modernização capitalista” do país.

A reprodução de padrões comportamentais, condutores do senso comum, constitui-se importante elemento para o clima social e político de determinadas conjunturas. Compreende-se o temor ao comunismo no Brasil a partir de dois momentos distintos. O primeiro ocorreu após os levantes de 1935, perdurando até o ano de 1937, e o segundo, marcado pela intensificação anticomunista, aconteceu substancialmente entre 1961 e 1964.²⁰ Nesse momento, é importante levar em consideração a renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de Goulart à Presidência da República. Além disso, como esses acontecimentos desaguaram no golpe civil-militar de 1964. Ao ver de Motta (2002, p. 276), o anticomunismo, disseminado no período, alicerçou o sucesso dos movimentos contrários ao Governo, constituindo forte elo entre diferentes grupos que originou uma operação *suis generis* pela queda do presidente, taxado de comunista.

O referido autor ainda ressalta algumas organizações anticomunistas que tiveram destaque no cenário brasileiro antes do golpe civil-militar. Dentre elas, destaca a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA) inaugurada em 1952, no Rio de Janeiro, pelo almirante da Marinha Carlos Penna Botto. Ela teve maior prestígio político justamente na década de 1950, ao participar de manifestações adversas ao governo de Juscelino Kubitschek. O acirramento do discurso político possibilita identificar traços peculiares, relacionados às instituições anticomunistas brasileiras, por exemplo, a versão ao emblema do terrorismo, presente em alguns grupos, como o Movimento Anticomunista (MAC), considerado

20 Cabe enfatizar que, após as manifestações comunistas ocorridas em 1935, surgiram grupos anticomunistas no Brasil, porém, em menor escala e duração, se comparado à década de 1960, segundo Rodrigo Pato Sá Motta (2002). Em relação ao momento atual brasileiro, no qual o país está sendo governado por representantes da extrema-direita, o anticomunismo tem resurgido enquanto discurso de combate aos grupos políticos de esquerda. Esse novo fenômeno exige atenção e certo distanciamento temporal do historiador. No tempo desta pesquisa, há espaço para a reflexão acerca do atual cenário. Porém, torna-se difícil compreendê-lo profundamente visto que ainda faz parte do presente.

pioneiro nos protestos contrários à retomada das relações políticas entre Brasil e Rússia, em 1961. (MOTTA, 2002, p. 180)

De acordo com Motta (2002, p. 194-195), há escassez de documentos oficiais que possibilitam o aprofundamento das pesquisas sobre os grupos anticomunistas de extrema direita no país. Porém, torna-se imprescindível citá-los, ainda quemoderadamente na tentativa de compreender o advento do anticomunismo por aqui. Nessa direção, outro grupo de destaque foi o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que obteve visibilidade na militância contra João Goulart, em 1964. Isso comprova, em certa medida, que é impossível considerar o anticomunismo restrito a uma única concepção, cujo legado foi a garantia dos objetivos elitistas, cruciais para a construção do “inimigo totalitário”. O resultado nesse sentido foi desolador.

Cabe ressaltar que no final da década de 1950, o descontentamento com a gestão populista de Juscelino Kubitschek proporcionou diversos protestos das classes dominantes, conduzindo-as ao alinhamento com as propostas conservadoras de Jânio Quadros, um dos candidatos à presidência da República, no ano de 1960. Uma parte das personalidades insatisfeitas com os aspectos político-sociais vigentes estava vinculada ao IBAD e ao IPES. Ressalta-se que, embora o segundo não estivesse oficialmente registrado,²¹ naquele momento, possivelmente encontrava-se em vias de sementeira, o Complexo IPES/IBAD. (DREIFUSS, 1981)

Conforme Dreifuss (1981), os institutos referenciados se mantiveram independentes até o ano de 1961 quando se aliaram, formando uma forte unidade de ação para atender aos interesses das multinacionais e dos associados. Através de uma impactante campanha política e ideológica, com o intuito de conquistar a opinião pública, teve o apoio necessário para a desestabilização de Jango. No que se refere à rede de relações, o IPES/IBAD forneceu suporte ao empresariado, à Igreja, às classes alta e média, à imprensa e a grupos femininos. Também contou com a colaboração de organismos internacionais ligados à publicidade e aos serviços

21 O IPES, embora já existisse, teve a sua ativação oficial registrada, em 29 de novembro de 1961, pouco antes do alinhamento ao IBAD. Este, começou a absorver o cenário político nacional no final da década de 1950, no ponto de vista de Dreifuss (1981, p. 163).

de espionagem. As suas funções eram divididas da seguinte maneira: enquanto o IBAD agia como unidade, na qual o sucesso ou insucesso das ações organizadas recairia sobre si, o IPES funcionava como centro estratégico e, a depender da circunstância, tinha o privilégio de ocultar a sua sigla, em determinadas ações.

Dreifuss (1981) acrescenta que, em virtude da conexão com a Associação Democrática Parlamentar (ADP), o IBAD conseguiu direcionar o seu projeto ao Congresso Nacional, bem como a uma parcela significativa dos governos estaduais. Consequentemente, infiltrou a sua proposta no processo eleitoral de 1960, através da assessoria ao empresário, apoiador de Jânio Quadros. Nas eleições de 1962, patrocinou diversas ações de cunho dogmático entre diferentes organizações sociais. Para além disso (DREIFUSS, 1981, p. 240-241), a referida instituição tentou adequar-se nos padrões da corrente reformista, em disputa pelo controle ideológico, aproximando-se estrategicamente de seus opositores, com mediação promovida por setores da classe média e da Igreja que, de alguma forma, mantinham relativo acesso às contestações das massas perante o governo. No que se refere ao Movimento Camponês, o IBAD apresentou algumas propostas de Reforma Agrária branda, sem interferência na propriedade privada, ressaltando que as ações eram organizadas com o máximo de cautela, para não contrariar os proprietários de terras contrários às reformas. Dessa maneira, a entidade conseguiu simpatia entre algumas lideranças de movimentos sociais, tais quais sindicatos, movimento estudantil, organizações religiosas etc.

Compreende-se, então, que a classe média esteve afinada com a mobilização política, desempenhando o papel de recrutar o apoio popular aos interesses da classe alta, contando com a colaboração de setores midiáticos, patrocinada pelo IPES/IBAD. Isso fica muito claro na militância de Arlindo Lopes Correia, um nome destacado na efetivação da união entre a classe média e as instituições anticomunistas. Ele é autor de um documento que apresenta informações sobre as “tendências estatizantes” no Brasil, por meio do qual faz uma análise acerca do prestígio do nacional reformismo frente à classe trabalhadora naquele contexto. Enfatiza, inclusive, a influência da corrente comunista no território brasileiro. Nesse sentido, realça possíveis perdas da classe média durante

os governos trabalhistas, exemplificando a defasagem salarial e o declínio do padrão de vida das famílias pertencentes a tal segmento social. Ademais, ele comparou os ramos de atividades ligados ao sistema portuário, às ferrovias e à Marinha, considerados, na sua pesquisa, como privilegiados e agitadores da classe trabalhadora, associando, assim, o sindicalismo e o progressismo ao empobrecimento da classe média. (DREIFUSS, 1981, p. 291-292)

O debate em torno da manutenção dos privilégios da elite política, ansiosa pela contenção dos avanços de direitos à classe trabalhadora, confundia-se com a perda do poder aquisitivo da classe média, ao ponto de começarem a associar as dificuldades vivenciadas, naquele momento de crise, às ideias esquerdizantes de Jango. Como parte dessa instrução, Dreifuss (1981) alerta que, através da análise das propostas apresentadas pela esquerda, o IPES propagandeava a sua visão liberal sobre as reformas básicas. A estética referente aos instrumentos utilizados na produção da propaganda se valia da utilização de matéria prima barata, no sentido de ocultar os valores gastos, ao tempo em que, quanto mais informal fosse a estrutura dos panfletos, jornais, faixas, brochuras e livretos produzidos, maior seria a pretensa identificação com as classes populares. Aliado a isso, o material de divulgação tinha procedência duvidosa, devido à falta de embasamento teórico, no que tange às informações divulgadas. Entre inúmeros exemplos, a representação do indivíduo comunista como dissimulado.

Sabe-se que a campanha que se organizou contra o comunismo durante a Guerra Fria lhe atribuiu inúmeros adjetivos que o desqualificava como sistema político. A questão social, por exemplo, que atravessa seu discurso, foi totalmente descaracterizada pelos organismos opostos. Assim, os grupos anticomunistas colocavam em contraponto a defesa por igualdade, com a maneira como vivia a sociedade russa que, a seu ver, estaria carente de avanços e transformações sociais. Havia a propagação de que o apelo por igualdade, entre os cidadãos, não estaria condizente com as práticas executadas no interior das nações comunistas, assinalando que, nesses países, ocorria a exploração humana, as más condições de moradia, imoralidade, ateísmo e assassinatos. Especificavam, aliás, o tipo de vestuário utilizado, enaltecendo, sob este

viés, a importância do consumismo capitalista. Em suma, como verifica Motta (2002, p. 104) a ideia de que o comunismo enganava aos ingênuos através da retórica de uma generosidade mitológica era amplamente divulgada.

O contexto analisado evidencia, portanto, o apoio do IPES/IBAD às organizações anticomunistas. O que se estendeu aos grupos femininos de direita, também atuantes na derrocada de Jango. Considerando a proposição, pode-se dizer que esse suporte desempenhou evidente assistência, visto que, além de influenciar a destituição do presidente, contribuiu também para a organização e a concretização das festividades pro golpe, através das Marchas da Família que ocorreram tanto em momento anterior, quanto no desenrolar do 31 de março de 1964, no Brasil. Nessa motivação, o protagonismo feminino, no contexto do golpe de 1964, será discutido a seguir.

As organizações femininas de direita

Entre os grupos de destaque, no percurso, rumo ao golpe de 1964, é necessário citar importantes organizações femininas de direita atuantes no cenário brasileiro do período. Trata-se de mulheres que se identificaram com as propostas das instituições as quais se vinculavam, a exemplo do IPES/IBAD e da Igreja, não obstante terem sido instrumentos manipuláveis na trama golpista, em face de que o protagonismo feminino foi fundamental para a concretização dos planos da direita anticomunista.

O processo de formação dos blocos femininos de direita reporta ao ano de 1954, quando o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) demonstrou descontentamento com o custo de vida alto e a falta de orientação cívica nas escolas públicas. Entretanto, foi no início década de 1960 que realmente as mulheres do MAF começaram a priorizar a questão política como parte de suas pautas. O discurso contra o comunismo e a corrupção funcionou como mote para que a referida organização desenvolvesse a sua propaganda através de panfletos, comícios, petições e visitas domiciliares. Sob esse aspecto, Dreifuss (1981, p. 294-295) afirma que a ação do MAF se limitava à alta classe paulistana, e a sua presiden-

ta era Antônia Pellegrini, irmã de Júlio Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*. Alguns componentes do IPES faziam parte desse veículo de imprensa.

A princípio, a incorporação feminina no partidário contrário a Goulart contou com o auxílio de organizações paralelas, por exemplo, a Associação Cristã de Moços (ACM) e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Mas, para o IPES, a posterior descoberta dos grupos femininos, de maior êxito social, trouxe uma noção ampla da inserção das donas de casa no campo político, funcionando como estratégia de mobilização tradicionalista, cuja assessoria organizacional contou com o apoio de filósofos e antropólogos, contratados pelo IPES, para reafirmarem a importância das mães e avós na sociedade. Ressalta-se que o discurso dialogava com a lógica religiosa. É importante mencionar que alguns desses grupos femininos corroboraram ideologicamente com o golpe militar ocorrido no Chile, em 11 de setembro de 1973, quase dez anos após a realização das marchas no Brasil. Dreifuss (1981, p. 294-295) aponta a Campanha de Educação Cívica (CEC), a CAMDE e a União Cívica Feminina (UCF) como grupos femininos de maior expressão naquele contexto. Dentro desse enquadramento, a historiografia recente incluiu a LIMDE.²²

Considerando essa perspectiva, cabe discorrer um pouco sobre a trajetória dos grupos femininos considerados de maior relevância, na conjuntura do golpe civil-militar de 1964, para melhor compreensão das suas reivindicações e diligências. Nesse sentido, a UCF oriunda de uma série de conferências anticomunistas direcionadas às mulheres paulistanas, em meados de fevereiro de 1962. Os eventos foram financiados pela Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), associada ao IPES, e dirigida por Wladimir Lodgensky, partidário do Instituto. O estudo de Simões

22 Segundo Dreifuss (1981), além dos grupos femininos já citados, tais quais CEC, CAMDE, LIMDE, UCF e MAF, algumas instituições conservadoras católicas atuaram como células de apoio destes movimentos e receberam o suporte político e financeiro do IPES. Entre elas destacaram-se a Liga Independente para a Liberdade, o Movimento Familiar Cristão (MFC), a Confederação das Famílias Cristãs (CFC), a Liga Cristã Contra o Comunismo, a Cruz do Rosário em Família (CRF), a Legião de Defesa Social, a Cruz Democrática Feminina do Recife (CDFR) e a Associação Democrática Feminina (ADF).

(1985, p. 28-29) sugere que algumas senhoras participantes das reuniões seriam esposas de integrantes do IPES. Assim, a UCF buscou se aliar às mulheres direitistas do interior de São Paulo na luta contra o programa reformista de Jango, e posteriormente avançou para outros estados a partir da fundação de diversas entidades semelhantes, com nomenclaturas que poderiam ou não ter ligação com a sigla nuclear.

Vale lembrar que a UCF proporcionava atuações radicais contra as vertentes esquerdistas, o que destoava do imaginário acolhedor a respeito das donas de casa brasileiras. Inclusive, ao mesmo tempo em que representava as manobras propagandísticas do IPES, essa entidade mantinha atuação organizada junto a setores extremistas. A polícia do estado de São Paulo, governado por Adhemar de Barros naquele momento, dava suporte clandestino às ações paramilitares relacionadas a ela. Dreifuss (1981, p. 295) ainda descreve um fato em que a UCF influenciou as agressões verbais ao presidente Tito da Iugoslávia, durante a sua visita ao Brasil, em setembro de 1963. No que concerne ao grupo da CEC, contou com o apoio financeiro do IPES, possivelmente por estar vinculado diretamente à referida entidade, uma vez que foi lançado em 1963, objetivando fomentar a consciência cívica da nação.

Outro expressivo grupo feminino do período foi a CAMDE que se destacou pelo forte engajamento nas ações contrárias ao Governo. Sua primeira manifestação política data de 11 de junho de 1962, no Rio de Janeiro, em virtude da entrega de um manifesto ao jornal *O Globo*, demonstrando insatisfação pela indicação de San Tiago Dantas (PTB) como titular do Ministério das Relações Exteriores.²³ Cordeiro (2009, p. 46) considera que as relações estabelecidas entre *O Globo* e a CAMDE confirmavam a aliança política entre a mídia opositora e os grupos anticomunistas. Salaria que esse jornal prestou relevante apoio à desestabilização de João Goulart, utilizando-se de propaganda contrária às suas propostas reformistas. Ao mesmo tempo, a CAMDE estimulou radicalmente o embargo de conteúdo educativo produzido, pelo Movimento de Educação de Base (MEB), por considerá-lo “subversivo.” Ademais

23 As ideias progressistas de Dantas estimularam a manifestação denominada “Caravanas de Brasília”.

participou ativamente dos movimentos por intervenção militar, utilizando-se da retórica de dissolução total da esquerda. Dreifuss (1981, p. 297) esclarece que, além disso, a instituição conduziu uma campanha via telefone, na qual orientava as pessoas a não comparecerem ao Comício pelas Reformas de Base, a ser realizado em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Bem como, persuadiu parte das mulheres fluminenses a acenderem uma vela em suas janelas, na referida data do evento, o que alcançou grande sucesso.

Antes de finalizar a explanação sobre os principais grupos femininos de direita, no contexto ao qual foi analisado, destaca-se a LIMDE, cuja primeira ação pública, não oficializada, manifestou-se através de um protesto contrário à já referida visita do marechal Tito ao Brasil. À frente dessa mobilização estava Balbina Lopes Bragança. O seu filho, capitão Benedito Lopes Bragança foi morto nas insurreições de 1935. Além dele, ela era mãe dos generais Elcino Lopes Bragança e José Lopes Bragança, ativistas do IPES de Minas Gerais. Simões (1985, p. 32-33) nos informa que a LIMDE se oficializou no final de janeiro de 1964, durante a tentativa de realização, em Belo Horizonte, do Congresso dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL). Evento este que, logo após os protestos das mulheres da LIMDE, foi transferido para Brasília.

Outro evento promovido pela LIMDE e que ficou registrado no cenário anterior ao golpe foi a “noite das cadeiradas.” Refere-se a um protesto contrário ao comício realizado em 25 de fevereiro de 1964, em Belo Horizonte, em favor das reformas de base, o qual teria como principal orador o então deputado federal Leonel Brizola. Tal fato desencadeou a insatisfação de grupos elitistas mineiros, acalorados em uma manifestação realizada no mesmo dia e local do discurso de Brizola. Assim, após invadirem o palco no qual se realizaria o comício, e sob o aval do padre Caio de Castro, as mulheres integrantes da LIMDE se valeram de terços e outros objetos considerados sagrados pelos católicos para recorrerem a orações que, conforme as fiéis, silenciariam o “anticristo” Brizola. Segundo Simões (1985, p. 76-78) tamanho empreendimento acarretou uma intervenção policial em que, na pior das hipóteses, diversas pessoas saíram feridas. O exemplo disseminado pelas mulheres da LIMDE imediatamente foi reconhecido e salvaguardado por outros grupos femi-

ninos que passaram a utilizar o rosário como ferramenta primordial das diversas marchas que eclodiram no país após o comício da Central do Brasil. Esse simbolismo religioso representou, na concretização do golpe, a vitória do objeto sagrado sobre a foice e o martelo, ambos caracterizadores do comunismo.

Para entender a ideologia das comemorações femininas ao golpe, é pertinente trazer o conhecimento da Cruzada do Rosário em Família que teve aparição no início da década de 1960 no Brasil. Isso porque esse fato contribuiu para a organização institucional dos movimentos femininos conservadores, convertendo-se posteriormente nas Marchas da Família com Deus. Nessa perspectiva, o movimento da cruzada foi fundado pelo padre irlandês Patrick Peyton, em 1942, nos Estados Unidos, e manteve, dentre as principais características, os valores à família cristã e ao anticomunismo. No que concerne particularmente à LIMDE, Dahrana Pérola Sestini (2008, p. 71-72) destaca que houve a absorção ideológica das mulheres à mensagem transmitida pela Cruzada, ao associarem a sua causa ao símbolo do rosário, à bandeira nacional e à devoção a Nossa Senhora de Fátima. Por essa via, Simões (1985, p. 91) pontua que o movimento da Cruzada serviu como modelo às manifestações femininas de direita, a partir do momento em que conseguiu reunir um número considerável de pessoas no Sudeste do país, pouco antes da eclosão das marchas. De acordo com Araújo (2008) a primeira Cruzada do Rosário em Família realizada, em território nacional, ocorreu em setembro de 1962, em Recife-PE, sendo que, o rosário percorreu várias cidades do mundo e capitais do Brasil com o *slogan* “A família que reza unida, permanece unida”.

Em Salvador, a Cruzada do Rosário fomentou a atuação das elites baianas junto à Igreja Católica, visando o fortalecimento do anticomunismo. De acordo com o estudo de Araújo (2008), o evento reuniu cerca de 600 mil pessoas, sendo que, em sua fase de divulgação, houve treinamento da comissão organizadora, através da exibição de filmes sobre os mistérios do rosário. Essas películas foram exibidas nas paróquias e nas escolas, no intuito de expandir os objetivos da cruzada, para a comunidade soteropolitana, e atrair a adesão da família na luta contra o comunismo, pela força do terço sagrado. Santana (2009, p. 22-23) inclui a

procissão de Corpus Christi, organizada pelo bispo Dom Walfrido Vieira, como outro movimento ocorrido no período, na capital baiana. Houve também uma manifestação promovida pelo padre Peyton, com o apoio das mulheres da CAMDE, em que utilizaram o recurso da panfletagem.

Destaca-se que a organização da cruzada baiana durou cerca de dois meses até a realização do desfile, na qual buscou-se estabelecer estreito diálogo com setores formadores de opinião, cuja finalidade seria conquistar o apoio popular. Entre os colaboradores, vale citar algumas autoridades políticas, parte do clero, uma parcela de educadores, de níveis de ensino diversos, e a imprensa. (ARAÚJO, 2008, p. 54-55) Ressalta-se ainda que, antes da realização da cruzada, em Salvador, a campanha se estendeu a outros municípios, cidades e vilas do recôncavo baiano e de Feira de Santana, onde obteve expressivo sucesso na exibição de filmes sobre o rosário.²⁴ Dentro dessa vertente, em 2 de junho de 1963, uma multidão de pessoas oriundas de diferentes bairros de Salvador, marchou com os terços nas mãos rumo à Praça da Sé. Juntaram-se a eles as caravanas provenientes das cidades de Alagoinhas, Cruz das Almas, Muritiba, Pojuca etc. Algo interessante é que outros estados da Federação, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, marcaram presença na cruzada soteropolitana. Para fortalecer o andamento do evento, a Companhia Leste Brasileiro forneceu facilidades no traslado da população interiorana. Na data prevista, saiu um trem exclusivo às 11h da manhã, de Alagoinhas para Salvador, com retorno às 20h. As passagens foram cobradas com 50% de desconto. (ARAÚJO, 2008)

Pode-se, então, concluir que a estratégia final do movimento da cruzada soteropolitana pareceu querer transformar a concentração numa grande cruzada do século XX, transportando para a capital a simbologia presente nas grandes incursões católicas ocorridas no século anterior. Apesar disso, Araújo (2008, p. 66) esclarece que, no panorama nacional, os terços e as orações, mesmo com o tom harmônico a que se propuseram, não conseguiram barrar a intenção do governo a respeito das reformas básicas, promovendo, em alto grau, o repúdio dos setores eli-

24 Não foi possível encontrar estudos que confirmassem a exibição dos filmes, oferecidos pela organização da Cruzada do Rosário, em Alagoinhas, BA, marco espacial da pesquisa.

tistas. No âmbito local, Alagoinhas surge, no contexto da cruzada, talvez, por conta do peso do catolicismo na região e da função desempenhada pela rede ferroviária em Alagoinhas, que transportava pessoas de vários municípios. Por conta disso, possibilitava que o trem levasse ao evento não apenas o morador alagoinhense como das regiões circunvizinhas.

Cabe salientar que a participação da mulher, nos meandros do golpe e da Marcha da Família, ocasionou as manifestações promovidas pelos grupos femininos de direita, favorecendo à tomada do poder das mãos de Jango. Esses movimentos foram ganhando força, até quando se renderam às celebrações do golpe. Lembrando que, o estopim das movimentações organizadas pelos setores civis opositores foi justamente a intervenção civil-militar, em 31 de março de 1964. A contribuição das mulheres, nesse contexto, requer reconhecimento devido à trajetória de lutas, em busca de um espaço na história, ainda que pelo viés do conservadorismo. Vale destacar ainda que, na conjuntura mundial de 1960, década em que ocorreram as passeatas cívicas no Brasil, as intelectuais feministas se debruçavam na conquista por maior espaço no que se refere à escrita historiográfica. É sobre a luta feminina, em diferentes ângulos e o protagonismo da mulher alagoinhense antes da marcha, o assunto que será abordado na seção a seguir.

Breve panorama das lutas pelos direitos das mulheres que eclodiram em Alagoinhas no século XX

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu da história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história de gênero [...]. (PERROT, 2017, p. 16)

De acordo com o trecho referenciado, a produção historiográfica referente à história das mulheres, ao longo de diferentes períodos, foi concebida a partir de diversificados paradigmas procedentes de uma história, que no âmbito acadêmico, esteve tradicionalmente, formada por homens. Por causa disso, houve acusação de ideologismo pelos intelectuais do sexo masculino, no que se refere às reivindicações femininas. Entretanto, no início do século XXI surgiu, de fato, uma nova história da mulher, integrada à universidade. Falar, pois, da participação feminina nos movimentos sociais, é inserir esse protagonismo nas novas abordagens historiográficas.

É necessário situar o panorama histórico do advento da presença feminina nas atividades externas ao espaço privado. Levando isso em consideração, a inserção no âmbito acadêmico ocorreu, entre 1880 e 1950, momento em que as mulheres conseguiram ter acesso à educação formal. Isso aconteceu primeiramente na Europa e refletiu vagarosamente em diversas partes do globo. Perrot (2017, p. 94) realça que, no período entre guerras, elas passaram a ocupar, com maior protagonismo o ambiente acadêmico, mas ainda restava um longo caminho a ser trilhado.

Se na década de 1950, elas estavam adentrando mais facilmente na academia, foi nos anos 1960 e 1970 que realmente essa presença ganhou maior notoriedade e protagonismo, relacionada à luta pela igualdade profissional, aclamada por diversas intelectuais feministas, principalmente, na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Ressalta-se que a crise do estruturalismo possibilitou o diálogo da história com outras ciências como a antropologia. Dessa forma, tornou-se de suma importância a urgência por novas perspectivas de estudo voltadas aos mais diversos temas: família, natalidade, casamento, sexualidade, moralidade etc. Consequentemente, em tais abordagens, as mulheres conquistaram seu lugar como sujeitos. Nesse período, a mudança intelectual, no interior da Escola dos Annales, corroborou para uma nova maneira de se escrever a história das mulheres. (PERROT, 2017, p. 19)

Para alguns estudiosos, a exemplo de Dosse (1994), em linhas gerais, a história estaria esfacelada, e, por isso, aberta a novos objetos de pesquisa. Não por outra razão, o resultado do empenho feminino configurou-se no estudo de gênero, o que para Joan Scott (2011), embora proveniente

em grande parte da reivindicação feminista, não está apenas baseado no movimento destacado. A seu ver, aliam-se a ele os processos político-sociais e a obstinada busca pela produção do saber.

Segundo Eric Hobsbawm (1995), a Revolução Cultural, no ocidente, após a Segunda Guerra Mundial, proporcionou mudanças significativas nas tradições familiares e religiosas, trazendo para o debate questões pertinentes, como o impulso das mulheres em ultrapassar os limites do privado. Além disso, outras inovações, a saber, os métodos contraceptivos e os frutos recém-colhidos pelo movimento feminista. Nesse sentido, torna-se interessante que o debate perpassasse o território geográfico, a classe social, bem como as condições pelas quais as possibilidades de acesso às referidas inovações foram ofertadas às mulheres no século XX.

No que tange ao panorama nacional, depois da aprovação do sufrágio feminino, confirmou-se um período propício à amplificação dos direitos civis das mulheres. Porém, a instalação do Estado Novo conteve as contestações sociais. Por outro lado, não obstante o clima caracterizado pelas adversidades da Segunda Guerra estimulou algumas mulheres dos segmentos médios sociais e das classes trabalhadoras, do Rio de Janeiro e de São Paulo, a organizarem campanhas de arrecadação de agasalhos, enviados aos pracinhas brasileiros que foram convocados a lutarem na Itália. À época, as manifestações realizadas não estiveram ancoradas na luta contra as desigualdades, entre homens e mulheres, tendência que se estendeu, ao pós-Estado Novo. Isso porque, as reivindicações femininas buscaram enfatizar os direitos infantis, a economia doméstica, bem como os protestos antifascistas. No que concerne à Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF), sediada na capital fluminense, que reivindicava melhores condições urbanísticas, a paz mundial e lutava contra o alto custo de vida, em determinados momentos, abrangia as pautas de algumas instituições de esquerda, em defesa do monopólio estatal e da soberania nacional. Assim, mesmo que não estivesse ligada ao comunismo, compartilhou algumas das pautas do PCB e isso lhe rendeu problemas, devido à clandestinidade imposta ao Partido, em 1947. Nessa perspectiva, Rachel Soihet (2013, p. 231-232) destaca que, ao longo da década de 1960, os organismos femininos aliados ao progressismo participaram de movimentos relacionados à aprovação das reformas básicas,

mas com a concretização do golpe, muitos foram obrigados a diluir-se, por conta das suas agendas. Inclusive, algumas dirigentes dessas organizações foram perseguidas sob a acusação de subversão.

Apesar do cenário coercitivo deflagrado no limiar do golpe civil-militar, a década de 1960, no Brasil, tem sua importância para as ações femininas como esclarecem Ferreira e Gomes (2014, p. 253):

[...] A mobilização da figura da mulher é muito evidente e compreensível, sobretudo quando questões como o desabastecimento e o aumento do custo de vida estavam nas ruas. As donas de casa defendendo sua família e filhos foi e continuará sendo uma imagem política e emblemática. Mas havia também mulheres que apoiavam as reformas e, por isso, mesmo, elas igualmente procuraram se manifestar. A época vale insistir, era de radicalização, o que incluía a organização dos cidadãos e cidadãs em variados tipos de agrupamentos políticos.

Conforme se afere na proposição, é mister destacar que, as manifestantes ligadas ao conservadorismo ou aquelas, simpatizantes das ideias reformistas, em início da década de 1960, não estiveram, em sua maioria, vinculadas à consciência por igualdade entre os sexos. Mas, isso não as exime da militância em prol dos direitos básicos. Vale mencionar, que mesmo em contextos adversos à liberdade de expressão, as mulheres se fizeram presentes em certa medida. Nesse sentido, Soihet (2013) discorre que ao reivindicarem, em determinados contextos, elas tomaram a direção do seu papel no espaço público, erguendo a bandeira das questões econômicas, políticas e sociais. De modo que, conseguiram involuntariamente ou não ainda que compartilhassem valores tradicionais, impactar as marcas do patriarcado, sempre revigoradas na sociedade.

No município de Alagoinhas, as atuações femininas reportam importantes momentos, nos quais é possível constatar o protagonismo exercido por mulheres, como na política partidária a partir da década de 1930.²⁵

25 No ano de 1936, Áurea Cravo se consagrou como a primeira vereadora eleita, em Alagoinhas. Mãe do então prefeito Mário Cravo, ficou menos de um ano no cargo, por causa da saúde

Nessa esteira, a conduta política das mulheres esteve aliada ao magistério local. Eliana Evangelista Batista (2015) nos informa que, em nível nacional, a profissão docente abarcava disciplinas voltadas à importância da formação doméstica e do culto ao civismo. Este último, ligado à plataforma do Governo Vargas que, durante o Estado Novo, declarou a obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica (EMC) no currículo da formação do professor.

Já foi mencionado, no decurso dessa pesquisa, que, após a queda do Estado Novo, o cenário alagoanhense estava voltado à reabertura das Casas Legislativas, e sendo o palco das disputas entre PSD e UDN. Acrescenta-se que tais embates tiveram um ganho considerável: trouxeram a mulher novamente ao campo político alagoanhense, bem como das regiões circunvizinhas. De acordo com Batista (2015, p. 96-97), nesse espaço, as professoras primárias marcaram presença nos processos eleitorais, entre 1948 e 1954. E, em 1945, a professora Maria Feijó conclamava o fim do regime fascista, apesar de que, em 1950, a sua retórica passou a dialogar com o tradicionalismo autonomista ligado à UDN. Assim, nesse clima de disputas partidárias, parte do professorado alagoanhense passou a questionar e a reivindicar maior participação no cenário político, bem como a tecer críticas à gestão varguista.

Para além disso, no referido ano, a candidata a vereadora Anna Heudyrice Almeida Barros (UDN) recebeu o apoio das professoras Haydée Amorim e Maria Feijó, Cordália Camargo, Mariinha de Oliveira e Alda Magalhaes, através de um manifesto assinado por cada uma dessas personagens. No documento, elas incentivaram as mulheres alagoanhenses a votarem em Anna Heudyrice Barros, visto que exercia a profissão de educadora e se dizia representante do feminismo. (MANIFESTO..., 1950) A convenção da UDN, em 1950, divulgou a homologação dos candidatos a prefeitos e vereadores da cidade. Durante o evento, Maria Feijó foi oradora junto à sua candidata. (CONVENÇÃO..., 1950) Nesse ano, a professora Leticia Campos foi referenciada, em *O Nordeste*, como “prestigiosa chefe udenista”, em homenagem ao seu aniversário. (PROFESSORA..., 1950)

fragilizada, sendo substituída por um suplente, segundo Batista (2015).

Ela ocupava a posição de suplente na Câmara Municipal de Glória. Dito isso, percebe-se que, numa esfera conservadora, contrária ao nacionalismo varguista, essas docentes marcaram o cenário de Alagoinhas e das regiões circunvizinhas, contribuindo para a ascensão do udenismo no interior baiano.

Um segundo nome feminino de destaque, na política de Alagoinhas, foi o da professora Maria de Lourdes Almeida Veloso (PTN), eleita vereadora, em 3 de outubro de 1958. Na eleição para presidência da Câmara Municipal, em 7 de abril 1959, ela foi escolhida para o posto de segunda secretária. (ALAGOINHAS, 1959a) É importante destacar que, na sessão da Câmara, do dia 13 de julho de 1959, o vereador Araujo Batista iniciou a discussão sobre um requerimento de sua autoria, a respeito da emenda do deputado Wandic Badaró, em benefício dos professores primários alagoinhenses. O edil afirmou que, se os seus colegas colaborassem com o projeto, consideraria a atitude como uma forma de homenagem à tal vereadora. Após a fala de Batista, o vereador Antonio Guimarães ressaltou a relevância do papel desempenhado pelas educadoras primárias na alfabetização das crianças pobres. Ademais, utilizou o termo “missão sacrossanta” para se referir ao trabalho prestado por elas. (ALAGOINHAS, 1959c)

A presença das professoras alagoinhenses foi marcante na política, na literatura e em algumas organizações femininas, por exemplo, o Movimento das Bandeirantes. Sobre a questão, em 1954, a fundação do Conselho de Distrito de Bandeirantes contou com o empenho das senhoras e moças da sociedade. Dentre elas, estiveram presentes um número razoável de educadoras. As jovens Déa Bastos e Maria Tereza Reis²⁶ obtiveram uma formação específica, na Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB), em Recife, e

26 Segundo depoimento de Normandia Azi, Dea Bastos pertencia à família Bastos e sempre esteve envolvida em variados eventos da cidade. Apesar de não lembrar qual a época exata, afirma que houve um período no qual Dea Bastos estudou no Colégio “As Sacramentinas”, em Salvador, mas nos finais de semana voltava à Alagoinhas, onde marcava presença na Praça Rui Barbosa e nas festas promovidas pelos clubes da cidade. No que se refere à Maria Tereza Reis, conforme a depoente, teve uma vida dedicada à educação, se notabilizando no referido setor. Talvez por influência de Margarida Cunha, apontada por Normandia Azi como fundadora do grupo As Bandeirantes, na cidade, Tereza Reis tenha adentrado ao grupo, pois Margarida Cunha era figura muito próxima à família Reis. Posteriormente à época referida, Tereza Reis esteve em vias de candidatar-se à reitoria da UNEB, quando já morava em Salvador, local onde faleceu há dois anos.

logo após retornarem à Alagoínhas, ajudaram a organizar a primeira reunião para o Conselho, a ser realizada no Ginásio Santíssimo Sacramento, local onde foram criadas duas Companhias de Bandeirantes e uma Companhia de Fadas, com quarenta meninas, de 6 a 15 anos, envolvidas. Segundo *O Nordeste*, a finalidade daquela organização seria a de “formar o caráter das jovens preparando-as para serem boas esposas, boas mães, boas donas de casa, honrando e contribuindo para a grandeza geral do Brasil”. (BANDEIRANTES..., 1954, p. 4)

Proveniente do Escotismo, o Movimento Bandeirante teve início, em 1909, na Inglaterra articulado por Agnes Powell, irmã do fundador do Escotismo, o general Robert Smith Power. Segundo Midian Cristina Amancio (2017) os códigos básicos das bandeirantes estiveram atrelados aos princípios do Movimento Escoteiro, engessados nas práticas religiosas, patriotismo, conservadorismo, higienismo e disciplinarização forjadas pela educação militar. Porém, como novidade, o grupo Bandeirante, direcionou-se às necessidades femininas do período. No ano de 1914, Lady Olave Clair, esposa de Robert Power, aliou-se à cunhada, assumindo a função de comissária chefe do grupo e tornou-se responsável pela fundação da Organização Mundial das Bandeirantes. *A priori*, as funções desempenhadas pelas mulheres do bandeirantismo foram os primeiros socorros às vítimas dos conflitos envolvendo a Grã-Bretanha, no entre guerras. No caso brasileiro, em 13 de agosto de 1919, no Rio de Janeiro, foi iniciado o Movimento Bandeirante no Brasil. Fez-se necessário um comitê específico de intercâmbio, com diversos países, nos quais a entidade atuava. A partir da década de 1960, abriram-se as portas da instituição aos rapazes.

Apesar da inclusão masculina no Movimento Bandeirante, o escotismo continuou funcionando. Quando discorreu sobre a realização de uma palestra ocorrida, em comemoração à semana de aniversário do Movimento Escoteiro, o *Alagoínhas Jornal* elencou o caráter empreendedor do escotismo para a juventude, ressaltando os aspectos positivos como a independência do jovem, a aprendizagem de técnicas de auto-defesa e ajuda ao próximo, a fidelidade à pátria, a religiosidade e a obediência aos pais. Trata-se de uma palestra transcrita para a imprensa, por Ferreira Monte, solicitada pelo Rotary Clube de Alagoínhas e pelo

reverendo Frei Jorge, orientador e incentivador do escotismo na cidade. (ESCOTISMO..., 1962)

A independência mencionada, acerca do jovem escoteiro, também é verificada na matéria de *O Nordeste*, em relação às jovens bandeirantes. Déa Bastos e Maria Tereza Reis foram tratadas como moças à frente do seu tempo, depois de receberem o treinamento e aprenderem a armar as próprias barracas no acampamento onde foram acolhidas, na capital pernambucana. O jornal destacou que elas estavam preparadas para “[...] enfrentar todas as dificuldades, conforme reza o código da Federação das Bandeirantes do Brasil”. (BANDEIRANTES..., 1954, p. 4) Realmente, ao adentrar nesses grupos, as moças aprendiam noções de autonomia, o que para a década de 1950, possibilitava o deslocamento para espaços e experiências externas ao âmbito doméstico. Apesar disso, o bandeirantismo enfatizava as funções tradicionais relegadas às mulheres. Havia um objetivo primordial que recaía tanto para as bandeirantes quanto para o Movimento Escoteiro, descrito por Amancio (2017, p. 50-51) como uma espécie de controle das atitudes e dos corpos dos adolescentes pertencentes aos grupos referidos.

Para enriquecer o debate, merece destaque a contribuição de Normandia Azi a respeito do Movimento Bandeirante, em Alagoinhas:

*Não participei do Movimento das Bandeirantes, mas quem criou esse movimento foi uma grande amiga minha Margarida Leal Cunha que morou nesta casa. Ela, juntamente com outras companheiras, criou o Movimento das Bandeirantes, em Alagoinhas. Inclusive, aqui, nesta casa, antes de eu morar aqui, acendiam fogueiras que era próprio dos encontros das bandeirantes. Lembro que eu não participava, mas Margarida me contava. Muitas jovens participaram desse movimento. Não preciso bem o tempo, mas era na década de 50.*²⁷

Ao ser questionada sobre as reuniões realizadas, no Colégio Santíssimo Sacramento, informação cedida ao *Alagoinhas Jornal*, Normandia Azi disse o seguinte: “Margarida era muito querida pelas religiosas e ela também que-

27 Em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, nov. 2020.

ria muito bem ao Santíssimo Sacramento. Eu acredito que as reuniões podem ter começado no Santíssimo e depois convergiu para a casa de Margarida”.

Nota-se, no depoimento, que são informações antagônicas, as versões trocadas entre a fonte oral e a fonte impressa. Na matéria do *Alagoinhas Jornal*, a respeito das bandeirantes, não é proferido o nome de Margarida Cunha, mas Normandia Azi afirma ser ela a fundadora do Movimento Bandeirante na cidade.²⁸ Há ligações entre Margarida e o colégio onde o jornal aponta como local das reuniões. Isso permite compreender que a comunidade a qual se convive, sedimenta as memórias e captam as imagens selecionadas. Na concepção de Maurice Halbwachs (1990, p. 51), existe seletividade e negociação para que a memória individual possa estabelecer diálogo com a memória coletiva. Levando isso em consideração, há uma ligação entre ambas, de modo que, o discurso herdado possibilita escolher a memória que nos convém. Nesse viés, Michael Pollak (1989, p. 6-7) pontua a integração entre o que é vivido e o que se escolhe para uma possível transmissão da memória. Essa movimentação involuntária se deve a elementos ligados por diversos tipos de memórias, entre elas a individual, a coletiva, a familiar etc. O choque da memória considerada oficial com a “memória clandestina” ou “herdada” é resultante da credibilidade depositada nas fontes palpáveis e visíveis. Logo, na visão do autor, pode ocorrer a incoerência entre o que é posto e a escolha daquilo que nos marca profundamente.

A tese de doutorado de Leonice Lins (2013, p. 121), na qual é abordada parte da trajetória de cinco professoras formadas no Colégio Santíssimo Sacramento, na década de 1960, faz uma breve referência à Margarida Cunha ao destacar o seu papel de inspetora responsável, pelo relatório

28 Segundo Normandia Azi Lacerda, Margarida Maria Leal Cunha inicialmente se deslocava de Salvador para fazer inspeção no Colégio Santíssimo Sacramento e no Colégio de Alagoinhas, onde funcionava o curso normal rural. A referida inspetora insistia com Carlos Cunha, dono do Colégio de Alagoinhas, e seu futuro genro, para trazer ao Colégio o curso ginasial, e conseguiu. Após casar-se com Lourival, filho de Cunha, passou a morar em Alagoinhas, onde fundou “As Bandeirantes”. Normandia enfatizou ainda que Margarida participava de um grupo de intelectuais, em Salvador, e escreveu durante algum tempo para o jornal *A Tarde*, pelo qual utilizava um pseudônimo. Posteriormente, voltou a morar em Salvador, com sua família. Tempos depois, adquiriu um câncer. Segundo Normandia Azi: “Nesse período, eu lhe escrevia uma carta a cada semana e depois de algum tempo ela acabou não resistindo à doença”.

enviado ao Ministério da Educação (MEC), autorizando o curso pedagógico, em julho de 1954, na instituição, atendendo à solicitação dos pais das alunas. Concomitantemente, esse foi o ano da fundação do Movimento Bandeirante, em Alagoinhas. Essa informação isolada não consegue estabelecer relação direta entre a inspetora e o bandeirantismo, como afirmou Normandia Azi Lacerda. Todavia, sugere certa ligação, ainda que de maneira indireta, entre ela e o Ginásio Santíssimo Sacramento, lugar que, como visto, foi útil às reuniões das bandeirantes em sua formação inicial. Sobre a proposta educacional, o Colégio Santíssimo Sacramento esteve voltado à instrução de mulheres jovens e esteve direcionado ao ensino efetivo. No que tange às bandeirantes, se constituiu uma associação destinada à educação informal.

Sabe-se que, havia forte influência católica na educação das jovens no “Santíssimo”. E esse fator dialogava com o lema do bandeirantismo que ofertava uma orientação conservadora e moralista às moças. É importante ressaltar que, a meta educacional da referida instituição não diferia de outras entidades de ensino, devido à naturalização dos diferentes papéis estabelecidos para homens e mulheres naquele período. No ponto de vista de Lins (2013, p. 114), o acesso que elas tinham à leitura e à escrita poderia ser feito a contento, desde que não colocasse em risco a ordem social vigente. Nessa dinâmica, até o ano de 1970, o “Santíssimo” priorizava o público feminino, em sua maioria pertencente às classes média e alta da cidade.

Percebe-se que, embora as mulheres estivessem presentes em alguns setores públicos e inseridas nos diversos movimentos sociais, o ideário feminino do período ainda buscava o prestígio social simbolizado na condição de mãe e esposa. Nesse sentido, o periódico *O Nordeste* abordou várias vezes os avanços que estariam sendo experimentados pelas mulheres e a sua ocupação nos espaços profissionais. Mas, a ênfase dada ao professorado feminino, o vinculava aos valores cristãos e familiares, supervalorizando a maternidade e a sensibilidade, nas matérias, aspectos socialmente incutidos no universo feminino. Vale destacar o discurso proferido em um artigo redigido por Mamede Amparo Lopes, no ano de 1952, no qual comparou as mulheres a uma flor, além de realçar a maternidade. Eis um dos trechos para apreciação: “[...] Em cada mulher

há um pouco daquilo que se denomina mãe”. (MULHER..., 1952) Duas décadas após a publicação, Barros (1979, p. 338) homenageou a mulher alagoinhense e o seu protagonismo perante a história local. Ele destacou o papel feminino, em variados ramos de atividades, porém, antes da explanação, enfatizou o empenho da mãe alagoinhense destinado ao lar e à instrução familiar dos filhos da terra. Na sua leitura, atribuiu o sucesso profissional das mulheres a uma boa educação doméstica.

Em relação à maternidade, verifica-se que, embora, entre o final do século XIX e início do XX, as mulheres já estivessem gestando a sua trajetória de lutas, tecendo questionamentos aos costumes vigentes, os ideais de comportamento, no seio social, estavam fortemente atrelados ao patriarcado. Junto aos avanços do século estreado, a exemplo do trabalho feminino nas fábricas, surgiu o modelo da “família moderna” que passou a disseminar o discurso de manutenção do paradigma da mãe dedicada à educação doméstica dos filhos. Segundo Ana Silvia Scott (2013, p. 9). Nessa conjuntura, ressignificou-se o conceito de rainha do lar, porém encontra-se nessa concepção uma ambivalência, pois o referido título permitiu à mulher, maior protagonismo no que se refere à sua voz, naquele contexto.

É significativa a consideração quanto ao modelo de família citado, uma vez que havia desigualdade étnica, social, econômica e regional, na sociedade brasileira, de início do século XX, na qual uma parcela das mulheres se mobilizava na busca pelos suprimentos para o lar. Isso não impediu que elas fossem influenciadas pelo modelo familiar em vigor, inclusive, eram também as mães do trabalhador das fábricas e teria o papel de afastá-los das chamadas “classes perigosas. Essa também era a preocupação presente entre o patronato. Portanto, a presença da mulher, dona do lar, tornava-se importante no ambiente recém-industrializado, em face do modelamento do operário ideal. O modelo familiar moderno foi importado pela burguesia europeia. De qualquer forma, ele foi tomando corpo e atravessou diversas décadas, influenciando, assim, o discurso voltado ao papel da mulher na administração do lar. Um exemplo dessa influência se refere ao Censo Demográfico realizado em 1872 no Brasil, em que se constatou uma porcentagem de 76% de operariado feminino empregado nas fábricas. Partindo para o Censo de 1950, ape-

nas 20% estavam presentes no mesmo setor. Scott (2013) nos lembra que, essas mudanças ocorreram também em vista da chegada dos imigrantes europeus do sexo masculino que passaram a ocupar o lugar das mulheres e das crianças no espaço fabril.

Voltando à questão da maternidade, segundo Michelle Perrot (2017, p. 69), o enfoque no amor materno evidenciou-se a partir do século XVII. Entretanto, na contemporaneidade, a imagem da mãe foi destacada como elemento político, refletindo no culto à Marianne, símbolo da República e dos franceses. Essa figura também esteve ligada à formação dos Estados totalitários. Na América, em 1920, o Dia das Mães foi inserido entre as datas de maior relevância. Porém, a sua institucionalização só ocorreu no governo de Vichy. Além disso, as discussões políticas conferiram ao corpo da mãe o *status* de assunto de Estado, através de debates em torno das pautas relacionadas ao controle de natalidade e ao aborto.

Passadas as considerações, é importante frisar que, não foi possível constatar a ligação direta do Movimento Bandeirante com a Marcha da Família alagoinhense. A escassez de fontes acerca dessa temática possibilita, apenas, a divulgação de algumas pistas sobre o movimento. Ainda assim, pode-se salientar que o perfil dos escassos nomes encontrados, na marcha alagoinhense, condiz com o perfil das senhoras e senhoritas presentes, no Movimento das Bandeirantes, quase todas pertencentes às classes alta e média. Alguns nomes vinculados às famílias renomadas da cidade, como o da presidente Maria Alice Robatto, o da vice-presidente Helena Robatto e o da primeira secretária Edna Campos Cunha. Todas pertencentes a duas famílias tradicionais alagoinhenses que mantinham traços de parentesco entre si, a saber, a família Robato e a família Campos. Vale destacar principalmente dentre os nomes do movimento, o da professora Dilce Maia Cerqueira que ocupou o cargo de tesoureira e também participou da Marcha da Família de Alagoinhas. (BANDEIRANTES..., 1954)

Dreifuss (1981, p. 257) esclarece que, em momento próximo ao golpe civil-militar, houve acordo estabelecido entre a União dos Escoteiros do Brasil (UEB) e o IPES, sendo que o segundo forneceu apoio financeiro à primeira, sob a condição de que divulgaria a boa conduta da instituição ipesiana. Dessa forma, o Movimento Escoteiro emprestaria a sua ima-

gem de organização ilibada para a comprovação de que as despesas do IPES não estariam sendo lançadas em organizações de caráter duvidoso. Outras instituições da classe média, tidas como sérias, participaram de acordos semelhantes com o IPES.

No que se refere às Marchas da Família, Marcio Ananias Vilela (2015, p. 162) menciona a presença de grupos de escoteiros, no evento, ocorrido, em 9 de abril de 1964, na cidade de Recife-PE. Apesar de não se referir às bandeirantes, a presença dos escoteiros, no cenário de desestabilização de Jango, lança luzes sobre a inclinação feminina ao escotismo, pois ambos se originaram de uma mesma autoria. Ainda há muito que se estudar sobre o bandeirantismo e o engajamento feminino, em determinados movimentos desenvolvidos, em Alagoinhas, mas o que se tem, serve para ceder pistas e oportunizar reflexões acerca das articulações femininas, de tendência conservadora, ocorridas antes da Marcha da Família, no município referenciado.

Mulheres da marcha em Alagoinhas

Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras, as quais me proponho a abordar. Com frequência apoiam-se em papéis tradicionais, e aí tudo vai bem. (PERROT, 2017, p. 146)

Através do estudo sobre as mulheres francesas que lutaram contra a carestia, no século XIX, conforme a descrição de Perrot, percebe-se a relevância da ação das mulheres alagoinhenses, na Marcha da Família, abrindo espaço para o discurso político. Embora, elas estivessem inseridas no mercado de trabalho e exercendo profissões de destaque naquele momento específico, estas mulheres emergiram do aspecto tradicional para a militância no espaço público. Nesse sentido, identificaram-se com diversas mulheres que, em todo o país saíram às ruas. Todavia, continuavam exercendo o seu papel de donas de casa, uma atitude que foi encarada, pela elite conservadora, como aceitável e necessária, em um

cenário no qual acreditavam que a religião, a pátria e a família estariam ameaçadas pela “petulância vermelha”.

O panfleto convidando para a marcha, em Alagoínhas, indica a participação de apenas duas mulheres na comissão organizadora, a saber, Dilce Maia Cerqueira, delegada escolar e Dagmar Beatriz Cortes Portela, professora. No convite, ainda foi anunciado o nome da juíza Esther Farani Campos de Cordeiro, como oradora e representante da mulher na marcha. (PROGRAMA..., 1964) No *Alagoínhas Jornal*, que relata a passeata cívica ocorrida, em 1 de maio de 1964, foi mencionada a presença da escola da professora Ana Oliveira Campos. (MARCHA..., 1964a) Ressalta-se que, nas entrevistas realizadas no tempo dessa pesquisa, há um breve resumo sobre essas quatro mulheres atuantes no desfile cívico alagoínhense. Convém discorrer a respeito, doravante.

A professora Dilce Maia Cerqueira, nascida em Alagoínhas, no dia 26 de abril de 1922, era integrante de uma família influente da região e teve oito irmãos. Entre eles o Dr. Jairo Maia, médico, líder udenista e diretor do Tiro de Guerra, na época do golpe civil-militar. Ela é filha de Durvalina Macedo Maia e de José Galdino Maia. Ele, político e antigo proprietário de casas comerciais, na cidade, ela dona de casa. A referida docente completou seus estudos no Ginásio de Alagoínhas.²⁹

No momento em que foi questionada sobre a marcha, ressaltou o cargo de delegada escolar ocupado por ela naquele período, dialogando com a informação do convite analisado antes dos encontros. No período das entrevistas, ela se encontrava debilitada e os remédios que tomava a deixavam sonolenta pela manhã. Por causa disso, os encontros só puderam ser realizados, no final da tarde, após o seu banho. Residente na Rua Getúlio Vargas, no bairro Parque Vitória, em frente à Escola Municipal Paulo Freire, a professora costumava observar a rua todas as tardes, momento este que, segundo ela, estava disposta a lembrar as suas vivências no que se refere a sua profissão, motivada pela movimentação referente àquele estabelecimento de ensino. Além disso, os temas relacionados à família e à religião, embora, tenham sido proferidos através

29 Dilce Maia Cerqueira em entrevista concedida à autora, Alagoínhas, BA, 28 nov. 2016.

da voz fragilizada, eram tocados por ela com muito orgulho e entusiasmo. Dois anos após as conversas, a professora Dilce Maia Cerqueira faleceu aos 96 anos.

Em 23 de março de 1942, ela foi nomeada regente, na Escola Brasilino Viegas. Em 13 de outubro de 1956, foi certificada pelo Conservatório Bahiano de Canto Orfeônico, no curso de Regência, para lecionar nos estabelecimentos de ensino. O curso fazia parte de um projeto sistematizado por Heitor Villa Lobos. A docente foi nomeada para o cargo de delegada escolar ainda jovem e a delegacia funcionava no prédio do Brasilino Viegas. Ela exerceu o cargo até o ano de 1972. Durante a gestão de Judélio Carmo, foi nomeada diretora de serviços de educação geral do município. Além da escola pública, lecionou no Santíssimo Sacramento como professora de música e algum tempo depois assumiu a direção do Centro Educacional Cenecista Alcindo de Camargo, vinculado à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). (LEAL, 2017) A imprensa, via *O Nordeste* ou *Alagoinhas Jornal*, registrou diversificados momentos, inclusive, pessoais envolvendo a participação da referida educadora nos acontecimentos sociais alagoinhenses, por exemplo, formatura, nascimento dos filhos, noivado, casamento, aniversário, festas cívicas etc.

Conforme Paixão (2009, p. 68), a família Maia esteve presente, na esteira dos episódios revolucionários de 1930, quando validou o direito do interventor pela indicação dos cargos de prefeitos das cidades. Consequentemente, ocorreu, em Alagoinhas, a deposição do prefeito Saturnino da Silva Ribeiro a favor da posse de Mário da Silva Cravo, em 15 de novembro de 1930. No mesmo mês, houve o fechamento das Casas Legislativas, em todo país, o que influenciou o encerramento dos trabalhos na Câmara Municipal da cidade.

Nesse sentido, é interessante reparar as informações trazidas pelo referido autor:

Aproximadamente dois anos após o fechamento da Câmara, com a cassação dos vereadores eleitos, no salão nobre do Paço Municipal, foi realizada a sessão solene de posse e juramento do Conselho Consultivo. Em uma cerimônia concorrida,

com as presenças de várias autoridades locais e estaduais, como o interventor federal Tenente Juracy Magalhães, seu Secretário da Agricultura, Alvaro Ramos e o seu oficial de gabinete Tenente Alcino Monteiro Avidor, o prefeito do município Mário da Silva Cravo, foram empossados os cinco conselheiros nomeados. (PAIXÃO, 2009, p. 71)

Ainda, segundo Paixão (2009, p. 71):

Tomaram posse, no dia 15 de maio de 1932, Saturnino da Silva Ribeiro, Antonio Augusto Leal de Azevedo, Álvaro Cirne Dantas e Francisco da Costa Baptista e, em outra sessão, foi empossado como conselheiro José Galdino Maia. Destes cinco, três integravam a Câmara deposta (Antonio Augusto Leal de Azevedo, Álvaro Cirne Dantas e José Galdino Maia) e um era o prefeito em exercício (Saturnino Ribeiro).

Conforme a citação, após os eventos políticos ocorridos, em 1930, permaneceu, na agenda da nova ordem, os mesmos atores sociais e arranjos de outrora. É mister reconhecer essa tendência, na Marcha da Família de Alagoinhas (1964), como o caso da professora Dilce Maia Cerqueira, uma das personagens mais atuantes, como evidenciado, a filha de José Galdino Maia, um dos conselheiros empossados, na sessão solene destacada.

Eis um trecho de seu depoimento, em contribuição para a pesquisa:

Quando participei da organização da marcha ocupava o posto de delegada escolar na cidade. Eu era casada com Mário Cerqueira e ele esteve comigo naquele desfile. O posto de delegada escolar veio para mim, porque substitui uma colega por alguns meses no governo de Juracy Magalhães. Ela era regente. Daí como ela não voltou, eu ganhei o cargo. Foi uma glória! Eu ganhei o cargo de Juracy Magalhães. Foi um cargo político que valeu a pena. Ganhei por merecimento, não precisei fazer concurso. Eu não ficava em lugar fixo, viajava para os distritos de Alagoinhas, verificando o ensino da região. Mas trabalhava aqui também. Também fui professora no Brasilino Viegas e no Santíssimo. Tocava flauta e piano. Fui diretora da CNEC por longos anos, mas isso foi depois.

Como já destacado aqui, além da influência paterna, em eventos políticos, o seu irmão Dr. Jairo Maia foi líder udenista, na cidade, entre as décadas de 1950 e 1960, o que reforçava o pacto político entre Juracy Magalhães e a família. Os professores, em Alagoinhas, naquele período, tinham participação ativa nas cerimônias cívicas. Dessa forma, pode-se presumir a aproximação do professorado com importantes personalidades políticas. No entendimento da entrevistada, ganhar seria o mesmo que “merecer”, inclusive pelas relações estabelecidas com o personagem político supramencionado.

Segundo a docente em questão, tal relação de amizade lhe possibilitou ocupar importante cargo em sua carreira profissional. Nesse sentido, vale destacar a solenidade pela semana do professor realizada entre 18 e 24 de julho de 1960, quando ela foi homenageada e no último dia do evento, após almoço com os professores, políticos locais e o governador Juracy Magalhães discursou fechando a solenidade. Aproveitou para pedir ao governador que reformasse o Colégio Brasilino Viegas onde vivenciou por um longo período as suas atividades docentes. (SEMANA..., 1960)

Sobre o governo Goulart e a marcha, a professora Dilce recordou:

Naquele tempo o país estava um tumulto só! Muitas brigas políticas. O presidente sabia que estava errado, mas não queria sair. Ele era comunista e ninguém queria saber de conta com comunistas, que onde governavam era uma desordem total. Me senti forte por ter participado da marcha, e por naquele tempo ser uma mulher que trabalhava fora. Meu pai e meu marido sempre se orgulharam muito de mim. Participei da marcha principalmente por ser católica. Diziam que a Igreja seria destruída pelo comunismo e daí como nasci e vou morrer católica, fui defender a minha religião.

No depoimento, é possível notar, primeiramente, o discurso acirrado e anticomunista que logo dá lugar ao relato de alguém que resguardava os valores da família. Em relação ao aspecto familiar, demonstra imensa felicidade por ter conquistado o orgulho do pai e do cônjuge ao alcançar uma vida pública. Ela também faz questão de enfatizar o motivo pelo qual participou da Marcha da Família, em Alagoinhas, e o forte vínculo com a Igreja Católica. Portanto, esteve motivada por sua opção religiosa que permaneceu intacta acima de outras decisões pessoais. Ao mencio-

nar todos esses elementos, denota o quanto a bagagem religiosa teve importância na referida passeata cívica.

No tocante à organização da marcha, declarou:

Não lembro os locais das reuniões, pois foram vários. Nós organizamos a distribuição dos convites. Pena não ter nenhum guardado aqui comigo! Os homens também participaram da marcha, mas as mulheres eram mais. Eram mais na Igreja e eram donas de casa. Era uma marcha das mulheres, da família e aconteceu em todo o país. Os homens estiveram lá, sim, muito deles na organização. Mas a palavra final era nossa. As mulheres é quem davam a palavra final.

A partir da leitura, percebe-se a afirmação do exercício de sua cidadania, considerando a importância feminina para o evento. Ainda reforça que teve participação efetiva na organização do ato. Realmente, as marchas dos grandes centros urbanos do país estiveram influenciadas pelos movimentos femininos que antecederam ao golpe civil-militar. Porém, é importante pensar que esse protagonismo também foi útil para legitimar o discurso conservador presente nos argumentos da depoente.

Acerca da história oral, tema caro à pesquisa, abre-se um parêntese:

Finalmente, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações, sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos', contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira [...]. (THOMPSON, 1992, p. 137)

Para Thompson (1992), a amplificação documental tem sido abrangente aos depoimentos orais inseridos, nas perspectivas da metodologia do historiador, como uma das diferentes formas de analisar a história. Contudo, o depoimento de Dilce Maia Cerqueira faz parte do leque de

fontes em que o historiador se propõe a debruçar, no intuito de buscar entender o que elas impulsionam questionar.

Um segundo nome feminino que surge, no convite da marcha como participante da comissão organizadora, é o da professora Dagmar Beatriz Cortes Portela. Em 2 de abril de 1954, ela entrou para o magistério estadual ao ser nomeada professora da Escola Santa Terezinha, em Alagoinhas. (NOMEADA..., 1954) Um ano depois, *O Nordeste* comunicava a fundação do Educandário Sant'Anna que teria a sua direção. A escola fazia parte de uma sociedade com os seus pais Raimunda Beatriz Cortes Portela e Afonso Dourado Portela, professores primários, na qual ela também passou a lecionar. No ano de fundação desse espaço educativo, era ministrado o ensino primário e cursos particulares. Localizava-se na Praça Rio Branco, mais precisamente na entrada da Rua 15 de novembro. (ABRIR..., 1955)

Além de ensinar nas escolas mencionadas, Dagmar Beatriz Portela foi professora do Ginásio de Alagoinhas. Sobre a questão, *O Nordeste* de 30 de abril de 1955, noticiou enfaticamente as comemorações pelo aniversário da educadora, exaltando também as suas qualidades pessoais. (NORDESTE..., 1955b) Em 1959, ela foi elogiada pelo vereador João Ramos, em sessão da Câmara Municipal, após visita ao educandário Sant'Anna. O edil disse estar entusiasmado com a professora por conta da qualidade de ensino daquela instituição. (ALAGOINHAS, 1959b) Infelizmente, as notícias sobre a participação da professora, na marcha de Alagoinhas, se resumem unicamente à presença do seu nome na organização. Ficou claro, através dos entrevistados desta pesquisa, que Dagmar Beatriz Portela já faleceu, mas não foi encontrada nenhuma nota oficial sobre esse assunto.

Ana de Oliveira Campos,³⁰ terceira personagem feminina da marcha, era pertencente a uma família católica tradicional de Alagoinhas e tinha 4 irmãs. Por isso, eram conhecidas carinhosamente na cidade como “as Oliveiras Campos.” Noquinha se formou professora em Feira de Santana. Primeiramente, lecionou, em Irará, BA, por causa do emprego do esposo

30 Doravante professora Noquinha.

no Banco Econômico daquela cidade. Após algum tempo, eles retornaram à Alagoinhas, onde a docente passou a ensinar pelo Grupo Escolar Brazilino Viegas. As aulas iniciaram, em um salão, localizado na esquina da Praça Rui Barbosa. Nas palavras da professora Normandia Azi: “[...] Ela marcou época, por ser uma excelente professora. Ensinou os meninos da redondeza que não tinham acesso ao Santíssimo, pois nessa época, o Santíssimo só aceitava garotos até a 3ª série primária e Noquinha acolhia a todos”. Em 10 de novembro, aniversário da sua filha Ana Meire, ela se preparava para fazer um discurso quando passou mal e veio a falecer próximo à sua escola. Iria discursar para Antonio Carlos Magalhães que, naquela ocasião, estaria visitando a cidade. No canteiro próximo ao local em que passou mal, plantou-se uma árvore para homenageá-la.³¹ Ela, de fato, foi uma personagem presente na Marcha da Família de Alagoinhas. Eis o trecho do *Alagoinhas Jornal*, de 20 de maio de 1964, narrando a sua participação no evento: “Na altura da Praça Rui Barbosa, a escola da professora Noquinha incorporou-se ao cortejo, após prestar homenagem às autoridades militares entoando o hino da vitória e entregando ao representante da VI Região Militar, um coração ricamente bordado”. (MARCHA..., 1964a, p. 2)

A participação escolar, na marcha, funciona como demonstração do quanto a formação educacional se torna aliada ao simbolismo que envolve as cerimônias cívicas, em face de que ali estão sendo instruídos futuros cidadãos brasileiros. A abordagem meticulosa dos elementos musicais, na forma de hino, faz alusão aos valores relacionados ao patriotismo na busca pela unificação de uma nova conjuntura nacional. Segundo Cordeiro (2012, p. 27), a atuação escolar, em festividades cívicas, é algo culturalmente naturalizado no Brasil. O alunado infantojuvenil e os seus respectivos professores tiveram participação efetiva como peça-chave nesse tipo de evento durante o Estado Novo. Consequentemente, incorporou-se esse costume a outros momentos históricos como, por exemplo, as manifestações que culminaram no golpe de 1964 e posteriormente no decorrer da ditadura civil-militar.

31 Normandia Azi Lacerda em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 3 dez. 2020.

A quarta e última participante presente, nas fontes sobre a marcha alagoinhense, é a juíza Esther Farani Campos de Cordeiro, natural de Alagoinhas. Barros (1979, p. 320) explica que ela era diplomada e mestra pela Escola Pedagógica de Alagoinhas, depois fez Direito, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Exercia o cargo de juíza de direito, na comarca de Inhambupe, no período da marcha.

A juíza tinha laços parentais com o político Lauro Farani de Freitas. Os seus avós eram italianos e, ao chegarem em Alagoinhas, passaram a residir na Praça Rui Barbosa junto aos filhos também italianos, inclusive a genitora Elisa Farani. Conforme Normandia Azi, “[...] Era tudo gente de direita e quem puxava o cordão era Lauro de Freitas”.³² A magistrada faleceu no ano de 2013.

Ela também marcou presença no noticiário alagoinhense de disputas políticas sendo manchete em uma matéria do *Alagoinhas Jornal*, na qual o jornalista aponta, sem citar nome, um influente político que se utilizou do microfone da Rádio Emissora local para colocar em dúvida a legalidade do cargo ocupado por ela, quando insinuou que foi nomeada a juíza por políticos udenistas ligados a sua família para exercer o cargo, em região escolhida por ela. Mas, o jornal destacou que a juíza havia passado por concurso público e pela excelente colocação teve direito a escolher o local, no qual melhor pudesse exercer as suas atividades profissionais, enfatizando que a notícia serviria como nota de desagravo ao político conterrâneo. (PASSARINHO..., 1962) O discurso do colunista reforça a recorrente necessidade de comprovação de competências e méritos relacionados à figura da mulher.

Sobre o protagonismo da magistrada, na marcha em Alagoinhas, a professora Dilce Maia Cerqueira recordou:

Esther era minha amiga. Falava muito bem. Eu também sempre gostei de falar. Mas ela falava melhor que eu. Todo movimento ou acontecimento importante para a cidade, lá estava Esther falando. Não lembro dela falando na marcha, pois muita gente falou naquele dia. Mas como participava de tudo, deve ter ido também. Ela era muito inteligente, lia muito. Sabia

32 Em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 17 jan. 2017.

*muito de política e de história. Era professora, depois virou advogada. Seria estranho se não estivesse ali.*³³

A professora Normandia Azi descreveu a convivência com a família Farani da seguinte maneira:

Na juventude fomos vizinhas. Quando eu morava com os meus pais em um sítio no Luiz Viana, lembro que a gente ia para o Ginásio de Alagoinhas. Eu passava pegava Ana Meire, filha da professora Noquinha, também vizinha do sítio. Depois passava na casa de dona Elisa, mãe de Esther, para encontrar com Ligia Farani, irmã de Esther. Ana Meire, filha de Noquinha era afilhada da mãe de Esther. E aí, íamos e vínhamos as três do colégio juntas.

Nota-se que as mulheres mencionadas são letradas, pertencentes a famílias renomadas do município de Alagoinhas, com padrão de vida estável. Dessa forma, através dos registros analisados, percebe-se que o perfil socioeconômico das mulheres presente na marcha alagoinhense, ou parte delas, seguiu o padrão elitista e tradicional comum às brasileiras que tomaram às ruas solicitando ou comemorando a desestabilização de Jango. Embora, possam ser consideradas mulheres financeiramente independentes para o período, conclui-se que não saíram de seus lares para reivindicar igualdade de direitos. Ao contrário, foram lutar pela manutenção dos valores aos quais o sexo feminino esteve condicionado ao longo da história. Não deixaram de ser consideradas mulheres politizadas, talvez, um consenso para aquele contexto. Outro ponto a destacar é que, nas informações coletadas, percebe-se traços de valorização da figura feminina na marcha, a respeito do próprio discurso da juíza Esther Farani Cordeiro, como será visto mais adiante. No entanto, ainda não se pode afirmar a presença consistente das mulheres, cabendo mencionar que a descrição da comissão organizadora aponta um reduzido número, em comparação a quantidade de homens. (PROGRAMA..., 1964)

Embora, as mulheres da marcha, identificadas nesse trabalho possam ser consideradas emblemáticas para esse tipo de manifestação, é

33 Dilce Maia Cerqueira em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 17 nov. 2016.

necessário não esquecer que o convite para a passeata alagoinhense não esteve direcionado apenas ao perfil feminino ligados às classes médias e altas. Referiu-se, em geral, à mulher mãe e dona de casa. Durante essa pesquisa, ouviu-se a versão das mulheres pobres, que frequentaram a Igreja ou vivenciaram o período. No entanto, elas dizem não se lembrar da marcha. Em seus discursos, existe a manutenção dos valores ligados à Igreja e à família, mas não remetem à política partidária nem ao civismo. Contudo, a questão do esquecimento também é levada em conta por não ter sido um evento corriqueiro na cidade e pelos elementos singulares que envolvem a memória coletiva, pois existe um distanciamento de interesses e de visão de mundo entre as militantes letradas – em sua maioria pertencente à burguesia – e as mulheres das camadas menos favorecidas, preocupadas em maior grau com o problema da sobrevivência familiar, embora, os elementos ligados ao golpe de 1964, possam ter contribuindo para as suas mazelas sociais. No que diz respeito às mulheres pobres, possivelmente as representantes marginalizadas estiveram na marcha, mas por enquanto não foi possível identificá-las, no que se refere à Alagoinhas.

Mesmo assim, pode-se questionar a presença das camadas desfavorecidas no desfile. De fato, foram encontradas, porém, em número reduzido, como foi o caso de Hamilton Mendes, representante do operariado alagoinhense que esteve presente entre os oradores. Não foi possível obter informações acerca da posição ocupada por ele no ambiente operário, e nem detectar as circunstâncias que o levou a aceitar o convite de discursar naquela comemoração. (MARCHA..., 1964a) Ciente disso, é de suma importância a reflexão sobre as figuras presentes na comissão organizadora da marcha que ocuparam o palanque, mas também as pessoas que tomaram as ruas como parte do público comum, participante da festividade. Isso seria algo que certamente enriqueceria a discussão.³⁴ Foi um movimento que evidenciou a presença de pessoas

34 Um exemplo, dentre outros possíveis, de como pode ter ocorrido a participação popular nas diversas Marchas da Família, nos é oferecido por Cristiane Mota (2016) ao trazer informações sobre a Marcha da Família realizada, em 30 de abril de 1964, na cidade de Santo Antônio de Jesus, BA. Ela nos conta que o evento teve a participação efetiva da madre Maria do Rosário, cujo desejo de contribuir com os militares lhe impulsionou a convocar os pais e os alunos do

pertencentes às classes dominantes, mas, que, na condição de fato histórico, cuja abrangência mobilizou diversas regiões do país, é passível de questionamento e relativização acerca de suas singularidades.

Ainda reportando à participação dos grupos menos abastados, no contexto do golpe, vale recorrer às mulheres líderes da CAMDE através de Cordeiro (2009) que chama atenção para a amplitude da narrativa voltada às donas de casa brasileiras. Isso porque, antes de tentar atingir às elites da Zona Sul carioca, esse grupo feminino focou no simbolismo dos elementos ligados à família tradicional que não se limitavam exclusivamente à burguesia. Como o anticomunismo estava disseminado entre variados setores sociais brasileiros, o núcleo da CAMDE extrapolou os limites dos bairros nobres. Inclusive, chegou à favela da Rocinha, antes mesmo do golpe civil-militar. O objetivo do grupo seria ilustrar os princípios de cidadania para a população local, mas também ofertar cursos para mulheres e crianças, em parceria, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A lógica elitista daquele cenário compreendia como tarefa da mulher abastada o ensinamento aos mais pobres acerca das normas sociais e das noções de cidadania. Cordeiro (2009, p. 53) sinaliza a necessidade de entender que, durante a diligência de atrair a população simples ao novo regime, houve acolhida da comunidade pelas mulheres da CAMDE, fosse pela oferta de trabalhos sociais, como também das instruções políticas tradicionais ali explanadas. Embora, não se possa negar as diferenças de perspectivas e dos papéis exercidos por ambas as partes, antes, durante e depois do golpe de 1964.

A marcha de Salvador à Alagoinhas

Em 22 de março de 1964, a CAMDE convocou as mulheres cariocas para apoiarem o movimento paulista, porque também considerarem que o presidente Goulart afrontou o Santo Rosário. A empreitada ocorreu pouco

Colégio Santo Antônio de Jesus e da Escola Nossa Senhora das Mercês, nas quais ocupava o cargo de diretora, a marcharem na passeata cívica do município. Os pais, segundo a madre, estariam dando uma instrução patriótica aos filhos.

tempo depois da realização da marcha, em São Paulo. Ressalta-se que, no Rio de Janeiro, o evento recebeu o nome de Marcha da Vitória, pela força do sentimento de restauração despertado, com a eclosão do golpe, antes do dia 2 de abril, data escolhida para sua realização. (CORDEIRO, 2009, p. 61) Outras cidades, a exemplo de São João da Boa Vista (SP), São Carlos (SP) e Londrina (PR), também comemoraram o golpe entre os dias 1 e 2 de abril. (FICO, 2004, p. 38) Mas provavelmente foi a partir do exemplo do Rio de Janeiro que diversas passeatas comemorativas ocorreram, no país.

O esboço da Marcha da Família soteropolitana foi assim anunciado pelo *Diário de Notícias*: “continuam as articulações, em todo o Estado por entidades democráticas para a grande concentração que será realizada, dentro de algumas semanas, em Salvador, em defesa das instituições, a exemplo de São Paulo”. (BAHIA..., 1964c) Mais adiante reportou:

[...] pouco a pouco, os municípios estão confirmando a presença de suas delegações na grande passeata cívica, presente a bandeira de cristo, em defesa das liberdades humanas. Acredita-se que o governador Lomanto Júnior hipoteque solidariedade ao movimento. (BAHIA..., 1964c)

Ao final destacou:

O chefe do executivo deverá decretar ponto facultativo nas repartições públicas, o mesmo acontecendo com a prefeitura ao mesmo tempo em que o comércio e as indústrias cerrarão suas portas pouco antes do início da passeata, a fim de permitir a ida de todos à concentração cristã na Bahia. Numa resposta da Bahia àqueles que tentam implantar no país o regime totalitário. (BAHIA..., 1964c)

Para compreender melhor a articulação voltada à Marcha da Família, em Alagoinhas, é relevante atentar para a marcha soteropolitana como sendo um modelo das diversas mobilizações cívicas que ocorreriam no interior baiano, a partir da segunda quinzena do mês de abril de 1964. Vale lembrar que a mobilização feminina que vinha ganhando força pelos rincões do Brasil, chegou à Salvador no prelúdio do golpe civil-militar contra o

governo João Goulart, e conseqüentemente em 1º de maio, do referido ano, alcançou Alagoinhas refletida nas comemorações pela vitória do que, em pouco tempo, se transformaria numa ditadura duradoura (lê-se 21 anos).

Segundo a visão de Fico (2004), entre 19 de março a 8 de junho de 1964, ocorreram diversas Marchas da Família no território brasileiro, em grandes centros urbanos e também nas médias e pequenas cidades. Na cronologia acerca do Regime Militar que elaborou, aparecem listadas diversas marchas, mas não menciona as que ocorreram em Salvador e Alagoinhas. Para, além disso, ficaram de fora da relação do autor dezenas de marchas ocorridas pelo Nordeste brasileiro. Nesse sentido, o autor cita apenas as marchas de Recife (09/04/1964), Maceió (05/04/1964) e Teresina (22/04/1964).

Carla Darlem Reis (2015) afirma que houve Marcha da Família, no dia 7 de abril de 1964, em Aracajú. Conforme Raphael Vladimir Reis (2014), depois, ocorreram em outras cidades sergipanas, tais quais Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Aquidabã e Propriá. Algo extremamente relevante a ser destacado é o fato dessas celebrações não constarem na lista de Fico (2004). Isso indica a urgência por maior demanda de pesquisas acerca das marchas ocorridas no Nordeste do país, bem como daquelas realizadas longe dos grandes centros nacionais. Sobre a questão, Presot (2004, p. 72) teceu as seguintes considerações:

O fato é que pouco se conhece a respeito das marchas para além daquelas ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Após a realização da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital paulista, a exemplo da narrativa que inicia este capítulo, foram organizadas manifestações em diversas cidades, a princípio, estas se realizaram no interior deste estado, para, em pouco tempo, adquirirem abrangência nacional e o estatuto de um autêntico movimento em apoio ao golpe militar, posto que boa parte das marchas ocorreu posteriormente ao 31 de março.

Presot (2010) incluiu, em seu estudo, uma relação atualizada das marchas, na qual constatou 69 realizadas no Brasil. Entretanto, mais uma vez

não consta no quadro de referência, a aparição na Bahia e em Sergipe. Em nota de rodapé, ela mencionou que o resultado da sua pesquisa, no que se refere à quantidade de marchas, poderia estar incompleto, mas, através do cálculo, pode-se perceber o grau de relevância dessas manifestações para a conclusão do golpe no Brasil. Referente a essa contagem, Lima (2018, p. 50) elaborou importante tabela, contabilizando as marchas baianas. Mas, através da pesquisa, constata-se mais algumas marchas além daquelas enunciadas pelo referido pesquisador.³⁵

Quadro 1 - Marchas ocorridas na Bahia entre abril e maio de 1964

1. Alagoinhas	19. Itapetinga
2. Amargosa	20. Jaguaquara
3. Araci	21. Lençóis
4. Boa Nova	22. Maraú
5. Cachoeira	23. Mata de São João
6. Caculé	24. Muritiba
7. Camaçari	25. Ouriçangas
8. Cansanção	26. Parapiranga
9. Catu	27. Pojuca
10. Cruz das Almas	28. Salvador
11. Feira de Santana	29. Santo Antônio de Jesus
12. Governador Mangabeira	30. Santo Estevão
13. Guanambi	31. São Félix
14. Iguai	32. São Francisco do Conde
15. Inhambupe	33. São Gonçalo do Campo
16. Iramaia	34. Simões Filho
17. Itabuna	35. Serrinha
18. Itaparica	36. Valença

Fonte: elaborado pela autora com base em dados extraídos do jornal *A Tarde* (1964), *Jornal da Bahia* (1964) e *Diário de Notícias* (1964).

35 Através de estudos realizados em documentos jornalísticos e na bibliografia requisitada, foi possível enumerar 36 marchas realizadas na Bahia e 109 marchas ocorridas no cenário nacional, no período de março a junho de 1964. Número que poderá aumentar através de novas pesquisas.

No tocante à organização da marcha de Salvador, convém a análise do texto, contido no convite do evento, veiculado pelo *Diário de Notícias*:

Homens e mulheres. Velhos e moços, de todas as classes, de todas as profissões, de todos os credos, de todas as religiões, não esperem convite para participarem da grande passeata do dia 15 (quarta-feira), a partir da Praça da Sé, às quinze horas com o fim de expressar o nosso sentimento de agradecimento a Deus - nosso grande general - e às forças Armadas pelo alívio que trouxeram ao coração, de todos os brasileiros e particularmente à família bahiana. (BAHIANOS, 1964)

O excerto comunica a convocação dos leitores para o louvor a Deus, à família e à pátria. Além disso, há o apelo aos adeptos de todos os credos para juntos lutarem contra o comunismo, concebido como ateu. No final da leitura, aparece a menção à mulher baiana.

Antes de 1964, já existiam, na Bahia, algumas organizações beneficentes ou relacionadas às questões emancipatórias voltadas aos direitos políticos femininos. Ao ver de Costa, Santana e Sobral (2005, p. 140) essas associações geralmente estiveram coordenadas por mulheres intelectuais, identificadas com o liberalismo econômico. Porém, somente após a Marcha da Vitória realizada, no Rio de Janeiro, no florescer do golpe, é possível perceber maior envolvimento desse público, em movimentos sociais, que tomaram as ruas do país. Nesse sentido, durante os episódios recorrentes da nova situação de celebração à queda de Jango, o nome de Hildete Lomanto, esposa do governador Lomanto Júnior foi destaque na imprensa baiana. No entanto, talvez por conta do teor tradicional relacionado aos movimentos de agradecimento às Forças Armadas, destacava-se quase sempre, o seu papel de primeira-dama ou sua atuação em apoio ao novo regime. (PRIMEIRA..., 1964)

Após o golpe, as mulheres baianas, pertencentes às classes dominantes, se organizaram para iniciar uma extensa programação de apoio ao que consideravam como um movimento “revolucionário” Nessa motivação, o jornal *A Tarde*, de 6 de abril, destacou a homenagem prestada a Manoel Mendes Pereira por uma comissão de professoras de Salvador.

Isso porque, desde a consumação do golpe até o mês de maio, além da marcha, ocorreram diversas manifestações de agradecimento às Forças Armadas, em Salvador, tendo a figura feminina como personagem ativa na organização dessas festividades. Assim, em 6 de abril, mesmo dia em que a matéria citada foi publicada, centenas de senhoras baianas se dirigiram ao quartel general para homenagear o referido comandante da 6^o região militar. Elas alegaram estar representando o sentimento das mães baianas em gratidão pela salvação do “perigo comunista” e ofertaram a ele uma placa na qual havia dizeres cívicos.³⁶ Essa, lhe foi entregue pelas mãos de Lúcia Gordilho Ribeiro. (GRATIDÃO..., 1964)

Durante o mês de maio,³⁷ houve variadas festividades para render agradecimento às Forças Armadas em Salvador. No dia 10 de maio de 1964, aconteceu um jantar ofertado pela primeira-dama do estado às mulheres dos chefes militares, no Clube Bahiano de Tênis. (HOMENAGEM..., 1964) Em 13 de maio, quase um mês após a marcha de Salvador, ocorreu um desfile também a favor dos militares, pelas principais ruas da cidade, no qual diversos oradores exaltaram o feito das Forças Armadas em nome de toda a Bahia. Tal evento contou com a presença de personalidades políticas como Lomanto Junior. (MILHARES..., 1964)

Voltando à marcha soteropolitana, durante as primeiras manifestações para sua realização, destacou-se a figura da deputada estadual baiana Ana Oliveira, do PL que, motivada pela euforia pós-deposição de Jango, promoveu uma acirrada campanha em prol da realização da marcha na capital baiana. No dia 6 de abril de 1964, ela se reuniu com outras senhoras, no Clube de Bridge, em Salvador, para combinarem detalhes da realização das festividades. Na reunião, esteve presente Hildete Lomanto, acompanhada por seu cônjuge. Ana Oliveira aproveitou a oportunidade para realçar a importância do evento, cujo papel principal

36 A placa entregue em mãos pela Sra. Lúcia Gordilho Ribeiro continha o seguinte dizer: “Ao grande General democrata Manoel Mendes Pereira, a gratidão das senhoras Bahianas pela conquista da liberdade”. (GRATIDÃO..., 1964)

37 É importante lembrar que o mês de maio é marcado pelas festividades inerentes ao Dia das Mães. Ademais, vale destacar também o simbolismo que o caracteriza como o mês das noivas. Justamente, nesse período, realizou-se diversas festividades em torno das comemorações ao golpe pelas mulheres, em Salvador, além das diversas marchas ocorridas na Bahia.

seria o de agradecimento a Deus, mas sem eleger uma ideologia religiosa específica, reforçando, assim, a intenção de todos os segmentos religiosos estarem presentes. (PARA..., 1964)

Em Salvador, a marcha ocorreu, de fato, em 15 de abril de 1964, e contou com o apoio da administração municipal e governamental, o que se estendeu aos desfiles cívicos realizados no interior do estado. No desenrolar de tais festividades, foi assinado o decreto de feriado ou ponto facultativo para as repartições públicas, bem como o fechamento dos estabelecimentos comerciais. A estimativa é de que, cerca de 400 mil pessoas compareceram à solenidade que foi concentrada, inicialmente, na Praça da Sé. Senhoras de Salvador, consideradas “influentes” pelo articulista do jornal *A Tarde*, além de integrantes do clero e de outras denominações religiosas e lideranças políticas, conglomeraram-se na Praça Municipal e após o *Te Deum*, marcharam a caminho do Campo Grande. Caravanas vieram, sobretudo, do Recôncavo baiano e de outras regiões interioranas. Inclusive, diversas senhoras vindas de São Paulo marcaram presença no desfile. (MARCHA..., 1964e)

No que se refere à articulação, entre a comissão organizadora da marcha de Salvador com os movimentos femininos de maior destaque, no país, durante aquele período, cabe situar que senhoras paulistas estiveram na redação do *A Tarde*, em 15 de abril de 1964. Elas vieram se solidarizar com as baianas, representando o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), e posteriormente participaram das referidas celebrações. Além disso, deixaram uma mensagem dedicada à mulher baiana, em matéria veiculada, naquele mesmo dia, pelo referido jornal. (MENSAGEM..., 1964b)

Na ocasião, visitaram também ao jornal duas delegações femininas, uma ligada à UCF e outra pertencente à União Democrática Assistencialista (UNIDAS), ambas locadas, em São Paulo. O contato com as mulheres baianas tinha o objetivo de trazer núcleos daqueles grupos à Salvador. Ressalta que elas também deixaram uma mensagem para a mulher baiana, na qual exaltaram a defesa do lar e dos filhos e a necessidade de politização da mulher para se fazer cumprir a ordem e a lei no país. (MENSAGEM..., 1964a) Essa colaboração, entre paulistas e baianas, em prol da primeira marcha realizada na Bahia, contou

com o apoio da vereadora paulista Dulce Sales Cunha Braga que, a convite de Hildete Lomanto, participou das festividades, carregando a bandeira oficial. (BAHIA..., 1964a) Encontra-se, em outra matéria do *A Tarde*, a menção a uma vereadora de São Paulo que esteve acompanhado a marcha, em várias cidades do país, e relatou nunca ter visto nada igual àquilo que testemunhou em Salvador. Não foi possível identificar, na matéria, se essa vereadora seria Dulce Braga. (MARCHA..., 1964e) Ademais, vale ressaltar que, entre maio e junho de 1964, mulheres baianas participaram da campanha referente à organização da Cruzada do Rosário em Família, de São Paulo. Diferentemente das Cruzadas anteriores, o evento paulistano foi realizado após a Marcha da Família pela Liberdade e ao golpe civil-militar. (BAHIA..., 1964b)

Uma vez que a marcha soteropolitana obteve o sucesso esperado, Salvador foi agraciada, poucos dias depois, com a fundação de uma unidade da UCF, cuja presidenta foi a feminista Dra. Edite da Gama e Abreu. (MULHER..., 1964)

Sobre a questão, em 2 de maio de 1964, o jornal *A Tarde* estampou:

Visando combater o Comunismo, através de ensinamento cívico e amparar a pobreza, a União Cívica Feminina realizou anteontem no Teatro Castro Alves a sua primeira sessão ordinária, na qual compareceram toda a Diretoria e uma representante do Círculo Operário da Bahia. Declarando que o credo vermelho tem suas raízes mais profundas onde existem o desamparo e o pauperismo, a presidente da nova entidade, Dr. Edite da Gama e Abreu, ressaltou que a União tem por fim evitar que a situação tome vulto numa campanha que se estenderá até o interior do Estado. (MULHER..., 1964)

Percebe-se, no discurso de Edite Abreu, a associação entre a escassez de suprimentos básicos e o comunismo, motivada pela visão de que as dificuldades sociais poderiam originar situações passíveis de ações subversivas. Infere-se, o caráter elitista, moralista e pedagógico da UCF, na proposta de amparo social às camadas menos favorecidas seja através da orientação educacional ou por meio da doação de recursos básicos

à sobrevivência, afastando assim as tendências comunistas e atenuando contratempos para evitar conflitos de classe. Confirma-se, assim, o desejo papel condicionado às mulheres pertencentes às classes dominantes naquele cenário.

PROGRAMA

Grandes Festividades Civico-Religiosa

Dia 1º de Maio de 1964

A Comissão Organizadora da **MARÇA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA DEMOCRACIA** devidamente ordenada pelo Excelentíssimo Senhor General **MANOEL MENDES PEREIRA** Digníssimo Comandante da Sexta Região Militar, vem convidar as Autoridades Militares, Cíveis e Eclesiásticas, Classes Conservadoras - Comércio-Indústria e Agricultura, Classes Trabalhistas - Ferroviários - Petroleiros - Industriários - Curtumeiros - Comerciantes - Bancários - Sindicatos Classistas - Funcionalismo Público - Professorado - Condições Religiosas - Classes Liberais - Associações Desportivas - Rotary e Lyons Clubs - Associações Recreativas e Culturais - Lojas Maçonicas - Povo Democrata e especialmente a " **MULHER ALAGOINHENSE** ", para tomarem parte na Grande Concentração Civico Religiosa " **Marcha da Família com Deus pela Democracia** ", que será realizada no dia 1º de MAIO Sexta Feira as 15 horas com o seguinte programa:

TE-DEUM:— As 15 horas terá início o TE-DEUM no Convento de São Francisco e sermão alusivo a solenidade pelo Orador Sacro Frei Antonio de Pacatuba.

Marcha Cívica:— As 15,30 horas terá início a Grande Marcha Cívico-Religiosa da Família com Deus pela Democracia, que obedece o itinerário seguinte: Largo do Convento de São Francisco - Rua 24 de Outubro - Praça Ruy Barbosa - Rua Dr. Rodrigues Lima - Praça J. J. Seabra - Rua Anísio Cardoso, até à Praça Graciliano de Freitas em frente ao Corêto

Exaltação a Democracia e as Forças Armadas:— As 17 horas após a chegada da Marcha Cívico-Religiosa a Praça Graciliano de Freitas, terá início a solenidade Exaltação a Deus a Democracia e as Gloriosas Forças Armadas Brasileiras, pelo retorno da DEMOCRACIA em nossa Pátria, cuja interpretação em elevado civismo far-se-á pelos oradores: - Doutora **ESTER FARANI COBDEIRO** representante da mulher Alagoinhense, Doutor **George Modesto**, Promotor Público representante do povo Alagoinhense, Sr **Murcio Fagundes**, representante da Associação Comercial do Alagoinhas, Sr **Hamilton Mendes de Albuquerque**, representante dos Operários locais, Estudante **Alfredo Nogueira**, representante dos Estudantes e Mocidade de Alagoinhas. Encerrará as Solenidades o Representante das Gloriosas Forças Armadas.

— A Comissão Organizadora —

Dr. Eurico Boaventura - Juiz de Direito - Dr. George Modesto - Promotor Público - Dr. Jairo Maia - Diretor do Tiro de Guerra 110 - Sr. José Libório - Presidente do Lyons Club - Sr. Antonio Carneiro - Presidente do Rotary Club - Sr. Murcio Fagundes - Presidente da Associação Comercial - Sr. Joaquim Mascarenhas - Presidente da Associação Rural - Dr. Nilton Maia - Presidente da CENEG - Dr. Taciano Cordeiro - Advogado - Sr. Victor Nascimento - Gerente do Banco Economico da Bahia - Sr. Raimundo Ventura - Gerente do Banco do Brasil - Sr. Antonio Cerqueira - Gerente do Banco de Administração - Sr. Newber Guerra - Gerente do Banco da Bahia - Juvenil Casares - Avaliador Judicial - Dr. Alfredo Libório - Médico - Prof. Dilce Maia Serqueira - Delegada Escolar - Pte. Arthur Pereira - Diretor do Ginásio de Alagoinhas - Prof. Dagmar Portela - Diretora do Ginásio N. S. S. Antana - Dr. Evandro Oliveira - Loja Maçonica - Sr. Joaquim Batista Filho - Pelas Igrejas Evangélicas - Frei Fidélis de Itabiana - Dr. Walter Robatto Campos - Diretor da CENEG - Sr. Antonio Valverde Bastos - Industrial - Sr. Moisés Dantas - Juiz de Paz - Vereadores - Antonio Mutti - Alvinio Netto - Manoel Otavio e Walter Robatto Campos - Sr. Lucio Bento Cardeão - Loja Maçonica Caridade e Sigilo.

Alagoinhas, 28 de Abril de 1964.

Figura 1 - Programação da Marcha
Fonte: Fundação Iraci Gama (28 abr. 1964).

Embora sem o aprofundamento necessário para poder discutir a organização das Marchas, no interior do estado, e a sua possível conexão com a caminhada cívica soteropolitana, vale mencionar a marcha cachoeirense que contou com a presença e o discurso da vice-presidente da União Feminina Baiana (UFB), Maria Tereza Correia Ribeiro (MARCHA..., 1964d), o que lança luzes para, hipoteticamente deduzir que a conexão relacionada a tal evento pode ter se configurado, em um clima de entusiasmo recíproco. A respeito de Alagoínhas, não foi possível observar um vínculo direto entre a organização da marcha e outras passeatas que ocorreram no estado. Por outro lado, através do convite datado, em 28 de abril de 1964, pode-se explicitar alguns dados referentes à participação da sociedade civil alagoínhense.

O panfleto da marcha alagoínhense se anuncia como parte de “grandes festividades cívico-religiosa” autorizada e chancelada, nesse caso, pelo general Manoel Mendes Pereira. O informativo apresenta o apoio de comerciantes, associações culturais e escolares, diferentes entidades religiosas e organismos militares. Na comissão organizadora dentre outros, aparecem os nomes da professora Dagmar Beatriz Portella, da delegada escolar Dilce Maia Cerqueira e dos irmãos Nilton Maia e Jairo Maia, atestando a influência política da linhagem. Ao convidar diversos setores importantes da cidade, o texto aparece em letra cursiva. No entanto, ao dirigir o convite à mulher, surgem aspas e letras garrafais, em negrito. Para compor a cena, utilizaram a palavra “especialmente” ao se referir à mulher. O mesmo estilo gráfico foi usado ao evidenciar o nome da oradora principal: a juíza Esther Farani Cordeiro. (PROGRAMA..., 1964)

Vale destacar que a estruturação da marcha, impressa no convite, assemelha-se a organização da marcha, em Salvador, de modo que é possível inferir que o chamado para a participação feminina no desfile foi considerado elemento essencial. Percebe-se que o termo “Democracia”, utilizado pelos grupos de direita, para contrapor os regimes chamados de totalitários, aparece também em caixa alta. A programação da Marcha foi evidenciada no *Alagoínhas Jornal*. Confirma-se, através do registro, que o comunicado englobou personalidades e lideranças locais, através da utilização da ideologia anticomunista. (PROGRAMA..., 1964)

No âmbito da oratória, em 28 de abril de 1964, o presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinhas, Jairo Azi, convocou os demais edis a participarem da manifestação:

[...] Ser do conhecimento de todos a projetada Marcha da família com Deus pela Democracia a realizar-se nesta cidade, no dia 1º de maio próximo, a exemplo do que vem sendo feito em diversas cidades da federação brasileira, com incommum entusiasmo, cuja grande demonstração cívica religiosa tem por único objetivo não só dar uma demonstração de fé e reconhecimento ao Deus todo poderoso, por ter nos livrado do nefasto comunismo, mas também manifestar a gratidão do povo brasileiro às nossas Forças Armadas que abnegadamente souberam cumprir com o seu dever sem derramamento de sangue, que entretanto vem verificando que a mal sã política, de modo indisfarçável, quer penetrar neste grande feito, que não pertence a ninguém, mas sim ao povo em geral. Que a Câmara Municipal de Alagoinhas traduzindo fielmente o seu dever como lídima representante deste mesmo povo fez distribuir convite, convidando a todos em geral para que compareçam à referida parada a qual dão seu integral apoio e a demonstração verdadeira dos seus sentimentos cristãos, cívicos e democráticos. (ALAGOINHAS, 1964c)

Continua: “[...] Ainda com a palavra, o senhor presidente convidou a todos os senhores vereadores para que não faltassem com as suas presenças e tudo fizessem para o maior brilhantismo e realce da Marcha da Família com Deus pela Democracia”. (ALAGOINHAS, 1964c)

O referido vereador não declarou nada a respeito da participação feminina, nos preparativos da festividade cívica, que ocorreria três dias após a convocação da Câmara. Cabe salientar que, em Alagoinhas, nesse período, não havia mulheres eleitas para o Legislativo Municipal. Mas, mesmo sem a menção ao papel da mulher, no evento, é interessante destacar as referências simbólicas que conferem ao lema dessa pesquisa certa associação com o discurso proferido por Jairo Azi. O edil denominou o evento de “parada”, conceito fortemente ligado ao cortejo militar. Ademais, ressalta

gratidão às Forças Armadas pelo cumprimento do papel de salvaguardar a pátria sem a necessidade do derramamento de sangue, tentando, a partir disso trazer ao golpe o *status* de algo sagrado e abençoado por Deus, possivelmente, porque passou a impressão de ter sido uma intervenção pacificadora. No final, como no convite da marcha soteropolitana a convocação para as festividades, para que se cumprisse o dever cívico e os sentimentos cristãos. Com efeito, o golpe corroborado pelo cristianismo contra o “comunismo ateu”, legitimado através da retórica religiosa.

Na concepção de Presot (2010), apesar do protagonismo católico, no que se refere às Marchas da Família, não houve apoio formalizado da Companhia Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) ao movimento. Ainda assim, representantes católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas, dentre outros, marcharam nos meses de março e junho de 1964, em todo o Brasil. Isso permite a relativização dos diversos códigos presentes na marcha, bem como nas instituições religiosas que, em seu interior, apresentaram diferentes visões perante o cenário histórico analisado.

Verifica-se a atuação das Igrejas Evangélicas durante o processo no qual configurou-se a ditadura civil-militar no Brasil, pela visão de Vilela (2015, p. 141-142):

Alguns pastores e líderes leigos que apresentavam compromettimentos com as reformas de Jango devido a uma similaridade com o evangelho, aderiram imediatamente ao golpe, primeiramente através da imprensa e logo depois chegando a defender as perseguições e repressão, em nome da democracia representativa e cristã.

Conforme a assertiva, assim como em outros setores sociais, a adesão evangélica ao regime militar, poderia ser vantajosa para aqueles que colaborassem com a conjuntura imposta. Além disso, para as instituições religiosas, fossem elas evangélicas ou não, o significado de democracia pode apenas configurar-se como direito de expressão relacionado ao discurso contido na bíblia sagrada, e que deveria ser livremente propagado, não importando qual fosse o governo vigente. Mas não se estendeu a todos os integrantes desse núcleo religioso, já que não se comportaram de maneira homogênea durante o contexto referenciado.

Segundo Luciane Almeida (2011, p. 56), as reverberações do deflagrar do golpe, na Bahia, instigaram as Igrejas Evangélicas a se subordinarem às novas lideranças governamentais. Estas começaram a apoiar os vencedores da hora, abandonando a aparente colaboração que era ofertada à Goulart. No entanto, mesmo que a ala tradicional evangélica tenha se aliado, em maior número, ao sistema recém-instalado, não houve total aderência. Fato esse que, de acordo com Elizete Silva (2009) ocasionou medidas repressivas aos evangélicos ligados ao Movimento Estudantil, bem como aos professores presbiterianos considerados progressistas. Desse modo, ocorreram conflitos internos, entre seminaristas e autoridades presbiterianas, não só no estado como por todo o país.

O anticomunismo, possivelmente, validou a adesão de boa parte dos evangélicos à conjuntura ditatorial. Desse ponto de vista, é necessário fazer uma reflexão acerca dos “discursos e práticas” das referidas organizações. Para Vilela (2015, p. 139), a Igreja Presbiteriana, em especial, esteve envolvida com o golpe ocorrido, em 1964, visto que, alguns de seus membros faziam parte da cena política e dos setores militares, em momento anterior ao golpe, bem como após a conjuntura imposta. Ao ver de Silva (2009), no que se refere à Bahia, a partir do golpe as relações, entre evangélicos – especificamente os batistas e os presbiterianos – e o regime militar, seguiram pautadas no favoritismo político que refletia na agenda conservadora de ambos os lados. Até o governador Antônio Carlos Magalhaes desempenhou o papel de articulador da nova conjuntura com as Igrejas Evangélicas, estabelecendo uma relação de clientelismo que rendeu a ascensão de personagens cristãos, como foi o caso do diácono batista Clériston Andrade, indicado para assumir a Prefeitura de Salvador, em 1970.

Na Marcha soteropolitana, os batistas estiveram presentes ao desfilar pelo “Batalhão Evangélico” e, entre os oradores principais, esteve o pastor Ebenezer Cavalcante, como representante. (MARCHA..., 1964e) O *Correio de São Félix* confirmou que, na Marcha local realizada, em 7 de maio de 1964, além dos católicos, estiveram presentes um pastor da Igreja Batista. (GRANDIOSA..., 1964) Na mesma edição, porém, em outra reportagem, confirmou que a Marcha de Cachoeira ocorrida, em 1º de maio do mesmo ano, contou com a participação da Igreja Católica,

Testemunhas de Jeová, Igreja Batista e o Centro Espírita “Obreiros do Bem”. (MARÇA..., 1964d) O jornal *A Cachoeira*, em anúncio sobre a proximidade da realização da Marcha, na cidade, chamou atenção para o “espírito cívico-religioso e não o acirramento de ódio político ou discriminação religiosa”. (MARÇA..., 1964b) Observa-se, no discurso, mais uma vez a tentativa de agregar ao evento diferentes denominações religiosas, na luta contra o comunismo. Uma retórica bastante disseminada desde a primeira Marcha da Família, em São Paulo.

Nessa perspectiva, estudos sobre as Marchas da Família apontam a presença de diferentes entidades religiosas, embora seja importante reconhecer o peso do catolicismo para a configuração geral das festividades.³⁸ Em Alagoinhas, no tocante às matérias jornalísticas que veiculavam notícias sobre as diversas religiões, no período da década de 1960, era recorrente, por exemplo, significativo destaque às ações beneficentes desempenhadas pelos grupos espíritas da cidade. Enquanto isso, os assuntos direcionados ao cotidiano católico eram mais prestigiados pelos articulistas da imprensa local. Esses episódios nos fazem constatar que o convite da Marcha cumpriu sua missão de abranger todas as organizações religiosas. Inclusive, dentre os nomes presentes, na comissão organizadora da Marcha alagoinhense, consta Frei Fidelis de Itabaiana, integrante do clero, e Sr. Joaquim Batista Filho, representante das Igrejas Evangélicas. (PROGRAMA..., 1964)

Em 30 de abril de 1964, a coluna “Vida Católica”, do jornal *A Tarde*, publicava a programação das Marchas, de algumas cidades do interior baiano, que prestigiariam as Forças Armadas no Dia do Trabalhador. Nessa data, além de Alagoinhas, Cachoeira, Pojuca e outras cidades aproveitariam o feriado para realizar o evento. (MARÇA..., 1964c)

38 Para melhor compreensão acerca da influência do Catolicismo, em Alagoinhas, no início dos anos 1960, vale informar que o município contava com as paróquias de Santo Antônio e São Francisco, ambas com sede própria. Além disso, vinte capelas católicas distribuídas, entre diversos bairros e povoados. Partindo para outras denominações religiosas, foram encontrados apenas oito templos evangélicos, sete centros espíritas e alguns terreiros de umbanda e de candomblé. Os últimos não tiveram números divulgados pela fonte analisada. Também não foi possível verificar o número de católicos, nem de membros de outras religiões. Mas, levando em consideração a soma das instituições católicas, percebe-se a relevância do catolicismo no cotidiano da referida municipalidade. (IBGE, 1958)

Em período anterior à Marcha, as comemorações ocorridas, no 1º de maio, tiveram expressivo destaque na imprensa local. De 1949 até 1955, foram encontrados, nas páginas de *O Nordeste*, importantes referências a elas. Ressalta-se que o Centro Operário Beneficente se fazia presente na organização e execução das celebrações durante esse período. Nos atos, as ações cívicas e religiosas estiveram inseridas através do hasteamento de bandeiras, da celebração de missas, da execução de hinos patrióticos e do desfile de organismos militares e escolares, sendo que tais elementos eram também comuns às Marchas da Família. Ademais, em 1950, o convite para a festa pelo Dia do Trabalhador foi anunciado antecipadamente, em *O Nordeste*, como “Festividade cívica religiosa”, termos similares àqueles utilizados no convite da Marcha. (FESTAS..., 1950) Por outro lado, qualquer menção ao feriado é desconhecida. A realização da Marcha de Alagoinhas, na referida data, hipoteticamente, pode ter sido estratégia, para agregar um público profícuo que já estava acostumado a se reunir festivamente, no Dia do Trabalhador.

Sobre o cortejo da Marcha, merece atenção o relato de Dilce Maia Cerqueira com seus aspectos simbólicos e afetivos: “*Lembro apenas que parecia uma procissão e que estive lá. Lembro que os meus sobrinhos carregaram coroas de flores e bandeiras. Eles, meus sobrinhos, estavam todos orgulhosos porque estavam de paletó e gravata, tinham entre sete ou nove anos na época*”.³⁹

Esse depoimento nos permite perceber a incorporação entre ação política e religiosa. Ora visto, a Marcha serviu como um movimento de legitimação e de agradecimento pelo fato ocorrido, em 31 de março de 1964. Conforme o articulista do *Alagoinhas Jornal*, nas primeiras horas da tarde do 1º de maio, nas imediações do Convento São Francisco, a população local iniciou uma concentração à espera da celebração do *Te Deum* que ocorreu às treze horas, sob o comando do Frei Antônio de Pacatuba.⁴⁰ Após o ato religioso, a marcha começou. No *front*, havia autoridades militares e civis, seguindo o seu percurso ao som de hinos patrióticos executados, pela Filarmônica Euterpe, contando com cerca

39 Em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 20 nov. 2016.

40 Segundo relatos orais, um tempo depois, o frei Antônio de Pacatuba abandonou as atividades religiosas e se mudou para a cidade de São Paulo, onde casou-se e passou a exercer a docência.

de 1 km de extensão, antes da chegada ao seu destino final. Conforme o texto jornalístico, as casas situadas ao longo do percurso estavam ornamentadas com muitas flores e faixas. (MARCHA..., 1964a) Vale atentar para o fato de que, além da realização, a posterior divulgação do seu sucesso, nos jornais, deveria ser impecável.

Sobre as faixas que enfeitaram as ruas e a marcha, a professora Dilce assinalou:

As faixas foram feitas nas Igrejas. Eu coordenei a produção delas na Igreja Matriz, onde eu congregava. Mas, se não me engano, a São Francisco e algumas capelas também ajudaram na produção das faixas. As mulheres da Igreja disputavam para ver quem produzia a faixa mais bonita. Queriam se mostrar!

É importante frisar que, as mulheres citadas se encarregaram de confeccionar as faixas, obedecendo o ritual de tarefas para a organização da celebração analisada. Eis um tipo imperceptível de protagonismo que reforça a participação feminina. Entretanto, a narrativa analisada não nos permitiu alcançar aspectos mais complexos da experiência mencionada. Percebe-se que as referidas personagens não foram exaltadas, ao tempo em que somente duas mulheres participaram oficialmente da comissão organizadora, como foi visto em outro momento. Não obstante os interstícios da narrativa, o papel desempenhado pelas mulheres, que produziram as faixas, por sinal negligenciadas nos registros, foi fundamental para o embelezamento estético da marcha, e possivelmente essas senhoras e senhoritas estiveram entre a multidão. No depoimento da professora Dilce Maia Cerqueira, percebe-se que “o querer se mostrar” possa ter sido a forma delas se fazerem reconhecer por suas habilidades.

Segundo a matéria do *Alagoinhas Jornal*, ao chegar à Praça Graciliano de Freitas, o destino final da marcha, uma multidão comprimida avançava e por falta de espaço acabou invadindo as ruas mais próximas. Não há um número aproximado de pessoas presentes, mas a partir desse dado pode-se imaginar que tenha sido expressivo. Mais adiante, os oradores inscritos saudaram as autoridades presentes, tais quais a juíza da comarca de Inhambupe, Esther Farani Campos de Cordeiro, o major Armando Moraes Ancora e o capitão Norton Giraffa Sereno, repre-

sentando o comando da VI Região Militar, e o coronel Carlos de Souza Carvalho, comandante do 4º BP/A que representava o coronel Lourildo de Lima Barreto, comandante da Polícia Militar do estado. Também estavam presentes o prefeito Murilo Cavalcanti, vereadores, juizes e nomes influentes da cidade, como o presidente do Tiro de Guerra Jairo Macedo Maia. O articulista informa também que o povo presente, no “soberbo espetáculo de fé e civismo”, aplaudiu entusiasmado os oradores e acenou com bandeiras. (MARCHA..., 1964a, p. 2)

Às 17 horas, iniciaram-se os discursos, em que um menino saudou as Forças Armadas e ofertou flores aos representantes das instituições militares, o que pode ser interpretado como uma espécie de representação do futuro.⁴¹ Em seguida, Esther Farani Cordeiro discursou como representante das mulheres e da família alagoanhenses na marcha. Depois, tomou a palavra o representante da Associação Comercial do município, Sr. Múcio Fagundes. No final do ato, o major Armando Moraes Ancora e o capitão Norton Giraffa Sereno se pronunciaram. (MARCHA..., 1964a)

O *Alagoinhas Jornal* reproduziu, na íntegra, o discurso proferido por Esther Farani Cordeiro que, segundo o articulista, arrancou aplausos e interrupções da multidão, por conta de “sua vibrante oração”. Inicialmente, ela saudou as autoridades eclesiásticas, militares e civis presentes ou representadas, dirigindo-se, em seguida, às senhoras, aos senhores alagoanhenses e ao povo de sua terra natal:

Subida honra por certo é representar a mulher alagoanhense em uma solenidade como esta, em que a família cristã rende graças a Deus e homenageia às gloriosas Forças Armadas de nosso país, pela felicidade de entender em toda sua plenitude, crenças e tradições de seus maiores. (MARCHA..., 1964a, p. 2)

41 A representação da criança nos fala das relações travadas para a construção de um conjunto de valores que podem ser verificadas como tentativa de produção de sentimento patriótico pela apropriação da festividade cívica. E que de modo subjetivo operam na sensibilidade da população ali presente. As mensagens simbólicas do desfile não se referem somente ao amor à pátria, mas a afirmação do lugar social destinado ao referido menino, com base nos modelos de uma nova conjuntura.

Acrescentou:

E quando afirmamos que nossa pátria sofria, queremos dizer, que sofriam, por ela as mães de família, na antevisão do negro futuro bolchevista, que abissal se apresentava, pela campanha sistemática e destruidora dos sentimentos cristãos de milhões de brasileiros, espezinhados por uma minoria atuante, para a qual, nenhum respeito mereciam os princípios que informam a própria dignidade humana, como a estimamos, impregnada pelo amor à família, à religião e à liberdade. (MARCHA..., 1964a, p. 2)

O discurso confirma o perfil das mulheres atuantes na marcha, no que se refere aos papéis sociais de mãe e esposa, preocupadas com as consequências “indesejáveis” que poderiam estar pairando sobre os seus lares. Ademais, percebe-se que não há um ataque direto ao presidente da República deposto, mas uma chamada à luta contra as suas propostas ditas “bolchevistas”, as quais, segundo a juíza, não fosse pela intervenção das Forças Armadas, conduziriam o país ao “abismo”. Vale ressaltar que pesquisas realizadas antes do golpe constataram que João Goulart tinha popularidade.

Continuando, com a palavra, a magistrada:

Somente para exemplificar, é preciso seja dito que, na Praça principal de Moscou, justamente a Vermelha, ainda tinta pelo sangue do povo sacrificado pelo comunismo ateu, existe, para vergonha de todas as famílias do mundo, erigida como afronta, como um gritante atentado à condição humana, a estátua do chamado menino heroico [...]. Sabei, Senhores, que o heroísmo praticado por esta criança, vítima infeliz da insânia da hidra comunista, foi a delação de seus próprios pais, o que vale dizer, a entrega de seus próprios pais à morte nas mãos da Polícia Secreta [...]. Basta isto, basta este exemplo de deformação de caráter, desde a infância, para que o Movimento Libertador de Nossa Pátria seja estimado, pelas famílias, como a própria redenção, como a própria luz cristã

a afugentar, queira DEUS que, para sempre, do solo estremecido desta pátria do cruzeiro, o tacão bolchevista. (MARCHA..., 1964a, p. 2)

Em sua oratória, a juíza buscou enfatizar uma visão deturpada do comunismo, como se fosse um sistema político que invertia os valores humanos mais sagrados, a fim de naturalizar a dissolução das relações familiares. Para tanto, ilustra sua fala com o relato acerca de um garoto russo, aspirante comunista, associando-o ao efeito “aterrorizante” do comunismo na família. Talvez, levando em consideração atentar ao desrespeito ao mandamento cristão, no qual se orienta a honrar pai e mãe, e nesse caso, foi “corrompido” quando ele delatou o pai.

No encerramento do discurso, após bendizer a bandeira nacional que, a seu ver, corria o risco de ser trocada pelo “manto vermelho”, Esther Cordeiro enfatizou:

Bendita, finalmente, é a Grande Pátria Brasileira, que sabe infundir, com tanta profundidade, na alma não só de seus filhos, como também, no coração dos que aqui se abrigam, o amor filial, a ponto de mesmo estrangeiros, se de bons sentimentos, congregaram-se em defesa de sua integridade. [...] E, se assim te bendizemos, Mãe Pátria, reprovamos, por ti; desprezamos, por ti; maldizemos, por ti; a sorte do venal e do corrupto; do traidor e do covarde; do assalariado e do interesseiro, que, como Judas, por dinheiro, tenta vender a tua liberdade e o futuro de teus filhos, porque não chegou a compreender, sequer, a grandeza desta Terra de Santa Cruz – BRASIL! (MARCHA..., 1964a, p. 2)

A afirmação dos valores cívicos e religiosos, por parte da oradora, associa-se intimamente a elementos do imaginário anticomunista do período, a exemplo da ameaça estrangeira, ou seja, soviética ao Brasil. Por causa disso, a reprovação e o desprezo a tudo aquilo que se associava ao comunismo. A interpretação de Motta (2002, p. 55) lança luzes sobre aspectos do discurso proferido por ela:

A representação do comunismo como ameaça proveniente do exterior guarda proximidade com os temas ‘doença’ e ‘infiltração’, pois tratar-se-ia de um corpo estranho, infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros. Os comunistas, inimigos externos do país, se infiltrariam na organização social brasileira tal como agentes patológicos, colocando em risco a integridade da nação.

Do ponto de vista de Presot (2010), certas singularidades deram um novo sentido às manifestações cívicas. Ao se referir à marcha de Recife, cujas representações estiveram direcionadas justamente ao “comunismo invasor” ou “comunismo internacional”, destaca a trajetória histórica de resistência de seu povo. No momento, houve a convocação para que se demonstrasse, através da passeata, a rememoração de um período glorioso de luta pernambucana contra o estrangeiro. Para, além disso, exaltou a mulher pernambucana, evocando os feitos das heroínas do reduto de Tejucupapo, em Goiana (PE), que defenderam a sua população de um ataque holandês no ano de 1646.

A respeito da marcha de Curitiba, Presot (2010) enfatiza que esteve baseada, em motivações econômicas e regionais, marcada pelo liberalismo. Essa ocorreu, em 24 de março de 1964, e teve como principais organizadores a UCF paranaense e a Associação Comercial do Paraná (ACOPA) que foi uma organização ligada ao mercado de livros didáticos e a proprietários de escolas.

Segundo Codato e Oliveira (2004), a marcha curitibana se configurou, em protesto ao “livro único”, de autoria do historiador Nelson Werneck, que estava sendo introduzido nas escolas do país, autorizado pelo MEC e Governo Federal. As propostas contidas no material foram consideradas subversivas, por parte de muitos opositores do Governo João Goulart. Além disso, havia a proposta de encampação, nos colégios particulares, o que causou a revolta dos setores elitistas paranaenses, uma vez que essa ação interferiria diretamente na iniciativa privada. Segundo os idealizadores da passeata, a atuação governamental seria uma atitude própria dos países sob regimes totalitários. Pela força disso, houve a substituição do título “Marcha da Família pela Liberdade” para “Marcha a favor do Ensino Livre”.

Por fim, a marcha de Alagoinhas apresentou os arquétipos das pas-seatas cívicas que se espalharam pelo país, nas quais a mulher religiosa e pertencente às classes dominantes se destacou. Lembrando que esse detalhe não impediu a participação das mulheres menos abastadas, mas que foram invisibilizadas nas fontes divulgadas. Anteriormente, foi visto que o número de nomes masculinos, na comissão organizadora, superou os femininos, revelando um paradoxo diante do apelo à figura feminina na referida celebração. Ademais, constata-se o intrigante silenciamento, em torno dos assuntos relacionados à marcha, tanto pelos setores da esquerda quanto da direita que forneceram, ou não, relatos orais.

Marcha da Família: silêncio e esquecimento

Os debates acerca da ditadura civil-militar, no Brasil, conduzem aos conflitos de memória, pelos quais, na tentativa de reconstituição dos fatos, recorre-se à revalorização da dimensão do político e da história do tempo presente, relegados ao segundo plano durante boa parte da segunda metade do século XX. Entretanto, houve uma reabertura do debate, com o surgimento da terceira geração da Escola dos Annales.

Segundo Nora (1979, p. 192):

Hoje, quando toda a historiografia conquistou sua modernidade a partir do apagamento do acontecimento, a negação de sua importância e sua dissolução, o acontecimento nos volta – um outro acontecimento –, e com ele, talvez, a possibilidade mesma de uma história totalmente contemporânea.

Considerando esse ponto de vista, pode-se afirmar que o autor reivindica a importância do resgate da narrativa, na vida cotidiana e social, a partir da perspectiva política. Nesse sentido, em se tratando da presente pesquisa, cabe apontar a Marcha da Família como acontecimento inerente a uma história do tempo presente. E, sobre esse modelo, Márcia Maria Motta (2012, p. 34) destaca: “A história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos. Do que estamos consagrando como memória e por contraste, do que estamos esquecendo”.

Motta (2012, p. 40) ainda demonstra que a análise do evento contemporâneo possibilita estabelecer maior conexão, entre o historiador e o seu próprio tempo, o que viabiliza o acesso às novas perspectivas temáticas, além da problematização das cristalizações e dos paradigmas produzidos pela memória e ressignificados na história. No que tange a memória, configura-se como uma espécie de construção ambígua, na qual tanto a lembrança quanto o silêncio e o esquecimento funcionam como elementos caros à sobrevivência humana. Entretanto, no tocante às internalizações coletivas, tende a estratégias de defesa manifestadas perante uma ameaça aos laços de identidade social. A partir dessa ótica, serão analisadas, a seguir, duas impressões de depoentes acerca da Marcha da Família com Deus pela Democracia, em Alagoinhas.

A professora Normandia Azi Lacerda, apesar de se declarar católica e contrária ao comunismo, relatou não ter apoiado o golpe civil-militar tampouco participado da marcha:

Em 1964, eu fazia parte do Movimento Familiar Cristão. Não lembro se foi durante ou depois do golpe que adotamos o livro de Leonardo Boff, Igreja, Carisma e poder. O papa João XXIII não era de esquerda, mas tendia para a atualização da Igreja. Assim, como na Igreja, o próprio Movimento Familiar Cristão tinha um misto entre direita e esquerda. A dificuldade é que esse movimento nunca contou diretamente com membros do clero. Lembro que o grupo se fundiu à Pastoral Familiar e à própria CNBB com o passar dos anos. Alguns dos integrantes do grupo apoiaram a marcha porque achavam que diante da situação difícil pela qual passava o país, uma intervenção significaria pulso firme, algo que segundo eles o Brasil precisava naquele momento. Outros integrantes, como os engenheiros da Petrobras foram totalmente contrários à marcha, viam mais longe que não se tratava de uma Revolução, mas de um golpe. Eu vi a marcha como um movimento de manipulação, no qual tentava-se o apoio popular para o golpe, que acabava de acontecer. Por isso, fiquei de fora daquele movimento e pouco busquei me informar a respeito dele.⁴²

42 Em entrevista concedida à autora em 17 jan. 2017.

A depoente demonstra certa indiferença ao falar da marcha de Alagoinhas. Nota-se que o evento, em si, não ficou registrado, na memória, porque fez pouca questão de prestigiá-lo, a partir daquilo que compreendeu no que concerne o sentido simbólico envolvido. Assim, percebe-se, na narrativa, o quanto o acontecimento histórico pode ser suscetível a inúmeras interpretações. Sabe-se também que essas diferentes visões estiveram presentes, no seio progressista do catolicismo, em que ela optou por se alinhar.

Mas existe também o depoimento do jornalista Belmiro Deusdete Ferreira de Araújo. À época do golpe civil-militar, ele tinha 22 anos, era líder estudantil e radialista. No momento atual, como mencionado anteriormente exerce jornalismo independente. Ele comunicou a seguinte posição sobre a marcha:

*Acho que, em Alagoinhas, não houve não. Houve? Eu só fui detido no dia 6 de maio e não lembro. Lembro da Marcha da Família pela Democracia. É esse o nome? Mas lembro da de Minas, Rio e São Paulo. Eu não vi nenhuma marcha em Alagoinhas não.*⁴³

Como se observa, ele relatou não se lembrar da marcha ocorrida na cidade. Nesse caso, é possível pensar a questão do esquecimento, diferente do posicionamento de Normandia Azi Lacerda que se lembra do evento, mas não quis se aprofundar nos detalhes, como evasão de algo com o qual não concordava. Logo, o tema do esquecimento se enquadra melhor, no exemplo de Belmiro Deusdete Araújo, ao tempo em que, no caso de Normandia Azi, pode-se pensar na temática do silenciamento. Entretanto, aqui, ainda não cabem deduções precipitadas sobre tais conceitos para que não se corram riscos que possam nos levar à zona do senso comum. Portanto, aquilo que não está sendo dito, pelos depoentes, sobre a Marcha de Alagoinhas pode estar ligado à falta de registros e de memória sobre os movimentos da direita na cidade.

De acordo com Pollak (1989, p. 5):

43 Em entrevista concedida à autora em 13 jul. 2016.

[...] Existem nas lembranças de uns e outros zonas de sombra, silêncio, ‘não ditos.’ As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

Nesse sentido, cabe lembrar que Belmiro Deusdete Araújo, diz ter sido detido pelo aparato repressivo, em Alagoinhas, no dia 6 de maio de 1964. As suas lembranças se referem às marchas ocorridas fora do Nordeste e que, sabe-se, obtiveram maior visibilidade, através da historiografia, dos documentos oficiais e até mesmo da mídia. Aliado a isso, percebe-se que apesar de parte da sociedade civil alagoanhense ter participado da marcha, a narrativa acerca do protagonismo da esquerda localmente encontra-se forte na memória, em face de um número considerável de vitórias nos resultados eleitorais ocorridos antes do golpe de 1964, bem como do forte engajamento do movimento operário. Por outro lado, pode-se imaginar também que o período investigado está associado às situações de sofrimento, nas quais transportam-se as experiências traumáticas a uma zona de sobrevivência e de superação. Esses fatores, talvez, tenham contribuído para a lacuna existente, na memória coletiva da cidade, a respeito do desfile cívico.

Sobre a questão, Presot (2004, p. 107) observa que:

Parcela da sociedade optou, em determinado momento, pelo silêncio em relação a essas manifestações, o que, longe de se constituir um esquecimento, carrega em si um conjunto de representações sociais prontas a emergir em momentos de crises, redefinidas pelas roupagens do presente.

É possível constatar a construção de uma memória das esquerdas, inclusive, em Alagoinhas, caracterizada pelo discurso de resistência ao golpe e à ditadura, no qual a sociedade civil lutou contra o sistema imposto. No entanto, na visão de Cordeiro (2009) quando se afirmam como

parte da oposição cívica ao golpe, as esquerdas se esquecem do papel ativo desempenhado pela direita, em apoio à deposição do presidente João Goulart, antes e após o dia 31 de março de 1964. Dessa forma, a versão das esquerdas prevaleceu nos conflitos de memória, colocando toda a sociedade brasileira em um mesmo patamar, conduzindo as direitas a uma zona de conforto da história, ao afastá-las do cenário que ajudaram a promover, dissociando-as dos militares e da ditadura.

Para Reis Filho (2014, p. 8): “Assim, em vez de abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura, escolheu-se um outro caminho, mais tranquilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz, o de valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar”.

No que concerne ao relativo silêncio por parte da direita principalmente quando se refere ao que ocorreu após o endurecimento do regime, não se deve excluir a hipótese de que as mudanças de atitude ocorreram, devido à percepção de que as lutas políticas do país não mais estariam ao seu encargo, em face de terem saído vencedores na batalha contra a “ameaça comunista”. Por outro lado, pode significar a decepção diante das ações repressoras do Estado. Assim, o referido silêncio remete aos sentimentos de engano, arrependimento ou até mesmo vergonha por terem solicitado e comemorado a intervenção militar como uma salvaguarda da democracia, cujos princípios elementares foram, paulatinamente, desrespeitados logo desde o *frisson* da vitória sobre os adversários nacional-reformistas ou esquerdistas.

Conforme assinalaram Ferreira e Gomes (2014, p. 17), o enredo que se desenrolou não fazia parte do horizonte de boa parte da sociedade civil que saudou o movimento de 31 de março de 1964:

Eles não apoiaram uma ditadura. Eles apoiaram um golpe. Ninguém poderia supor que dali nasceria uma ditadura. Nos eventos que decorreram entre 31 e 1º não estava contido o que viria depois. Uma ditadura cuja face mais tenebrosa seria a tortura como política de Estado.

A leitura sugere que alguns grupos que foram às ruas, em apoio à marcha, não tinham dimensão daquele mal-estar do porvir. Talvez isso seja

também elemento constitutivo do notável silêncio. Entretanto, vale destacar que as ações desenvolvidas pelos setores civis resultaram de uma articulação política paulatina que contribuiu substancialmente para os novos rumos que tomou o país. Portanto, cabe a relativização a respeito do papel desempenhado por eles não somente no golpe, como na própria conjuntura ditatorial.

O esquecimento também invisibilizou os grupos femininos de direita na nova conjuntura. Segundo Cordeiro (2009, p. 191), gradativamente as suas ações políticas foram se dissipando, talvez por causa do desencanto com o que se tornou o novo regime. Na perspectiva de Presot (2004), logo após o golpe, os referidos grupos prosseguiram, em suas atividades assistenciais, buscando reafirmar o apoio ao governo militar. A CAMDE, em outubro de 1965, apoiou o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Porém, já enfrentava desgastes internos relacionados às tomadas de atitudes da diretoria que não mais entrava em consenso com a opinião grupal. A autora aponta que a CAMDE, em 1965, desempenhou o papel de apoio ao expurgo de professores, funcionários e livros rotulados como comunistas do convívio dos estudantes. No entanto, a partir de 1968, as integrantes passaram a perder prestígio, o que refletiu nas próprias disputas internas do grupo. Por sua vez, a UCF se voltou unicamente às atividades assistenciais.

No Brasil, após o golpe de 1964, o sistema político foi se fechando e não havia mais tanto espaços para a controvérsia política, como ocorria anteriormente. As primeiras ações do novo regime sugeriam que o papel, – de alguma forma politicamente contestador –, destinado às mulheres da marcha não seria mais o mesmo de alguns meses atrás. Assim, as Marchas da Família aos poucos foram sendo relegadas à memória e a participação política dos grupos femininos que as inauguraram, perderam a força de outrora.⁴⁴

44 Entre os anos de 2013 e 2014, tentou-se trazer uma nova versão das Marchas da Família, ocorridas no cenário do golpe civil-militar. Embora essa iniciativa não tenha alcançado o sucesso de público, das passeatas cívicas de outrora, de fato, conseguiu colocar no centro do debate, o discurso conservador que contribuiu para a ascensão da extrema-direita ao poder político brasileiro, no ano de 2018. Dentre as temáticas levantadas durante as marchas atuais, existe a invocação simbólica ao anticomunismo, à defesa da família, bem como, alguns pedidos por uma nova intervenção militar no país. Ademais, o discurso contrário à realização de políticas públicas voltadas às minorias e aos direitos humanos.

O que ganhou destaque, a partir de 1965, foram as comemorações pelo aniversário do golpe, inclusive, com celebrações públicas entusiásticas. No artigo “Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’”, Cardoso (2011, p. 122-126) assinala que, a partir da década de 1970, as referidas comemorações anuais passaram a denunciar o tom de descontentamento, no interior do aparelho militar, devido às denúncias feitas em relação às mazelas do regime, pelos setores da esquerda. Nesse sentido, as comemorações se voltaram à produção, à publicação e à difusão de textos escritos por militares e simpatizantes, exaltando os feitos da “Revolução”. Além disso, pronunciamentos, reprodução de palestras, missas e cursos para justificar o advento do golpe e da ditadura civil-militar. Em suma, buscava-se estabelecer um lugar de memória para a versão dos militares e de apoiadores desses eventos marcantes na cena brasileira.

Em sua tese de doutorado, intitulada *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento* (1972), Cordeiro (2012, p. 97) destaca as recordações e as festividades anuais acerca do golpe que teve o seu apogeu no ano de 1972, ocasião na qual comemorava-se também os 150 anos da Independência do Brasil, aproveitando a oportunidade para festejar o oitavo ano da “Revolução de 1964”. Por acreditarem, em um novo tempo para o Brasil, os organizadores desses eventos promoveram uma rede de celebrações cívicas por todo o país, como ocorreu no caso das Marchas da Família, em 1964. Dois anos depois, – data de dez anos do golpe –, a festividade ganhou ares de satisfação pelo que pensavam ser a chegada do progresso através da “Revolução.”

Ressalta-se que as manifestações, em comemoração ao aniversário do golpe foram percebidas nas regiões circunvizinhas a Alagoinhas, a exemplo, de Nazaré das Farinhas. Nessa cidade, a data de 1972 presenciou o ressurgimento do jornal *Alvitre*, considerado antes do golpe como progressista, mas demonstrou conformação à nova conjuntura estabelecida ao publicar, em suas páginas, uma matéria sobre o oitavo ano do golpe. Além disso, de acordo com a análise de Cristiane Mota (2016, p. 47-48) em 1973, o veículo mencionou o convite da Prefeitura Municipal, em que convocava a população para a sessão cívica, em comemoração aos 9 anos da “Revolução”.

Conforme a abertura do regime avançava, surgiam diversos protestos acirrados contra a conjuntura imposta, e, conseqüentemente, contrários às celebrações do aniversário da “Revolução”. Assim, as comemorações se tornaram cada vez mais restritas aos meios militares, tendo, no Clube Militar do Rio de Janeiro, o acolhimento ideal para as ações e os discursos costumeiros relacionados ao feito. Segundo Cardoso (2011), tais encontros foram suspensos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2003,⁴⁵ mas seus organizadores conseguiram burlar a ordem vigente, por vários anos, através de subterfúgios possíveis, no intuito de continuar com a festa. Vê-se a seguir a fotografia de uma das comemorações cívico-militares, em Alagoinhas-BA.



Figura 2 - Solenidade de Formatura do Tiro de Guerra
Fonte: acervo pessoal de Belmiro Deusdete Araújo.

45 Durante os governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff, a orientação era de não ter comemorações ao golpe civil-militar. Porém, tal norma, não foi totalmente cumprida. A partir do ano de 2019, no qual o presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro assumiu o poder, passou-se a celebrar o evento, sob as suas ordens, no interior de algumas instituições militares. O que provocou manifestações de repúdio, por várias organizações e setores, defensores da democracia no Brasil. Para maiores informações ver Siqueira (2019), em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554276-comemoracao-oficial-do-golpe-de-64-gera-polemica-em-plenario/>.

A imagem remete à manhã de 15 de novembro de 1965, na qual se celebrava, além do feriado nacional, pela Proclamação da República, a formatura e entrega dos certificados aos reservistas do Tiro de Guerra de Alagoinhas. Na primeira fileira, da direita para a esquerda, vê-se a delegada escolar do município e participante da Marcha da Família, Dilce Maia Cerqueira, única mulher à frente do palanque. Não sendo possível saber qual a participação dela, no evento referenciado, pode-se imaginar que, por causa do cargo de delegada escolar, fosse importante a sua presença na celebração. Ao seu lado, encontra-se Belmiro Deusdete Araújo exercendo, naquele momento a profissão de radialista e jornalista, pela empresa Organização de Publicidade LTDA. Ao gravar o discurso, ele está segurando o gravador com uma mão e o microfone com a outra. Antes dele, vê-se o tenente José Calazans⁴⁶ ao lado de Jairo Maia, diretor do Tiro de Guerra, um dos líderes udenistas da região e irmão de Dilce Maia Cerqueira. O primeiro da fila é o prefeito de Alagoinhas Murilo Cavalcanti. O local escolhido para a solenidade foi a Praça Rui Barbosa que seria, segundo Belmiro Deusdete Araújo, “local de grande movimentação de jovens, perdendo somente para os clubes recreativos, em dias de festa”.⁴⁷ As representações criadas pela fotografia nem sempre estão compatíveis com a realidade, porém, é importante refletir a partir da referida imagem, o significado das festividades cívico-militares que estariam ocorrendo após a Marcha da Família, em cidades como Alagoinhas.

De acordo com François Sirinelli (1999, p. 81):

Nesse inventário de relações entre contexto histórico e historiografia, a prática comemorativa é crucial. De certo modo ela é de fato um fenômeno de contexto histórico, uma vez que a decisão de comemorar é uma decisão política. Ao mesmo tempo, ela engendra, por inclusão, orientações historiográficas

46 O tenente José Calazans esteve à frente das medidas repressivas, em Alagoinhas, após o golpe civil-militar de 1964 e também esteve presente na Marcha da Família, como atesta o *Alagoinhas Jornal* de 20 de maio de 1964, na página 1.

47 Belmiro Deusdete Ferreira de Araujo em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, 23 jan. 2021.

que podem, por sua vez, influir sobre o contexto cívico, ou, pelo menos, contribuir para esclarecê-lo.

De fato, não foi possível localizar registros históricos escritos que apresentem as comemorações relacionadas ao aniversário do golpe, em Alagoinhas, mas vale lembrar que naquela ocasião, o Exército experimentava um grande prestígio, sentindo-se então à vontade para celebrar, pelo viés da ostentação, a vitória ocorrida em março de 1964. Belmiro Deusdete Araújo afirma que esteve no evento de comemoração pelo dia da República, a trabalho, mas que não se sentia constrangido por estar presente numa cerimônia militar, apesar de afirmar ter sido preso pelo aparelho repressivo no ano anterior. Disse também que os feitos do golpe foram ressaltados durante aquela cerimônia, pontuando, além da exaltação, a vitória dos setores golpistas. O consenso da sociedade civil, representado pelo prefeito Murilo Cavalcanti e pelo referido entrevistado, torna perceptível a comunhão entre ambos os lados. Em suma, a presença dos personagens de esquerda no mesmo palco que o oficial do Exército e de personalidades da direita, a exemplo dos irmãos Maia, sugere a junção entre celebração e adesão à nova conjuntura em Alagoinhas.

A visita de Castelo Branco (1965) e o “grito de Alagoinhas”

Para Cordeiro (2012, p. 75), a partir do advento das Marchas da Família (1964), parte da sociedade brasileira esteve envolvida no clima de invocação e festejos ao golpe civil-militar. Aliado a isso, a vitória da direita disseminou o discurso pelo desenvolvimento econômico e progresso nacional, como algo a se esperar da nova conjuntura. Dessa forma, os momentos de celebrações no pós-golpe configuraram-se na maneira pela qual a representação de diferentes setores civis desempenhara o papel de legitimação do novo governo, e conseqüentemente acabaram encontrando nos mesmos uma forma de inserção na nova conjuntura.

Ressalta-se que a visita de Castelo Branco à Alagoinhas foi um dos eventos festivos do pós-golpe que teve grande impacto no cotidiano da

cidade. Eis as lembranças da professora Marizélia Leite Moreira Sampaio sobre o ocorrido:⁴⁸

Eu tinha apenas oito anos, mas me recordo numa exatidão! Pra mim, era tudo muito novo, muito estranho. Meu pai levou a gente para ver Castelo Branco quando ele veio em Alagoinhas. Antes da chegada de Castelo, arrumou-se a cidade toda. As pessoas diziam: ‘o presidente vai chegar, o presidente vai chegar.’ Aí eu lembro que meu pai me levou e chegando em frente à Prefeitura, me colocou no ombro. Eu louca no ombro do meu pai. Queria ver o presidente. Meu pai dizia: ‘o presidente é o homem mais importante do Brasil.’ Eu no ombro dele: ‘Meu Deus, eu quero ver.’ Aí meu pai me disse: ‘É aquele ali, olhe!’ Não cabia na minha cabeça um homem tão importante ser tão pequeno. Lembro bem do momento em que ele ficou na parte de cima da prefeitura. E o povo embaixo falava: ‘é o presidente!’ E eu pensava: ‘Aquele pequenininho é o presidente do Brasil?’ Ele falou de cima da prefeitura para o povo e tinha muita gente. Depois meu pai me levou para casa. Eu não o vi andar pela cidade.’⁴⁹

No relato da entrevistada, há traços peculiares que sinalizam sobre uma memória construída coletivamente mas que realça algumas lembranças especiais de sua infância. Portanto, embora o senso comum possa influenciar os fatos eventuais do período, principalmente, no que se refere à infância, o relato de qualquer pessoa que tenha participado da referida celebração nunca será uniforme. Segundo Thompson (1992, p. 305): “Tensão percebida pelo historiador oral é a tensão básica: entre história e vida real”. Nesse sentido, a memória individual não está isolada e as lembranças consistem em fatos vividos e recordados. Existe um ingrediente significativo nesse processo, pois a partir das memórias coletivas é organizada uma memória nacional dominante que se concretiza

48 Filha da dona de casa Neuza Leite Moreira e do agricultor João Alves Moreira, Marizélia Leite Moreira Sampaio, 63 anos, concedeu-nos uma entrevista em sua casa e disse que nasceu em Esplanada-BA, porém, mudou-se junto à sua família para Alagoinhas-BA, em 1960, época na qual o seu pai havia comprado uma serraria na referida localidade. Algum tempo depois passou a estudar no Colégio Santíssimo Sacramento. Foi professora de História, lecionando em alguns colégios da localidade em questão, e neste momento está aposentada.

49 Marizélia Leite Moreira Sampaio em entrevista concedida à autora, Alagoinhas, BA, nov. 2016.

nas datas e nos fatos a serem considerados até que sejam selecionados e guardados na memória.

A atualização do depoimento da professora Marizélia Sampaio no ano de 2021, sobre o mesmo evento histórico, permitiu a seguinte declaração:

Lembro bem que, quando Castelo Branco veio à Alagoinhas ou até mesmo no período do golpe-militar, uma palavra não saía da minha mente que era a palavra ‘Revolução.’ Dizia-se que foi uma revolução. Aí, eu ficava pensando: ‘Por que Revolução?’ ‘O que é Revolução? No dia que ele esteve na cidade havia um entusiasmo muito grande das pessoas pela visita de um presidente. Depois que eu cresci, passei a refletir que naquele momento o povo jamais teria visto alguém tão importante e tão perto. Outra imagem que não me sai da cabeça é a figura dele na sacada da Prefeitura. Foi uma decepção vê-lo tão pequeno em estatura e ocupando um cargo tão grande. Mas, a cabeça era de criança. Claro que hoje tenho outra reflexão [risos]. Pude perceber, alguns anos depois, já na minha fase adulta, é claro, que eles estavam pregando e querendo o apoio da sociedade para um movimento que foi tão sem vergonha! E a gente criança foi educado nessa linha de ver naquilo uma ‘Revolução.’ Tanto em casa, quanto na escola.

Percebe-se, na fala da entrevistada, a visibilidade de elementos que compõem a concomitância presente nos fatos relacionados ao sentimento nacional esperado para o cenário de 1964-1965, por exemplo, o civismo presente em cerimônias dentro e fora do espaço escolar, funcionando como forte reforço à construção de uma identidade nacional de caráter patriota. No depoimento atual, a versão da professora Marizélia Sampaio sobre o evento não mudou, mas trouxe alguns elementos que merecem atenção, como a utilização do termo “Revolução” para referir-se ao golpe, muito utilizado nos discursos das celebrações, a fim de justificar e tentar naturalizar a tomada de poder dos militares enquanto algo almejado por parte da população, e, conseqüentemente, “necessário”. O aprimoramento da análise de pesquisa deverá sempre levar em consideração ao depoimento oral, que, assim como outros tipos de fontes históricas não são conclusivos e estão mediados por condicionantes culturais.

O *Alagoinhas Jornal* publicou que o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco visitou Alagoinhas, em 23 de novembro de 1965, para verificar o andamento do trabalho da Petrobras no local. Apesar da chuva fina que caía desde as primeiras horas da manhã, o povo compareceu às ruas, para saudá-lo. Às 9h20, ele desceu de um automóvel, em frente ao prédio da Prefeitura, onde foi aplaudido pelo público presente e cumprimentado, primeiramente, pelo prefeito Murilo Cavalcanti. Em seguida, subiu ao primeiro andar da Prefeitura onde estava reunida a vereança da cidade. (PRESIDENTE..., 1965)

A sessão solene da Câmara Municipal foi realizada, no salão nobre da Prefeitura, a pedido do mandatário. Castelo Branco recebeu, em nome do Legislativo, o título de cidadão alagoinhense, com base na Resolução de nº 71, de 20 de novembro de 1965. (ALAGOINHAS, 1965) Estiveram presentes também os vereadores e o governador Lomanto Júnior, o comandante do 4º exército, General Carlos Muricy e o Marechal Adhemar Queiroz, presidente da Petrobrás, além de outros oficiais. Jairo Azi abriu a sessão saudando o presidente pelo que considerava ser a “recuperação moral, cívica e econômica da pátria brasileira”. Em seguida, prosseguiu dizendo:

[...] Estamos hoje aqui, povo e governantes, prestando-vos esta sincera homenagem. Dir-se-ia que é um bando de pirilampos de luz pequenina querendo homenagear e abraçar o sol [...] unidos em um só pensamento, em um só ideal, como pirilampos unidos formam um grande feixe de esperança e de luz para que não hajam mais noites de desilusões e incertezas em nosso país. (ALAGOINHAS, 1965)

E após longa explanação, ele finalizou:

Aceite, pois, Sr. Marechal esta pequena homenagem, este afetoso Título, pequenino diante da grandeza de vós, junto às flores e os aplausos e a alegria de nossa gente é a maior honraria que temos para vos oferecer. Ele reflete o nosso apoio, nossa solidariedade, a nossa confiança no vosso governo e mais que isto a nossa fé. Esta Câmara Municipal traduzindo o

desejo do seu povo confere a V. Exc.^a. Sr. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco o título de cidadão de Alagoinhas. (ALAGOINHAS, 1965)

Nota-se retórica opulenta, condizente com aquele momento de consagração e agradecimento às Forças Armadas, porém, agora, destinada à exaltação ao militar, chefe supremo da nação. Ao mostrar-se solidário ao presidente, reitera a grandiosidade do mandatário e reforça a sua fidelidade cidadã. Demonstrando a estratégia de colocar-se inserido entre os vencedores da hora. É relevante reparar o termo “pequenino”, constantemente, utilizado em seu discurso, em sinal de subalternidade, diante do “presidente sol”.

Após Jairo Azi, tomou a palavra o presidente:

Vim à Bahia para verificar de perto os desdobramentos dos trabalhos da Petrobrás percorrendo, primeiramente, a região de Miranga, aqui bem próxima desta cidade. Não poderia deixar, então, de visitar Alagoinhas, o limiar dos sertões baianos como a chamou Ruy Barbosa, há 46 anos. [...] Os objetivos revolucionários cobrem decisivamente, regiões do interior brasileiro, pois a integração do Brasil é dominante em seus propósitos de desenvolvimento econômico. (ALAGOINHAS, 1965)

Ao final da exposição, destacou:

Há quem anuncie a insurreição oral. Preferimos enfrentá-la de que contorná-la. Não reconhecemos nenhuma força autônoma nos meios militares do país. Se existe que procure medir suas dimensões e passe de conspirata dilatória para a ação aberta. Defenderemos com Alagoinhas e os revolucionários, os interesses supremos da Revolução no interior e no exterior e a tranquilidade do povo para que possa trabalhar e tornar o Brasil uma das grandes nações do mundo. (ALAGOINHAS, 1965)

De início, Castelo Branco explicou o motivo da visita à cidade, destacando os assuntos econômicos da região que estava, em crescente

desenvolvimento, devido à exploração do petróleo, o que segundo ele, condizia com os propósitos da “Revolução”. Em seguida, conforme a última citação referiu-se às insubordinações que estariam ocorrendo nos quartéis por causa das divergências entre o seu governo e a chamada “linha dura”, referente à posse dos governadores eleitos, em outubro de 1965.

Após a solenidade, ele percorreu as principais ruas da cidade a pé. Segundo a imprensa, essa atitude surpreendeu a população e recebeu calorosas manifestações de estudantes e das pessoas em geral. Logo depois, embarcou em um helicóptero, com destino aos poços petrolíferos da região. (PRESIDENTE..., 1965) Ao fim da visita, que incluiu as instalações da Petrobras, o mandatário foi prestigiado com um almoço oferecido pelo já citado presidente da Petrobras. (CASTELO..., 1965)



Figura 3 - Visita do presidente Castelo Branco à Alagoinhas – Enfoque 1
Fonte: acervo pessoal de Normandia Azi (23 nov. 1965).

Essa fotografia, em que aparece Castelo Branco caminhando, pela rua da cidade, sinaliza uma marcha de caráter solene, ao evidenciar homens fardados ou uniformizados à caráter. Percebe-se ao fundo, à direita, a figura de um senhor organizando o desfile. Esses primeiros elementos

corroboram com a ideia da disciplina e a organização militar, presentes no evento. Observa-se também que não se vê mulheres no desfile, nem mesmo as esposas do prefeito ou governador. Isso não quer dizer que estiveram ausentes, pois encontram-se ao lado direito em fila, algumas jovens. De acordo com as fontes orais, elas seriam estudantes do Colégio Santíssimo Sacramento. Todas utilizam guarda-chuvas devido à chuva fina que caía sobre a cidade desde o início da manhã. É importante levar em consideração, o fato de se referir a um desfile com caráter militarizado, o que justifica a presença masculina, mas esse é apenas um ângulo do acontecimento que nos chegou através da representação imagética. As mulheres poderiam estar presentes, em outros espaços do cortejo, ou somente no espaço reservado ao público. Também pode-se inferir, em paralelo às Marchas da Família, que nessa não houve o relevo à figura feminina, como ocorrido antes. Na interpretação, ainda cabe uma breve análise a respeito do primeiro escalão do cortejo, no qual observa-se que Castelo Branco se encontra no centro, com pés colocados à frente dos demais senhores, o que indica respeito à hierarquia. Ao lado direito, encontra-se o prefeito Murilo Cavalcanti. À esquerda, o diretor do Tiro de Guerra, Jairo Maia, seguido do governador Lomanto Junior.

Segundo Mauad (1996, p. 10), a utilização da fotografia, enquanto fonte histórica, demanda a crítica necessária para que se compreenda a mensagem nela contida, para além do seu caráter icônico. A autora ainda considera, na fotografia, a existência de um recorte espacial, no qual estão inseridos outros espaços como, por exemplo, o geográfico, as vivências, a figuração etc. A sua leitura, portanto, baseia-se na noção do espaço, sendo que o ponto de vista temporal traz o traçado de uma materialidade pretérita, na qual os símbolos encontram-se perenizados para, se preciso for, serem utilizados futuramente. Isso implica ao pesquisador, o desafio de informar ou confrontar a imagem, a fim de que seja possível perceber sua dimensão histórica.

Através da fotografia, pode-se deduzir que o espaço escolhido para a passagem do presidente era um local de fácil acesso à população. Todavia, o cordão indica a separação necessária entre o espetáculo e o seu público. Segundo o relato do jornalista Belmiro Deusdete Araújo possivelmente ela foi feita durante a chegada de Castelo Branco à Prefeitura

de Alagoínhas. O que sugere, não se tratar do cortejo realizado na cidade, presente na imagem anterior a esta. Segundo as fontes analisadas, a população concentrou-se nas imediações da prefeitura e o saudou com entusiasmo, em sua chegada. É possível verificar a presença de crianças, mulheres e homens, ou seja, possivelmente as famílias estiveram reunidas para prestigiar o presidente, como forma de demonstrar o apoio da sociedade civil. Por outro lado, na foto, embora se apresente em posição mais descontraída que na imagem anterior, ele continua com o passo à frente das personalidades públicas que estão ao seu lado, evidenciando novamente os princípios hierárquicos relacionados ao militarismo. Nela, vê-se Lomanto Júnior, Murilo Cavalcanti e Castelo Branco numa mesma celebração. No entanto, sabe-se que os dois primeiros, inicialmente, resistiram ao golpe, mas após problemas, com o Exército, resolveram ceder à nova situação, como evidente conformação à celebração de então.



Figura 4 - Visita do presidente Castelo Branco à Alagoínhas – Enfoque
Fonte: acervo pessoal do jornalista Belmiro Deusdete Araújo (23 nov. 1965).

Se o golpe serviu para mudar a posição de representantes políticos, cabe afirmar a existência de interesses sociais, políticos e econômicos, na produção dos vestígios sobre o passado, na medida em que o registro

fotográfico, a depender, da sua produção, não se trata de algo imparcial a respeito de determinada sociedade. É importante lembrar que, segundo Castelo Branco, ele teria vindo à Alagoinhas para estar a par da exploração do petróleo na região, o que nos leva conceber o registro fotográfico como reflexo de um período de progresso econômico para a cidade. Por outro lado, convém considerar as intenções imperceptíveis que permeiam a captura imagética, no que concerne à propaganda governamental.

Voltando ao seu pronunciamento perante as autoridades de Alagoinhas, cabe salientar que tomou grandes proporções nas páginas da imprensa nacional como, por exemplo, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro. Assim, a retórica de Castelo Branco desnudou a tensão relacionada à quebra de hierarquia presente, no interior das Forças Armadas, que, conforme artigo publicado, no *Jornal do Brasil*, o incentivou a afirmar-se “bastante forte para enfrentá-la”. Ademais, o discurso referido expôs a contenda militar que havia, em torno da posse dos governadores eleitos, em outubro de 1965 especialmente no que se refere à posse do novo governador da Guanabara, Negrão Lima. Falou-se, inclusive, em um ultimato marcado pelos ministros da guerra para que o presidente tomasse providências sobre o caso. Porém, ele respondeu de maneira amistosa a essa data, mas que seria o “marco para a sua autoridade como chefe de governo e das Forças Armadas”. O desafio proposto em Alagoinhas quebrou o silêncio dele e abriu uma expectativa de ação a ser confirmada poucos dias depois. (DISCURSO..., 1965, p. 6) Isso porque, antes do embarque à Brasília, confirmou que daria posse ao Negrão de Lima e aos outros governadores eleitos. Segundo um líder parlamentar, ele estaria vigiando os grupos civis e militares contrários à posse. (GOVERNO..., 1965)

Em carta aberta enviada a Castelo Branco, em 27 de novembro de 1965, o tenente coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior expôs descontentamento ao discurso proferido na Bahia. Dentre outras palavras, insinuou que “o presidente levantou dúvidas em Alagoinhas sobre uma insurreição no Brasil” e, que, “pelo exposto, um repto foi lançado”. Ainda prosseguiu dizendo: “aceitá-lo seria confessar a existência do tipo de movimento que V. Ex.^a tão galantemente prefere enfrentar em vez

de contornar”. Na carta, Boaventura confirmou que existia um conluio, entre Negrão de Lima e o PCB, e o presidente teria conhecimento do fato. O coronel reconheceu o mérito dos governadores vencedores, porém, ressaltou que, tomando por base a Segurança Nacional, seria um dever cívico retirar o cargo daqueles que pudessem oferecer riscos às ações dos “revolucionários”. (LINHA... 1965, p. 1)

Em 30 de novembro de 1965, o *Jornal do Brasil* comentou a prisão de Boaventura que, segundo os dados, recebeu elogios, na Câmara, por parlamentares e expôs o comentário do deputado Andrade Lima Filho que discursou sobre a “influência do grito em nosso processo histórico”. Disse também que: “O Brasil nasceu de um grito: ‘o da terra à vista’, que esse grito criou alma nova hoje, diante do grito de Alagoinhas”. (LIMA..., 2020) De acordo com o jornal, o discurso em Alagoinhas, a carta de protesto enviada, a prisão e a transferência de oficiais para o interior do país, e o pedido de prisão de Negrão de Lima, considerado por vários militares sem fundamento, poderiam estar provocando um racha até mesmo entre os integrantes da “linha dura”. (MILITARES..., 1965)

Para Gaspari (2002, p. 136):

[...] a linha dura opunha-se ao desejo do presidente Castelo Branco de limitar os poderes excepcionais de que dispunha, para normalizar a vida política nacional. Pelo Ato Institucional fora-lhe dada a prerrogativa de cassar mandatos parlamentares e de suspender direitos políticos de cidadãos.

No que se refere à afirmativa acima, pode-se dizer que a teoria da ditadura temporária liquidava as promessas de abertura política e com o AI2, abarcava a repressão como um mal necessário. Isso, junto às outras medidas que estavam sendo tomadas, cerceava profundamente as intenções “moderadas” de Castelo Branco.

Na visão de Cordeiro (2009, p. 102), é necessário problematizar a ideia do referido governo como moderado, pois, conforme as situações eventuais se apresentavam, as reações do regime ora cederam ao autoritarismo, ora reforçaram a ideia de regime temporário. Para ela, a conduta de Castelo Branco, frente aos atos de insubordinação da “linha dura”, no

que se refere à posse dos governadores, demonstrou um projeto militar, cujo objetivo seria o endurecimento do regime. E, ressaltou que, fosse pelo presidente ou por outro personagem, as sementes do autoritarismo já estavam lançadas desde 1964.

Nesse enquadramento, a relevância do discurso proferido, em Alagoinhas, garantindo a posse dos governadores eleitos foi tão grande que ganhou o apelido de “o grito de Alagoinhas”. Assim, se a marcha de 1º de maio de 1964, celebrou a vitória da “Democracia” e da “Revolução”, a visita de 23 de novembro de 1965 e os atos que dela decorreram, a pretexto de exaltar os avanços da exploração petrolífera no município, podem ser vislumbradas no contexto da institucionalização da ditadura (FICO, 2004) e da crise que ocorria nos quartéis, a ponto de o presidente ter que advertir publicamente os militares que queriam levar adiante a “linha dura”. (CHIRIO, 2013)

Considerações finais

Este livro investigou as celebrações ao golpe civil-militar de 1964, em Alagoinhas, estado da Bahia, a saber, a Marcha da Família com Deus pela Democracia, realizada em 1º de maio de 1964, e a visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco ao município, em 23 de novembro do ano seguinte. Em seu desenvolvimento, buscou-se analisar o contexto político dos anos anteriores, a fim de compreender sua contribuição ao processo que culminou no golpe. Assim, a maneira como a sociedade civil local e as lideranças políticas receberam e celebraram o golpe observada, para fornecer uma reflexão acerca das mudanças acarretadas na dinâmica cidadina a propósito de uma nova conjuntura imposta.

Constata-se, a partir da leitura de fontes jornalísticas e das atas sob a guarda da Câmara Municipal de Alagoinhas, que, entre 1947 e 1964, a atuação política local esteve sob o domínio de grupos vinculados aos grandes e médios partidos nacionais (PSD, UDN, PTB, PR e PSP), com vitórias dos candidatos reformistas nos pleitos eleitorais realizados nas décadas de 1950 e 1960. Identifica-se, ainda, dados que confirmam a visita do então candidato a vice-presidente da República, João Goulart, ao município, em 1960. Durante sua presença, em Alagoinhas, os apoiadores realizaram um comício de cunho reformista, no qual estiveram presentes os deputados Waldir Pires e Murilo Cavalcanti. Em 3 de outubro do mesmo ano, confirmou-se a vitória do Marechal Lott e de Jango na cidade, embora Jânio Quadros tenha vencido a eleição presidencial no âmbito nacional.

Por outro lado, as forças políticas reformistas, em Alagoinhas, sofreram os reflexos da renúncia de Jânio Quadros, ocorrida no dia 25 de agosto de 1961. Cabe assinalar que, nesse momento, formou-se um ambiente hostil, de perseguição aos políticos alagoinhenses associados à causa operária ou defensores da legalidade constitucional, por exem-

plo, os vereadores Hostílio Dias (PTB) e Romualdo Pessoa Campos (PSD). A análise das fontes jornalísticas dos anos 1960 a 1964 tornou possível situar as influências do cenário internacional da Guerra Fria nas disputas locais, como as ocorrências de manifestações anticomunistas veiculadas ao *Alagoíhas Jornal* durante as eleições estaduais e municipais de 1962. Mais uma vez, as forças reformistas alcançaram a vitória em Alagoíhas, elegendo Murilo Cavalcanti (PSD). Mesmo assim, as publicações de caráter anticomunista permaneceram na imprensa local, nos anos anteriores e posteriores ao golpe de 1964.

O desfecho das retaliações vinculadas ao golpe civil-militar manifestou-se por meio da perseguição a lideranças políticas supostamente comunistas ou simpáticas aos ideais nacional-reformistas. A esse respeito, identifica-se, nas fontes investigadas, informações que indicam ações repressivas voltadas contra quadros da política local. O vereador Adolfo Mendes (PR) foi preso, cassado e substituído pelo suplente Jucundino Ferreira. Outras lideranças tiveram os direitos políticos cassados – a exemplo dos suplentes Esmeraldino Canízio Carvalho e Otoniel Lira Gomes – ou foram presos, retornando posteriormente ao exercício das suas funções e aderindo aos novos donos do poder – casos dos vereadores Jairo Azi, Romualdo Campos e Edson Oliveira e do prefeito Murilo Cavalcanti. Repressão e adesão estavam na ordem do dia.

É relevante assinalar que a análise das entrevistas, realizadas com contemporâneos dos eventos discutidos no trabalho em cena, constatou a referência a uma manifestação em apoio ao governo João Goulart, ocorrida em 1º de abril de 1964, que ocasionou a prisão de várias pessoas. Segundo a entrevistada Normandia Azi, a passeata ficou conhecida como “Os dezoito do Forte” e contou com a participação do primo da deponente, o então vereador Jairo Azi. Em um outro trabalho acadêmico, o ex-prefeito Murilo Cavalcanti afirmou também ter participado da mobilização anteriormente referida. Portanto, muito embora lideranças políticas locais dialogassem, com as pautas reformistas, e tenham participado da referida tentativa de resistência, aderiram imediatamente à nova ordem. A adesão se estendeu também a instituições e personalidades da sociedade civil, conforme se depreende da leitura de fontes investigadas, a exemplo do convite para a Marcha da Família, as Atas da

Câmara Municipal dos anos de 1964 e 1965 e matérias publicadas pelo *Alagoinhas Jornal*.

No que concerne à Marcha da Família, em Alagoinhas, constata-se a sua ocorrência no momento de celebrações ao golpe de 1964, em 1º de maio do mesmo ano. A manifestação alagoinhense ocorreu em paralelo às comemorações ao Dia do Trabalhador e às solenidades de agradecimento às Forças Armadas pela “salvaguarda” da nação frente ao “perigo comunista.” Não só Alagoinhas, mas outras cidades baianas, a exemplo de Cachoeira e Pojuca, realizaram no mesmo dia atos comemorativos ao que consideravam ser a “Revolução de 1964”, objetivando celebrar a queda de João Goulart e demonstrar apoio às Forças Armadas, as novas detentoras do poder.

As fontes investigadas não permitiram descrever mais detalhadamente a organização da Marcha da Família em Alagoinhas. Porém, os indícios disponíveis revelaram algumas pistas de como determinadas mulheres se inseriram em movimentos femininos de cunho conservador na cidade. Uma das pistas referidas emergiu da leitura de matéria publicada na edição de 22 de agosto de 1954, do jornal *O Nordeste*. Assim, no texto intitulado “As Bandeirantes em Alagoinhas”, o articulista destacou a fundação na cidade de um “Conselho de Distrito de Bandeirantes”, integrado por Dilce Maia Cerqueira, uma das organizadoras da Marcha, que ocupava o cargo de tesoureira. Um dos objetivos do grupo era o de instruir as senhoritas alagoinhenses acerca dos seus futuros papéis de mãe e esposa, contribuindo também para o engrandecimento da pátria. Ademais, a professora Normandia Azi, no decorrer de entrevista, rememorou aspectos referentes às Bandeirantes de Alagoinhas.

Dessa forma, compreender a dinâmica relacionada ao Movimento Bandeirante exige outras investigações, sobretudo, no que se refere ao desenrolar das suas atividades, em Alagoinhas, durante a década de 1950. Contudo, é viável pensar que, por meio do avanço na análise, contribui-se para que futuros trabalhos possam desenvolver a reflexão acerca da maneira como determinadas mulheres alagoinhenses se articulavam socialmente pouco antes do golpe civil-militar e até que ponto esse fato teria influenciado a Marcha da Família e outros movimentos femininos de direita na cidade.

Em virtude das informações acerca da Cruzada do Rosário pela Família (1963) realizada em Salvador, percebe-se que caravanas provenientes do Rio de Janeiro e de São Paulo participaram do evento. Além desses estados, houve grupos que saíram de diversas cidades do interior baiano com destino à capital. No caso de Alagoinhas, disponibilizou-se um trem especialmente destinado ao evento, com retorno previsto para o final da noite e com desconto de 50% no valor da passagem. No que se refere à Marcha da Família de Salvador, identifica-se diversas matérias do jornal *A Tarde*, de abril de 1964, apontando reuniões entre a comissão organizadora do evento e grupos femininos de direita, como por exemplo, a UCF de São Paulo.

A investigação das fontes jornalísticas também possibilitou identificar, em matéria de *A Tarde*, também do mês de abril de 1964, a presença de uma vereadora paulista que carregou uma faixa oficial da marcha, trazida de São Paulo por ela. Além disso, outra reportagem se refere a uma vereadora anônima que assistiu e parabenizou o sucesso da passeata soteropolitana, e provavelmente havia participado das marchas em diversas outras cidades brasileiras. Embora as informações estejam relacionadas à manifestação realizada em Salvador, elas são importantes para o debate no sentido de tentar compreender a organização das marchas ocorridas no interior do estado. Ainda sobre em questão, identifica-se fontes que apontam a presença da primeira-dama do estado, Hildete Lomanto, na Marcha de Santo Antônio de Jesus, ocorrida em 29 de abril de 1964.

No que concerne à visita do presidente Castelo Branco ao município de Alagoinhas, em novembro de 1965, percebe-se a inserção de Alagoinhas nos acontecimentos nacionais a partir da repercussão de sua fala em reação à tentativa de militares da chamada “linha dura” de impedirem a posse de alguns governadores eleitos, em 3 de outubro de 1965. No discurso, Castelo Branco se comprometeu com a posse dos eleitos e disse estar preparado para enfrentar a indisciplina dos militares. O discurso teve tamanha relevância no noticiário nacional ao ponto de receber o apelido de “O grito de Alagoinhas”. A visita presidencial ocorreu em meio ao processo de institucionalização da ditadura. O motivo apresentado para a viagem de Castelo Branco ao interior baiano foi acompanhar

as atividades da exploração do petróleo, uma das atividades econômicas mais importantes para o município naquele período.

No tocante às lideranças políticas estaduais e locais, após a repressão que se seguiu ao golpe de 1964, a adesão à nova ordem estava em alta. Ao lado de Castelo, nas ruas de Alagoinhas, estavam o governador Lomanto Junior e o prefeito Murilo Cavalcanti, em princípio contrários ao golpe. Ademais, percebe-se que, nos discursos proferidos durante a visita presidencial, o apelo à presença das mulheres já havia cessado, evidenciando que a ação anterior de as tornar personagens importante para a realização da marcha, naquele cenário, já não cabia mais. Ao contrário de 1º de maio de 1964, as imagens analisadas constataam a presença das mulheres apenas no público que assistiu ao desfile do presidente pela cidade.

As fontes disponíveis acerca das celebrações ao golpe, em Alagoinhas, não informam sobre elementos que seriam relevantes no contexto da pesquisa. Por exemplo, o número de participantes da Marcha da Família de Alagoinhas e na visita de Castelo Branco à cidade. O material analisado aponta apenas uma grande multidão em ambos os casos, porém, não foi possível chegar a uma estimativa aproximada do público presentes às manifestações. Outro ponto considerável é o silêncio de setores da direita e da esquerda sobre a passeata ocorrida em 1º de maio, no que se refere à elaboração das memórias do golpe no pós-marcha. A partir das entrevistas, infere-se a permanência do discurso da resistência, em relação às memórias de personalidades relacionadas à esquerda na cidade, e, possivelmente, o desapontamento em relação aos resultados da ditadura, por parte de quadros políticos de direita. Um aspecto que, de certa forma corroborou, para os desafios relativos às questões do silenciamento ou esquecimento acerca da marcha, em Alagoinhas, foi o cancelamento de entrevistas agendadas com personagens de direita, devido à pandemia de covid-19. De toda sorte, nas memórias de esquerda e de direita, a marcha e a participação da sociedade civil, nas celebrações ao golpe, assumiram o *status* de fatos desconhecidos ou, convenientemente, esquecidos. A lacuna nos estudos acadêmicos, a respeito das marchas realizadas em diversas cidades no Nordeste do país, também é um elemento relevante para refletir acerca desse silêncio.

A presente obra conseguiu estabelecer, nos limites possibilitados pelas fontes, a existência do apelo pela participação feminina na marcha. Entretanto, não é possível afirmar se essa participação alcançou um número significativo, uma vez que foram encontrados poucos nomes de mulheres na comissão organizadora. Não obstante, busca-se produzir esboços biográficos de mulheres que assumiram papel de destaque na marcha, a saber, as professoras Dilce Maia Cerqueira, Dagmar Beatriz Portela e Ana Oliveira Campos (Noquinha) e a juíza Esther Farani Cordeiro. A partir dos dados biográficos disponíveis, infere-se que eram mulheres letradas, conservadoras e pertencentes às classes média e alta da cidade. Assim, o silêncio e o esquecimento em torno dos eventos relacionados ao golpe de 1964, em Alagoinhas, talvez possa ter ocultado não somente a sua amplitude, mas as ações promovidas pelas manifestações de setores da direita.

Conclui-se, desejando que as questões até aqui evidenciadas possam ser aprofundadas em outros estudos acerca do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar, tanto na Bahia, quanto no Brasil.

Referências

- ABRIR escolas é fechar prisões. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 4, 4 mar. 1955.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 15 abr. 1955a.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 10 maio 1955b.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 7 abr. 1959a.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 22 jun. 1959b.
- ALAGOINHAS Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 13 jul. 1959c.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 3 jul. 1959d.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 28 ago. 1961a.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 15 set. 1961b.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 7 abr. 1964a.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 18 abr. 1964b.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 28 abr. 1964c.
- ALAGOINHAS. Câmara Municipal. *Ata da sessão*, Alagoinhas, 23 nov. 1965.
- ALERTA democratas. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 4 out. 1962.
- ALMEIDA, L. S. de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.
- AMANCIO, M. C. *Movimento Escoteiro e Movimento Bandeirante: uma análise*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2017.
- ARAÚJO, C. R. de. *O voto, o terço e as armas: a atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado em

História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BAHIA. Assembleia Legislativa. *Perfil do deputado - DEP. Murilo Cavalcanti*. Salvador, [200-]. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/5000408>. Acesso em: 13 out. 2020.

BAHIA hoje demonstrará sua fé em Deus e na democracia. *A Tarde*, Salvador, p. 2, 15 abr. 1964a.

BAHIA presente na Cruzada das senhoras católicas. São Paulo. *A Tarde*, Salvador, 4 maio 1964b.

(A) BAHIA quer ministro. *A Noite*. Rio de Janeiro. 22 de dez. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_06&Pesq=%22A%20Bahia%20quer%20ministro%22&pagfis=34. Acesso em: 20 jun. 2020.

(A) BAHIA também terá marcha com Deus. *Diário de Notícias*, Salvador, 29 mar. 1964c.

BAHIANOS. *Diário de Notícias*, Salvador, 6 abr. 1964.

BALBINO afirma a vitória da candidatura de Pedreira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 out. 1958.

(AS) BANDEIRANTES em Alagoinhas. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 4, 22 ago. 1954.

BARREIRA, A. *Alagoinhas e seu município: notas e apontamentos para o futuro*. Alagoinhas: Typografia do Popular, 1902.

BARROS, J. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, 95-129, 2005.

BARROS, S. *Vultos e feitos do Município de Alagoinhas: reconstituindo o passado e descrevendo o presente*. Salvador: Artes Gráficas, 1979.

BATISTA, E. E. Atuação feminina na UDN e a oposição ao governo Vargas em Alagoinhas, Bahia. In: BATISTA, E. E. (org.). *Alagoinhas: histórias e historiografia*. Alagoinhas: Quarteto: FIGAM, 2015. p. 93-113.

(OS) BLOCOS políticos. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 1959.

(A) BONDADE e a experiência a serviço do povo. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 5, 27 set. 1954.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro*. Brasília, DF, [200-]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores*. [Brasília, DF], Departamento de Imprensa Nacional. 1961. v. 4. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/12996/dados_estatisticos_vol4.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições presidenciais de 1960*. [Brasília, DF], [20--]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMWNiMzI4NmYtNmYwOS00YjQ0LTk2NTAtYjRmYmIxMTQ5NDZhIiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBlZDhhY2RmMSJ9>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BURKE, P. *A escola dos Annales: 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

CÂMARA Municipal. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 4, 26 mar. 1950.

(UMA) CAMPANHA a altura dos candidatos. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 13 jun. 1950.

CANDIDATOS. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 3, 22 ago. 1954.

CASTELO desafia conspiradores: quer ver ação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 nov. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=%22ALAGOINHAS%22&pagfis=53560. Acesso em: 17 out. 2020.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EdUSC, 1999.

CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, A.; OLIVEIRA, M. R. de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 275-282, 2004.

COMANDO da Revolução suspende direitos políticos de 100 pessoas. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 11 abr. 1964. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_06&pasta=ano%20196&pesq=COMANDO%20da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20suspende%20direitos%20pol%C3%ADticos%20de%20100%20pessoas.&pagfis=11244. Acesso em: 20 jun. 2020.

COM a posse operários voltarão ao trabalho. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 6 set. 1961.

(O) COMICIO de João Goulart em Alagoinhas. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 1, 19 set. 1960.

COMO se pronunciou o eleitorado. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 2-4, 21 nov. 1950.

CONSIDERADO vago cargo de prefeito. *A Tarde*, Salvador, 6 abr. 1964.

CONSOLIDADA a vitória de Carvalho Junior. *O Nordeste*, Alagoinhas, 9 jan. 1955.

(A) CONVENÇÃO da UDN em Alagoinhas. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 23 ago. 1950.

CORDEIRO, J. M. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORDEIRO, J. M. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COSTA, A.; SANTANA, E.; SOBRAL, R. As mulheres e as Marchas da Família, com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, A. B. da; AZEVEDO, E. L.; GOMES, M. (org.). *Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional*. Salvador: NEIM/UFBA, 2005. p. 135-151.

DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: IUPERJ, 2006.

DEFLAGRADA a greve dos ferroviários. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 1, 22 fev. 1960.

DELGADO, L. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 127-154.

DISCURSO de Alagoinhas cria expectativa de ação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 25 nov. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=ALAGOINHAS&pagfis=77119. Acesso em: 17 out. 2020.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: UNICAMP, 1994.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

(A) ELEIÇÃO passou. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 5, 19 out. 1955.

ELEITA nova mesa da Câmara. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 18 abr. 1950.

ELEITO o presidente da Câmara de vereadores o senhor Hugo Leal Dantas. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 16 abr. 1949.

ELEITO pela Câmara tomou posse hoje novo prefeito. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 7 abr. 1964.

(O) ELEITORADO alagoinhense decidirá no próximo dia 7 de outubro os destinos de Alagoinhas. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 1, 23 de set. 1962.

EMPOSSADOS os vereadores eleitos em 7 de outubro. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 3, 1963.

EM QUEM votarei? *A Tarde*, Salvador, p. 8, 6 out. 1962.

(O) ESCOTISMO na idade dos jovens. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, 6 jun. 1962.

ESTAMOS construindo uma nação grande e forte, rasgando novos horizontes para o Brasil. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, p. 3, 1 jan. 1960. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20196&pesq=construindo%20uma%20na%C3%A7%C3%A3o%20grande%20e%20forte,%20rasgand>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FALANDO sozinho. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 2, 1961.

FERREIRA, A. *Deus e o diabo na terra da laranja: Alagoinhas e o golpe (1961-1964)*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

FERREIRA, J. Os conceitos e os seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012. p. 295-322.

FERREIRA, J.; GOMES, Â. de C. 1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

(AS) FESTAS de 1º de maio. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 3, 7 abr. 1950

FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Tempos e Argumentos*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, T. *A vida nos trilhos: profissionalização, trabalho e política partindo das memórias de um ferroviário*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinha, BA, 2013.

FRANK, R. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A; TÉTARD, P. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 103-118.

(O) FUTURO governo. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 24 dez. 1951.

GASPARI, É. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

(O) GENERAL “fome” comanda o movimento dos ferroviários. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 1-4, 1960.

(UM) GOLPE doloroso. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1-6, 17 set. 1950.

GOVERNO Federal vigia os grupos que tramam contra a posse dos governadores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 26 nov. 1965. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19651126&printsec=frontpage&hl=pt-BR&fbclid=IwAR2TEOeU4NeW1rJw-m0Bt2A9S9ZbNcXMIKxAQ2unMJULIj2GPy29jKgmMO0>. Acesso em: 17 out. 2020.

GRANDIOSA manifestação de fé e civismo: a marcha da família com Deus pela Democracia. *Correio de São Félix*, São Félix, 9 maio 1964.

GRATIDÃO da mulher bahiana pela salvação: Democracia. *A Tarde*, Salvador, 7 abr. 1964.

GREVES operárias na Bahia até a posse do presidente. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 4 set. 1961.

HALBWACHS, Maurice. *A memórias coletivas*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- HOMENAGEM de dona Hildete. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 maio 1964.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958.
v. 20. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- (A) INFLUÊNCIA do cadáver. *O Nordeste*, Alagoínhas, p. 1-6, 29 out. 1954.
- JÂNIO, o futuro presidente. *Alagoínhas Jornal*, Alagoínhas, 7 out. 1960.
- JUSCELINO visitou Alagoínhas. *O Nordeste*, Alagoínhas, p. 1-5, 12 set. 1955.
- LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003
- LEAL, G. Biografias. In: LEAL, Graça. *Blog Colégio Estadual Brasilino Viegas*, Alagoínhas, 24 ago. 2017. Disponível em: <http://cebrazilinnoviegas.blogspot.com/2017/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, T. M. de. *Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada/BA*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.
- LIMA Filho dá apoio ao grito de Alagoínhas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 30 nov. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=ALAGOINHAS&pagfis=77376. Acesso em: 17 out. 2020.
- LIMA, T. M. de. *Pelas ruas da cidade: o golpe de 1964 e o cotidiano de Salvador*. Curitiba: CRV, 2018.
- LINHA dura militar veta a posse de Negrão por escrito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 nov. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=ALAGOINHAS&pagfis=77240. Acesso em: 17 out. 2020.
- LINS, L. *Trajetória de mulheres “das canetas”*: um olhar sobre a educação em Alagoínhas (BA) na segunda metade do século 20. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.
- LUCA, T. História dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

- MANIFESTO à mulher alagoinhense. *O Nordeste*, Alagoinhas, 1 set. 1950.
- MARANHÃO, R. O Estado e a política “populista” no Brasil. In: GOMES, A. (org.). *O Brasil republicano: sociedade e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 267-270.
- MARCHA da Família com Deus pela Democracia. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 2, 20 maio 1964a.
- (A) MARCHA da Família com Deus pela Democracia no dia 1º de maio. *A Cachoeira*, Cachoeira, BA, 19 abr. 1964b.
- MARCHA da família. *A Tarde*, Salvador, 30 abr. 1964c.
- MARCHA da Família em Cachoeira, *Correio de São Félix*, São Félix, 9 maio 1964d.
- MARCHA foi apoteose da vitória. *A Tarde*, Salvador, p. 1-3, 26 abr. 1964e.
- MAUAD, A. Através da imagem: fotografia e história e interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-15, 1996.
- MENSAGEM da UCF à mulher baiana. *A Tarde*, Salvador, p. 13, 20 abr. 1964a.
- MENSAGEM de solidariedade das paulistas às baianas. *A Tarde*, Salvador, p. 4, 15 abr. 1964b.
- MILHARES foram às ruas agradecer às Forças Armadas no dia 13 de março. *Jornal da Bahia*, Salvador, 14 maio. 1964.
- MILITARES acham que os últimos acontecimentos anularam a linha dura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 dez. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=ALAGOINHAS&pagfis=77981. Acesso em: 17 out. 2020.
- MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MORAIS, M. L. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal, Alagoinhas, BA, 1948-1964*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, BA, 2011.
- MOREIRA, R. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.
- MOREIRA, R. No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim. In: SILVA, P. (org.). *Desarquivamento e narrativas: literatura e memória*. Salvador: Quarteto, 2010. p. 31-46.

MOTA, C. *O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus*. Salvador: Saga, 2016.

MOTTA, M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-40.

MOTTA, R. A cultura política e o desafio à democracia. *Com Ciência: revista eletrônica de jornalismo científico*, [s. l.], 10 abr. 2015. Disponível em: <https://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=112&id=1342>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MOTTA, R. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

(A) MULHER e a flor. *O Nordeste*, Alagoinhas, 20 jun. 1952.

(A) MULHER baiana no combate ao comunismo. *A Tarde*, Salvador, 2 maio 1964.

NOMEADA a professora Dagmar Portela. *O Nordeste*, 15 abr. 1954.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. SP, São Paulo. 1981. p. 7-28. Projeto História- Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-São Paulo.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. p. 179-193.

(O) NORDESTE continua vivo. *O Nordeste*, Alagoinhas, 4 mar 1955a.

(O) NORDESTE na sociedade: Prof. Dagmar Portela. *O Nordeste*, Alagoinhas, 30 abr. 1955b.

NOVA mesa da Câmara vitoriosa. *O Nordeste*, Alagoinhas, 11 abr. 1956.

OLIVEIRA, H. *O movimento de luta nacionalista em Cruz das Almas-Recôncavo baiano (1950-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2013.

OPERAÇÃO limpeza no interior. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 7 abr. 1964.

PAIXÃO, C. *Traços da cidade de Alagoinhas: memória política e impasses da modernização (1930-1949)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, BA, 2009.

PARA render graças a Deus. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 7 abr. 1964

PASSARINHO que canta muito. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 1, 23 out. 1962.

- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- (A) PETROBRAS vai construir. *Alagoíneas Jornal*, Alagoíneas, p. 1, 22 fev. 1960.
- POLÍTICA & políticos. *O Nordeste*, Alagoíneas, p. 10, jan. 1953.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORQUE Lott venceu. *Alagoíneas Jornal*, Alagoíneas, 7 out. 1960.
- (O) PREFEITO está sendo manobrado. *O Nordeste*, Alagoíneas, p. 1, 10 jun. 1955.
- PRESIDENTE, Castelo Branco visitou Alagoíneas. *Alagoíneas Jornal*, p. 1, 25 dez. 1965.
- PRESO o prefeito de Esplanada. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 10 abr. 1964.
- PRESOT, A. A. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PRESOT, A. A. Celebrando a “revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 71-96.
- PRESTAÇÃO de contas. *O Nordeste*, Alagoíneas, p. 3-5, 21 set. 1948.
- PRIMEIRA dama participou da Marcha da Família. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 8, 8 maio 1964.
- PROFESSORA Leticia Campos. *O Nordeste*, Alagoíneas, 11 ago. 1950.
- PROGRAMA da Marcha da Família, com Deus pela Democracia. Alagoíneas, 28 abr. 1964. Fundação Iraci Gama (FIGAM) e Centro de Documentação e Memória de Alagoíneas (CENDOMA).
- REIS, C. D. S. dos. *Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- REIS FILHO, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS, R. V. C. Marcha por Deus e pela liberdade em Sergipe (1964): cultura política, conservadorismo social e musealização. In: SEMINÁRIO NACIONAL

- DE SOCIOLOGIA, 1., 2014 São Cristóvão, SE. *Anais [...]*. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2016. p. 1136-1147.
- RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.
- RÉMOND, R. O retorno do político. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EdUSC, 1999. p. 51-60.
- RESISTÊNCIA na Bahia: diário de um movimento. *A Tarde*, Salvador, p. 4, 11 set. 1961.
- RESULTADO do pleito de 3 de outubro neste município. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 24 dez. 1954.
- (O) RESULTADO do pleito de 3 de outubro de 1955 em Alagoinhas. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 11, 9 out. 1955.
- RESULTADO oficial do pleito de 3 de outubro, neste município. *O Nordeste*, Alagoinhas, 29 out. 1950.
- REVOLUÇÃO em Alagoinhas. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 3, 23 abr. 1964.
- RODEGHERO, C. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *L'Ordinaire Latino-Américain*, Toulouse, n. 203, p. 93-123, 2006.
- RODEGHERO, C. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF Ed., 2003.
- RODRIGUES, L. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1993. p. 382-413.
- ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. Memória, histórias e autoritarismo. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-32.
- ROSENFELD, D. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2019. (Coleção Primeiros passos).
- SANGRENTO conflito político em Alagoinhas, *A Tarde*, Salvador, 8 maio 1956.
- SANTANA, A. *Repressão às portas do Agreste baiano: consequências do golpe de 1964 em Alagoinhas*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Política) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2002.

- SANTANA, D. *Pórtico de ouro do sertão baiano: Representações de Alagoíneas na Primeira República (1889-1930)*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoíneas, 2011.
- SANTANA, E. L. de Campanha de desestabilização de Jango: as donas saem às ruas. In: ZACHARIADHES, G. (org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: Edufba, 2009. p. 23-26.
- SANTOS, R. *Alagoíneas Jornal: o comportamento da imprensa escrita no município de Alagoíneas durante o quadriênio 1960-1964*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Política) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoíneas, 2003.
- SCOTT, A. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C.; PEDRO, J. (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-23.
- SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 65-98.
- SEGURO morreu de velho. *Alagoíneas Jornal*, Alagoíneas, p. 2, 1961.
- SEMANA do professor solenemente comemorada em Alagoíneas. *Alagoíneas Jornal*. Alagoíneas, 1 ago. 1960, p.1.
- SESTINI, D. *A mulher brasileira, em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. 2008 Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, E. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, G. C. (org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: Edufba, 2009. v. 1, p. 31-51.
- SILVA, P. Narrar uma cidade: história e historiografia. In: BATISTA, E. (org.). *Alagoíneas: histórias e historiografia*. Alagoíneas: Quarteto, 2015. p. 9-22.
- SIMÕES, S. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SIRINELLI, F. Ideologia, tempo e história. CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. H. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EdUSC, 1999. p. 73-91.
- SIQUEIRA, C. Comemoração oficial do golpe de 64 gera polêmica em Plenário. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, DF, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554276-comemoracao-oficial-do-golpe-de-64-gera-polemica-em-plenario/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

- SOARES, E. R. de A. *Os comunistas e a formação da esquerda (Alagoinhas)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SOARES, E. R. de A. Os ferroviários e a formação do PCB em Alagoinhas. *In: BATISTA, E. (org.). Alagoinhas: histórias e historiografia*. Alagoinhas: Quarteto: Fundação Iraci Gama de Cultura, 2015. p. 151-166.
- SOARES, E.; MORAIS, M. O golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política. *In: ZACHARIADHES, G. (org.). Ditadura militar na Bahia: história de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014. p. 151-160.
- SOB UM clima de corrupção feriu-se o pleito. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1-6, 29 out. 1954.
- SOIHET, R. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. *In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 106-115.
- SÓ LHE RESTA um caminho. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 2-4, 22 ago. 1954.
- SÓ NO CISCO. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 2, 1961.
- SOUSA, B. de O. Nazismo, socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 7, n. 14, p. 141-163, dez. 2015.
- SOUZA, R. *Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: Edufba, 2011.
- SPINDEL, A. *O que é comunismo*. São Paulo: Braziliense, 1981.
- TERMINOU o censo em Alagoinhas. *Alagoinhas Jornal*, Alagoinhas, p. 1, 7 out. 1960.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- TRÁGICO desfecho de uma crise político militar. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 3, 31 ago. 1954.
- TRÉGUA política. *Alagoinhas Jornal*. Alagoinhas, p. 1, 30 set. 1960.
- UNANIMEMENTE coronel Juracy Magalhães a UDN de Alagoinhas: Josafá Azevedo candidato a prefeito. *O Nordeste*, Alagoinhas, p. 1, 30 abr. 1950.
- (A) VELA do diabo. *A Tarde*, Salvador, p. 5, 5 out. 1962.

VEREADORES eleitos. *Alagoíhas Jornal*, Alagoíhas, p. 1, 29 out. 1958.

VEREADORES da nova Câmara. *Alagoíhas Jornal*, Alagoíhas, p. 3, 31 out. 1962.

VILAS-BOAS, N. B. *Traços da vida de Inácio Paschoal Bastos (1860-1942)*. Salvador, 1959.

VILELA, M. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil, durante as décadas de 1960-1970: diálogos entre religião e política*. Recife: Ed. UFPE, 2015.

VITOR Carvalho Junior e Israel Nonato no páreo da sucessão. *O Nordeste*, Alagoíhas, p. 1, 11 set. 1954.

VITÓRIA da democracia. *O Nordeste*, Alagoíhas, p. 1, 31 jan. 1956.

(OS) VITORIOSOS em 7 de outubro. *Alagoíhas Jornal*, Alagoíhas, p. 3, 1 out. 1962.

OUTRAS FONTES

Periódicos

A Cachoeira, Cachoeira-BA (1964) - Arquivo Público Municipal de Cachoeira.

Alagoíhas Jornal, Alagoíhas-BA (1955 a 1965) - CENDOMA/FIGAM.

A Noite, Rio de Janeiro (1960 e 1964) - Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 20 jun. 2020.

A Tarde, Salvador (1956) e (1961-64) - Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro- (1958) - Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 10 maio 2020.

Correio de Alagoíhas, Alagoíhas-BA (1959) - CENDOMA/FIGAM.

Correio de São Félix, São Félix-BA (1964) - Arquivo Público Municipal de São Félix.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro (1965) - Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 17 out. 2020.

Diário de Notícias, Salvador (1964) - Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Jornal da Bahia, Salvador (1964) - Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. (1965) - Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 17 out. 2020.

Luta Democrática, Rio de Janeiro (1960) - Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 20 jun. 2020.

O Nordeste, Alagoínhas, BA (1948-1956) - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoínhas (GEPEA).

Fotografias

Fotografia da visita de Humberto Alencar de Castelo Branco à Alagoínhas. Autor desconhecido. Acervo pessoal de Belmiro Deusdete Araújo.

Fotografia da visita de Humberto Alencar de Castelo Branco à Alagoínhas. Autor desconhecido. Acervo pessoal de Normandia Azi Lacerda.

Formato: 17 x 24 cm
Fontes: Source Serif e Source Sans
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²
Capa: Cartão Supremo 300 g/m²
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 300 exemplares



Elisangela Alves Almeida nasceu em Salvador (BA) no ano de 1973. Graduada em licenciatura em História, em 2017, e mestra em História, em 2021, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus II*. Atualmente, é professora de História do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, na cidade de Alagoinhas (BA). Seus textos integram Anais de eventos regionais e nacionais, a exemplo do Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (Anpuh).

O empenho e o compromisso da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo de Alagoinhas possibilitaram empreender a produção de um conjunto de tratados que viesse a promover a redução da enorme lacuna de obras historiográficas que ensejem trazer conhecimento da história dessa cidade, para o público em geral, a despeito da existência de um curso de licenciatura em História e de um programa de pós-graduação nessa área. São sete volumes que integram esta coleção, cujo segundo volume contempla um texto autoral de Elisangela Alves Almeida.

Professor José Jorge Andrade Damasceno
Coordenador da Coleção

